



UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE - FURG
INSTITUTO DE EDUCAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO

**O PROGRAMA CRIANÇA FELIZ E O GOVERNAMENTO DA INFÂNCIA
CONTEMPORÂNEA**

Carolina Dias Capilheira

Dr^a. Maria Renata Alonso Mota

CAROLINA DIAS CAPILHEIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Educação da Universidade Federal do Rio Grande – FURG como requisito para obtenção do título de mestre em Educação.

Orientadora: Prof^a Dr.^a Maria Renata Alonso Mota

Linha de pesquisa: Espaços e tempos educativos

Rio Grande

2018

Ficha catalográfica

C243p Capilheira, Carolina Dias.
O Programa Criança Feliz e o governo da infância contemporânea / Carolina Dias Capilheira. – 2018.
142 p.

Dissertação (mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande – FURG, Programa de Pós-graduação em Educação, Rio Grande/RS, 2018.

Orientadora: Dr^a. Maria Renata Alonso Mota.

1. Programa Criança Feliz 2. Governo 3. Infância
4. Políticas Públicas I. Mota, Maria Renata Alonso II. Título.

CDU 373.2

CAROLINA DIAS CAPILHEIRA

**O PROGRAMA CRIANÇA FELIZ E O GOVERNAMENTO DA
INFÂNCIA CONTEMPORÂNEA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Educação da Universidade Federal do Rio Grande – FURG como requisito para obtenção do título de mestre em Educação.

Aprovada em 27 de março de 2018.

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Maria Renata Alonso Mota – Orientadora

Prof. Dra. Kamila Lockmann – FURG

Prof. Dra. Rochelle da Silva Santaiana - UERGS

*Aos meus meninos,
Marcelo, Pedro e João*

AGRADECIMENTOS

Dedico este espaço a agradecer àqueles que foram fundamentais para que eu pudesse chegar ao final dessa etapa. Talvez essa seja a tarefa mais difícil, pois a dimensão do que carrego de cada um ultrapassa essa escrita.

Aos meus pais, pessoas que me ensinaram a me tornar quem sou. Minha mãe, Leda, mulher forte, determinada, amorosa, com quem, desde sempre, aprendi muitas coisas sobre o ser professora. A ti mãe, meu agradecimento e amor por tudo o que aprendi e aprendo contigo. Ao meu pai, Patrício. Homem de poucas palavras, mas pelo olhar eu sei e sinto sua torcida e amor por mim. Obrigada pelo teu exemplo de ser humano. Ao meu irmão Gabriel, aquele de quem a distância me fez mais próxima. Obrigada pelo amor de irmão, pelo incentivo, motivação, palavras de apoio, pela Bella e Olívia.

Agradeço àqueles que percorreram comigo o caminho, dia a dia. Agradeço aos meus maiores presentes: Pedro e João. Obrigada por estarem comigo, obrigada por serem meus amigos, obrigada pela nossa relação, obrigada pelo amor que construímos a cada dia. Vocês são minha maior motivação. Amo vocês infinitamente.

Ao Marcelo, com quem escolhi para dividir a minha vida. Meu melhor amigo. Obrigada pelo exemplo de ser humano que és. Obrigada por ser presença, por ser abrigo, por ser afeto, por ser silêncio, por ser alegria, por ser meu amor. Obrigada por me compreender, por me apoiar em todas as escolhas e me dar coragem para seguir em frente. Tua presença é fundamental para as minhas conquistas. A ti, todo o meu amor.

Aos meus amigos e familiares de longe e de perto que sempre estiveram na torcida.

Aos meus alunos queridos, com quem tive a alegria de conviver e aprender, muito obrigada.

À minha querida orientadora Maria Renata, com quem a vida permitiu um feliz reencontro. Minha alegria em te ter como professora é imensa. Obrigada pelo teu apoio, acolhida, paciência, conversas, aprendizagens, e principalmente por me desafiar a ir além. Minha admiração, carinho e gratidão.

À professora Kamila Lockmann, com quem tive o privilégio de conviver nos anos do Mestrado. Obrigada por todos os ensinamentos, incentivos, conversas, apoio e principalmente, pela tua generosidade. Foste uma grande incentivadora deste trabalho.

À professora Rochele Santaiana, professora que aceitou o convite para compor a Banca de Defesa desta dissertação. Obrigada pelo olhar atento, pelas contribuições tão pertinentes,

pelo olhar carinhoso. Desejo que possamos nos aproximar a partir dessas primeiras experiências.

Às minhas colegas do Mestrado: Aline, Alana e Flávia. Obrigada pelos momentos de aprendizagens, de discussões, de ansiedades, de risadas. Obrigada por estarem comigo e me ajudarem nas revisões das escritas. Alana, obrigada por ter sido meu “socorro informático”: foste fundamental para a finalização desse trabalho. À Emiliane, a quem tive o privilégio de reencontrar e dividir os momentos de aprendizagens e ansiedades durante as aulas. Obrigada por todo o apoio, sempre.

À Fundação Universidade do Rio Grande, que me acolheu mais uma vez, e a todos os professores do Programa de Pós-Graduação em Educação do Instituto de Educação da FURG, por todos os ensinamentos.

À CAPES, pelo financiamento dessa pesquisa.

A Deus, que tornou tudo isso possível.

FICHA CATALOGRÁFICA

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	15
CAPÍTULO I	17
OS CAMINHOS INICIAIS: ALGUMAS ESCOLHAS	17
CAPÍTULO II	24
CONTEXTUALIZANDO O TEMA E A PERSPECTIVA DO ESTUDO: AS CONTRIBUIÇÕES DE MICHEL FOUCAULT PARA O MEU OLHAR DE PESQUISADORA	24
2.1. LEVANTAMENTO DE PESQUISAS ACADÊMICAS SOBRE O TEMA.....	27
2.2. O PÓS-ESTRUTURALISMO: UMA BREVE EXPLANAÇÃO PARA FUNDAMENTAR OS ESTUDOS.....	35
2.3. OS CAMINHOS E DIRECIONAMENTOS DA PESQUISA	41
2.3.1. APRESENTANDO O MATERIAL: AS POSSIBILIDADES DE ESTUDO.....	46
2.3.2. O MARCO LEGAL PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA: CONDIÇÃO DE POSSIBILIDADE PARA O PROGRAMA CRIANÇA FELIZ	51
2.3.3. CONHECENDO O PROGRAMA CRIANÇA FELIZ	52
CAPÍTULO III	54
TECENDO OS FIOS DA HISTÓRIA: O SURGIMENTO DA NOÇÃO DE INFÂNCIA E SUAS PROVENIÊNCIAS	54
3.1. A EMERGÊNCIA DA NOÇÃO DE INFÂNCIA	56
3.2. AS PRIMEIRAS FORMAS DE ATENDIMENTO À INFÂNCIA.....	61
3.3. A INFÂNCIA, AS CRIANÇAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS	67
3.4. A INFÂNCIA ENQUANTO SUJEITO DE DIREITOS	74
CAPÍTULO IV	88
DELIMITANDO O OLHAR SOBRE O GOVERNAMENTO NO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ EM DIFERENTES INSTÂNCIAS	88
4.1. A INFÂNCIA NO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ: UMA ETAPA DE PREPARAÇÃO E INVESTIMENTO	91
4.2. A FAMÍLIA NO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ COMO INSTRUMENTO DE GOVERNAMENTO	103
4.3. A INTERSETORIALIDADE NO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ E AS RELAÇÕES ENTRE ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO	112
4.4. O PROGRAMA CRIANÇA FELIZ E OS PROFISSIONAIS AUTORIZADOS A FALAR: 121	
CAPÍTULO V	131
A DESPEDIDA NECESSÁRIA PARA A BUSCA DE UM NOVO COMEÇO	131
REFERÊNCIAS	135
ANEXOS	

RESUMO

Esta dissertação pretende analisar quais as estratégias de governo o Programa Criança Feliz do Governo Federal mobiliza e como vem produzindo efeitos sobre as formas de pensar e perceber a infância na contemporaneidade. Esta pesquisa traz contribuições de autores pós-estruturalistas e é embasada nos estudos de Michel Foucault. As ferramentas metodológicas utilizadas são: governo e biopolítica, problematizadas através da governamentalidade, que neste estudo foi utilizada como grade de inteligibilidade para compreender os deslocamentos ao longo do tempo até os dias de hoje. Para a construção da pesquisa foram utilizadas as leis, decretos e documentos que instituem o Programa Criança Feliz e materiais midiáticos. Esse conjunto de materiais constitui o material empírico de análise, pois traz discursos de governo dos sujeitos infantis, sendo potentes produtores de verdades. Os materiais foram divididos em eixos analíticos para que pudessem ser discutidos de uma melhor forma neste estudo. Através da construção desses eixos, foi possível compreender as estratégias de governo dentro do Programa Criança Feliz. O primeiro eixo de análise demonstra como a infância é vista dentro do programa e do intenso investimento que é feito desde a gestação para que os indivíduos invistam em capital humano e se tornem responsáveis pelo seu futuro, investindo em si mesmos, dentro da lógica neoliberal. No segundo eixo, abordo o papel da família enquanto instrumento do Programa Criança Feliz para o governo da infância, pois através do acionamento desta é que é possível a execução de estratégias biopolíticas para a infância, tornando os pais responsáveis pelo investimento nos seus filhos. O terceiro eixo aborda um aspecto fundamental dentro do Programa Criança Feliz: a intersetorialidade. Nele demonstro o quanto as estratégias de ação de várias esferas do Governo Federal se tornam potentes no governo da infância. A intenção é compreender que as ações intersetoriais são pulverizadas em estratégias biopolíticas, tornando-as mais potentes para agir dentro das famílias em questões biológicas, econômicas e sociais. O último eixo aborda sobre os profissionais que são autorizados a falar no Programa Criança Feliz. Nele pretendo demonstrar os discursos científicos como produtores de verdade, sendo utilizados pelo Governo Federal como fundamentais para construir as políticas públicas. E, ainda, o quanto esses discursos de verdade, baseados nos saberes estatísticos são potentes como forma de governo dos sujeitos e contenção dos riscos sociais. Nas discussões realizadas nesses eixos percebe-se que as ações que subsidiam o Programa Criança Feliz estão pautadas na racionalidade neoliberal, onde os sujeitos são convocados a investirem em si mesmos desde a gestação para que no futuro sejam capazes de concorrer no jogo econômico e não se tornem uma despesa ao Estado.

Palavras-chave: Programa Criança Feliz. Governo. Infância. Políticas Públicas.

ABSTRACT

This dissertation aims to analyze which strategies of government the Happy Child Program, conceived by the Federal Government, has mobilized and how they have produced effects on the ways of thinking about and perceiving childhood in contemporaneity. This research is supported by contributions from post-structuralist authors and is grounded on Michel Foucault's studies. The methodological tools are the following: government and bio-politics, which are problematized by means of governmentality, which has is used in this study as a grid of intelligibility to understand the displacements over time until the present days. Acts, decrees and documents of the Happy Child Program, and media materials are used for the construction of this research. This set of materials composes the corpus of analysis, as it contains discourses of government of child subjects that are powerful producers of truths. The materials are divided into analytical axes through which it is possible to understand the strategies of government within the Happy Child Program. The first axis of analysis shows how childhood is seen in the program and the intensive investment made since pregnancy for the individuals to invest in human capital and become responsible for their future by investing in themselves, according to the neoliberal logic. The second axis approaches the role of the family as an instrument of the Happy Child Program for governing childhood, as it is through the latter that the bio-political strategies intended for children become possible, thus rendering parents responsible for the investment in their children. The third axis addresses a fundamental aspect of the Happy Child Program: intersectoriality, which enables to show how much the strategies of action of several spheres of the Federal Government have become powerful to govern childhood. The aim is to understand that the intersectorial actions are pulverized in bio-political strategies, making them more powerful to act within the families regarding biological, economic and social issues. The last axis approaches the professionals authorized to speak in the Happy Child Program. It aims to show the scientific discourses as producers of truth that are fundamental for the Federal Government to formulate public policies. It also evidences how much these discourses of truth, based on statistical knowledges, are powerful as a form of government of the subjects and containment of social risks. The discussions in these axes lead to the perception that the actions supporting the Happy Child Program are grounded on the neoliberal rationality, in which the subjects are called to invest in themselves since pregnancy to be able to compete in the economic game and not become an expense for the State in the future.

Keywords: Happy Child Program. Government. Childhood. Public Policies.

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 1- Gráfico dos resultados da busca de pesquisas- bancos UFRGS, CAPES e FURG	28
FIGURA 2 – Gráfico dos resultados da busca de pesquisas – banco da FURG.....	28
QUADRO 1 – A intersetorialidade na visitadomiciliar.....	117
QUADRO 2– Testes de avaliação do Programa Criança Feliz para o desenvolvimento neuromotor.....	128

LISTA DE TABELAS

TABELA 1- PESQUISAS ACADÊMICAS.....	29
TABELA 2 – DOCUMENTOS OFICIAIS.....	48
TABELA 3 – MATERIAIS DA MÍDIA.....	49
TABELA 4 – POLÍTICAS PARA A INFÂNCIA.....	72
TABELA 5 – PUBLICAÇÕES E POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA.....	76
TABELA 6 –CONSELHOS DE DEFESA DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.....	79

LISTA DE SIGLAS

ANPED – Associação Nacional de Pesquisa em Educação
ASQ 3- Ages and Stages Questionnaire
BNCC – Base Nacional Comum Curricular
CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CNE – Conselho Nacional de Educação
CNPQ – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
COEDI- Conselho de Educação Infantil do Ministério da Educação
CREDI – Caregiver Reported Early Development Index
DCN – Diretrizes Curriculares Nacionais
DCNEI – Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação Infantil
ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente
FNE – Fórum Nacional de Educação
FUNABEM – Fundação Nacional Bem Estar do Menor
FURG – Universidade Federal do Rio Grande
GPEI – Grupo de Pesquisas em Políticas e práticas para a Educação
LBA – Legião Brasileira de Assistência
LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação
LDBN – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MDSA – Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
MEC – Ministério da Educação
MIEIB- Movimento Interfóruns de Educação Infantil
NEPE – Núcleo Estudo e Pesquisa em Educação da Infância
ONU – Organização das Nações Unidas
PNAIC- Pacto Nacional para a Alfabetização na Idade Certa
PNAS – Política Nacional de Assistência Social
PNE – Plano Nacional de Educação
RCNEI – Referencial Curricular Nacional para a Educação Infantil
SAM – Serviço de Assistência a Menores
SENAC – Serviço Nacional de Aprendizagem comercial
SENAI – Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SESC – Serviço Social do Comércio

SUS – Sistema Único de Saúde

SWYC – Survey of well-being of Young children.

UERG- Universidade Estadual do Rio Grande do Sul

UFPEL – Universidade Federal de Pelotas

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

ULBRA – Universidade Luterana do Brasil

UNICEF – United Nations Children’s Foundation

UNIVILLE- Universidade da Região de Joinville

APRESENTAÇÃO

Estamos falando aqui do trabalho do pesquisador como aquele que transforma, em primeiro lugar, a si mesmo: aquele que, como o filósofo, é chamado a ultrapassar não só o senso comum, ordinário ou acadêmico, mas a ultrapassar a si mesmo, a seu próprio pensamento. Fica, então, para aquele que propõe uma determinada investigação, por simples que seja, o convite ao trabalho de pensar sua própria história (FISCHER, 2007, p.58).

O excerto que escolhi para iniciar demonstra muito do que foi o processo de escrita desta dissertação. Ao definir o tema que estudei, foram muitas as interrogações e pensamentos sobre a minha história. O questionamento frequente de *como e em que este tema me mobiliza?* foi importante e fundamental para que eu buscasse pensar a minha história e fizesse a escolha para pesquisar sobre políticas públicas para a infância e, mais especificamente, sobre o Programa Criança Feliz. A partir dessa escolha e com ajuda do meu referencial teórico, iniciei a escrita desta dissertação, que apresento em capítulos e seções.

O problema de pesquisa deste estudo é compreender as estratégias de governamento que o Programa Criança Feliz mobiliza e como vem produzindo efeitos sobre as formas de pensar e perceber a infância.

No primeiro capítulo, *Os caminhos iniciais, algumas escolhas*, apresento os caminhos que percorri até a escolha de um tema para a dissertação, bem como um pouco da minha trajetória profissional e acadêmica. Nele pretendo mostrar que a escolha de um tema para pesquisar passou por um longo processo. A escolha se deu quando a temática me inquietou e me permiti lançar-me ao assunto escolhido, na busca de novos desafios e outras formas de perguntar, para “liberar o pensamento daquilo que ele pensa silenciosamente, e permitir-lhe pensar diferentemente” (FOUCAULT, 1990, p.14).

No segundo capítulo, *Contextualizando o tema e a perspectiva do estudo: as contribuições de Michel Foucault para o meu olhar de pesquisadora*, inicio com algumas opiniões e falas sobre o tema que pesquisei, a fim de mostrar a visibilidade que o Programa Criança Feliz está tendo. Após, apresento o *Levantamento das pesquisas acadêmicas*. Nesta seção, trago alguns estudos sobre o que está sendo produzido no meio acadêmico sobre as políticas públicas de assistência à infância e que apresentam alguma articulação com o tema de pesquisa deste estudo.

Logo, apresento a perspectiva de estudo na qual me apoiei, na seção intitulada *O pós-estruturalismo: uma breve explanação para fundamentar os estudos*. Nela, apresento brevemente o Pós-Estruturalismo elencando aspectos que, dentro da perspectiva, julguei

serem mais pertinentes ao trabalho e um pouco do Estruturalismo, que é de onde o Pós-Estruturalismo emerge. Nesta parte do trabalho falo sobre a importância da escolha dessa perspectiva para os estudos e também de alguns conceitos que foram importantes na pesquisa.

A seção metodológica chama-se *Os caminhos e direcionamentos da pesquisa*. Nele descrevo os encaminhamentos que se deram em torno da dissertação e que contornos ela foi tomando. Apresento na primeira subseção os materiais de análise e como delimito a busca e seleção. Na segunda subseção apresento o *Marco Legal da Primeira Infância como ponto de partida* e, na terceira subseção, apresento meu objeto de estudo, o *Programa Criança Feliz*.

No terceiro capítulo, intitulado *Tecendo os fios da história: o surgimento da noção de infância*, abordo, na primeira seção *A emergência da noção de infância*. Trago alguns elementos sobre a infância a partir de Platão e da Modernidade, de como foi se dando a emergência da noção que temos hoje. Na segunda seção falo sobre *As primeiras formas de atendimento à infância*. Apresento algumas formas de atendimento a partir do século XIX. Na terceira seção, com o título *A infância, as crianças e as políticas públicas*, abordo como o entendimento a infância foi sendo modificado através de políticas para atender a população infantil. Na última seção desse capítulo falo sobre *A infância enquanto sujeito de direitos* e que, através de leis, os direitos foram sendo postos em evidência. Nesta seção procuro mostrar que, a partir do surgimento da infância enquanto direito, passam a existir estratégias de assistência para gerenciar a população infantil e como a educação da infância ganha centralidade no campo das políticas públicas.

No quarto capítulo intitulado *Delimitando o olhar sobre o Programa Criança Feliz: o governo em diferentes instâncias*, inicio minhas análises a partir do material, no caso desse estudo, utilizarei as leis e decretos que instituíram o Programa Criança Feliz e os materiais que veicularam na mídia sobre o tema, operando com as ferramentas metodológicas.

Este capítulo está dividido em quatro seções. A saber: a primeira seção tem como título *A infância no Programa Criança Feliz*, neste eixo analiso como a infância é compreendida dentro dessa política pública. Na segunda seção falo sobre *A família no Programa Criança Feliz como instrumento de governo*, do quanto o acionamento da família torna-se potente para que as estratégias do Programa Criança Feliz obtenham êxito. A terceira seção é sobre a *Intersetorialidade no Programa Criança Feliz e as relações entre assistência e educação*, pois a intersectorialidade é uma estratégia potente dentro do Programa. Na última seção desse capítulo, falo sobre *as pessoas que são autorizadas a falar em nome do Programa e sobre o uso da ciência e da estatística como importantes recursos dentro das políticas públicas*. A seguir apresento o primeiro capítulo desse estudo.

CAPÍTULO I

OS CAMINHOS INICIAIS: ALGUMAS ESCOLHAS

Existem momentos na vida onde a questão de saber se se pode pensar diferentemente do que se pensa, e perceber diferentemente do que se vê, é indispensável para continuar a olhar ou refletir” (FOUCAULT, 1984, p.13).

Início a escrever este trabalho refletindo sobre o tempo de pensar diferente. Com esse excerto de Foucault, remeto-me a todas as experiências que fui acumulando durante minha vida, desde a infância até hoje. Olhar para o que já passou transmite uma sensação de perceber-se diferente e da necessidade de continuar a olhar, sempre com a promessa de ser mais atenta às coisas que acontecem a minha volta, como se pudesse “segurar” momentos, conversas, risadas... A cada olhar para meus filhos, penso sobre a rapidez dos seus crescimentos e aprendizagens, e com o crescimento deles, o meu também. Praticar um exercício de escrita e pensar sobre as experiências é refletir sobre o que passou e do quanto é impossível voltar a ser como se era (KOHAN, 2003, p.15).

Ao longo da minha caminhada como professora, ao conviver com várias crianças e ao me deparar com inúmeras situações, vejo o quanto o tempo de trabalho, no exercício da profissão, foi fundamental para chegar até aqui. Percebo a importância de primeiramente ter tido minhas experiências como docente para hoje, a partir das experiências vividas no cotidiano da escola, poder buscar mais uma etapa para a minha formação. A busca pelo Mestrado em Educação deu-se por eu acreditar “estar diferente” e com a necessidade de ir além, de buscar entender como alguns processos acontecem, porque e como acontecem.

Por isso, olhar para as vivências do cotidiano escolar passa por um processo de “mostrar-se”. Olhar para o que foi vivido vai além de apenas contar, mas de refletir sobre a minha trajetória enquanto professora, indispensável se eu quiser ir adiante. Para isso, foi preciso revisitar lembranças e buscar alguns acontecimentos que foram formando um caminho que me fizeram chegar até a decisão de ingressar em um Programa de Pós-Graduação, no Mestrado em Educação da Universidade Federal do Rio Grande – FURG.

Percebo que minha história de vida foi sendo entrelaçada por caminhos de muitas escolhas. Algumas acertadas, outras nem tanto, as escolhas conscientes e aquelas nem tão conscientes, mas que foram me constituindo enquanto mulher, profissional, filha, esposa e mãe. Dos caminhos que muitas vezes me colocaram em dúvida frente a uma profissão não

valorizada, de tempos de incertezas, inseguranças, angústias, mas também da vontade de buscar novos rumos e aprender com eles.

Desde pequena, através da profissão da minha mãe, minha vida foi permeada de provas para corrigir, trabalhos a fazer, notas para fechar, cartazes, planejamentos: coisas de quem tem mãe professora.

Meu trajeto inicial começou com o curso de Magistério no Colégio Municipal Pelotense, na cidade de Pelotas- RS, onde tive minhas primeiras experiências em sala de aula, que contribuíram para a minha opção, mais tarde, pelo curso de Pedagogia.

No curso de Pedagogia Educação Infantil da Universidade Federal do Rio Grande-FURG, iniciei meus primeiros estudos acerca da infância, mais especificamente de crianças de zero a seis anos. Ao longo dos quatro anos inserida na universidade, pude conhecer vários autores e professores que contribuíram com a minha formação e meu encantamento por crianças pequenas. No meu estágio, com crianças de dois e três anos, pude perceber o quanto as especificidades dessa faixa etária são peculiares e necessitam ser atendidas de forma particular, respeitando o tempo de cada uma das crianças.

Ao terminar o curso de graduação, no ano de 2003, fui aprovada em um concurso do magistério no município de Pelotas. Assumi o cargo de professora de uma turma de terceira série do Ensino Fundamental¹. Foi um grande desafio e um ano de muitas aprendizagens, embora não fosse com crianças de Educação Infantil, foi instigante e desafiador trabalhar com crianças maiores. Nesse período pude viver a realidade e a rotina de uma sala de aula, que é muito diferente de realizar um estágio. Foi uma experiência muito positiva e que me possibilitou muitas aprendizagens, questionamentos, dúvidas e realizações.

No ano de 2004 fui convidada a trabalhar em uma escola particular de Pelotas com uma turma de crianças de quatro anos. Foi nesta turma onde pude vivenciar, conhecer e ficar mais encantada com a Educação Infantil. Foi um ano de descobertas enquanto professora, pois percebi as várias infâncias e vivenciei experiências maravilhosas, além do privilégio de trabalhar com as mesmas crianças por dois anos seguidos, o que me ajudou a aprimorar o meu trabalho e aprender ainda mais.

No ano de 2006, enquanto trabalhava com uma turma de Educação Infantil e outra de Ensino Fundamental, senti necessidade de voltar a estudar. No ano de 2007 concluí uma pós-graduação, nível especialização na Universidade Federal de Pelotas - UFPEL, em

¹Com a Lei 11.274 de 6 de fevereiro de 2006, foi instituído o Ensino Fundamental de Nove Anos.

Alfabetização e Letramento. Neste momento aprofundei alguns estudos sobre o tema, que naquele momento estavam me instigando, visto que trabalhei com turmas de alfabetização.

Ao longo desta jornada como professora tive meus dois filhos. Com eles vivencio o “ser criança” diariamente e me encanto ainda mais pela infância, aprendendo a perceber, aprender e dar valor aos olhares, risos, choros e manhas.

Desde o início da minha caminhada como professora, já se passaram 15 anos, a maior parte deles com a Educação Infantil.

No ano de 2015, por necessidade pessoal de continuar estudando e querer buscar novas possibilidades de olhar para a educação, resolvi prestar a prova para a seleção do Mestrado em Educação na Universidade Federal do Rio Grande -FURG. Essa vontade surgiu da necessidade de compreender alguns discursos acerca da infância, de estudar e aprofundar alguns assuntos na busca de refletir sobre a infância contemporânea.

Uma das motivações para eu prestar a seleção, além da vontade de voltar a estudar, foi a turma de primeiro ano com quem eu trabalhava. Inquietava-me os alunos com idade de seis anos, estarem no primeiro ano do Ensino Fundamental, inseridos através da Lei que instituiu o Ensino Fundamental de 9 anos. Questionava-me sobre o ingresso de crianças com seis anos nesta etapa. Percebia o quanto a idade e a falta de maturidade eram sentidas nas suas aprendizagens, e o quanto as políticas públicas geram efeitos no cotidiano das salas de aula, nos currículos, nas formas de viver a infância e na educação das crianças.

Ao trabalhar com crianças de seis anos no primeiro ano do Ensino Fundamental, perguntava sobre os seus interesses, sobre seu tempo de aprender, sobre o brincar, que para essa idade é muito presente. Por muitas vezes não terminei as atividades propostas para o dia, pois sentia que as crianças não queriam mais realizá-las, que já estavam cansadas da rotina da tarde. Nesses momentos, eu costumava (se fosse possível) encerrar o que estavam fazendo e propunha atividades mais lúdicas e brincar livremente, para que pudessem dar uma pausa para fazer algo que no momento lhes proporcionasse maior prazer.

Essas questões me acompanharam durante todo o período em que trabalhei com essa turma, e ao mesmo tempo, precisava cumprir com os conteúdos propostos para aquele ano. De um lado os conteúdos e de outro, essas novas crianças com as quais eu passava a conviver no cotidiano do primeiro ano. Isso passou a provocar uma série de inquietações e de dúvidas. Senti necessidade de buscar respostas acerca dessas inquietações, e esse foi um dos fatores que me motivou a buscar o Mestrado em Educação.

Ao ingressar no curso de Mestrado e em conversas com minha orientadora, pude entrar em contato com estudos realizados dentro de Universidades sobre o tema que eu buscava.

Percebi que não estava sozinha nas minhas inquietações e que muitos professores que trabalhavam com crianças de cinco e seis anos tinham as mesmas dúvidas. Ao perceber a quantidade de estudos acerca desse assunto, resolvi mudar o foco do meu projeto, já que a infância, especialmente na faixa etária da Educação Infantil, sempre me instigou.

Precisando pensar em um novo projeto, suscitou-me estudar as propostas pedagógicas das escolas do município de Pelotas, mas encontrei empecilhos, fazendo-me buscar outro tema, fazer outra escolha. Foi um caminho de insistência e de conversas, até que percebi que o processo de aprovação do projeto pela Secretaria de Educação do Município seria muito longo e a possibilidade de aprovação muito pequena. Então, tendo em vista o prazo para defesa do Projeto de Dissertação, passei a direcionar meu olhar a outras possibilidades.

Através das leituras, encontros, discussões, reuniões e palestras, fui interpelada por um assunto que me inquietou, fazendo com que eu buscasse mais informações sobre ele. No seminário² promovido pelo NEPE- Núcleo de Estudo e Pesquisa em Educação da Infância³, da FURG, em uma palestra proferida pela professora Rita Coelho, ex-coordenadora geral de Educação Infantil (COEDI) do Ministério da Educação (MEC), na sua fala sobre as Políticas Públicas para a Infância, ela mencionou o Marco Legal para a Primeira Infância. Falou sobre esse programa do Governo Federal com intuito de garantir direitos acrianças da faixa etária do zero aos seis anos de idade. A Lei do Marco Legal para a Primeira Infância levou-me a buscar mais informações sobre o tema e a fazer alguns questionamentos acerca de outro programa que surgiu em consonância com ele: o Programa Criança Feliz.

O Programa Criança Feliz suscitou-me questionamentos sobre a infância, especialmente sobre as formas de assistência a que se propõe. Me inquietam as questões acerca dos direitos da infância que foram conquistados através de tantas lutas, serem enfraquecidos através de políticas públicas que enfocam a assistência com contornos e discursos que interpelam diretamente a maneira de pensar a infância enquanto sujeito de direitos. Percebo que o momento histórico em que vivemos levou-me a pensar a infância, visto que várias mudanças estão a caminho e vão de encontro a muitas conquistas que crianças da faixa etária do zero aos cinco anos já tiveram.

² XI Seminário Educação Infantil em Debate: políticas e pedagogias para a educação da pequena infância, realizado na Universidade Federal do Rio Grande-FURG, de 27 a 29 de setembro de 2016.

³ O Núcleo de Estudo e Pesquisa em Educação da Infância – NEPE, cadastrado no CNPQ desde 1996, congrega profissionais e acadêmicos do campo da educação. Desde sua criação, tem buscado o intercâmbio não só com outras Instituições de Ensino Superior, como também com as unidades educativas, além de profissionais que atuam com esta faixa etária e estudantes do curso de Pedagogia e do Programa de Pós-graduação em Educação da FURG, para desenvolver e aprofundar os estudos nesse campo. Atualmente o NEPE é coordenado pela prof^a Dr^a Maria Renata Alonso Mota e pela prof^a Dr^a Suzane da Rocha Vieira Gonçalves.

Por isso, a pesquisa tomou outros direcionamentos que julguei serem mais relevantes para o momento político atual do Brasil. Por isso, percebi que o tema sobre as Políticas para a Primeira Infância interpela diretamente meu modo de ver e pensar o nosso país atualmente, pois a temática que escolhi me mobiliza e inquieta, no sentido de que:

(..) vamos nos dando conta que nosso olhar é sempre delimitado e ‘guiado’ por perspectivas que nos fazem buscar conhecimentos que tenham a ver com os aportes no interior dos quais nos movemos e que, algumas vezes nos incitam, exatamente, a forçar os seus limites e até mesmo a sair de dentro deles” (MEYER e SOARES, 2005, p.39).

É a partir desse olhar que mobiliza e inquieta que pretendo direcionar minhas escritas, para analisar e permitir pensar as questões que proponho de maneira diferente.

Na busca de compreender como os movimentos em relação à infância estão se dando, esta pesquisa destina-se a olhar o Programa Criança Feliz, pois através da implementação desse decreto, surgem novas ações no que diz respeito à infância, especialmente em relação à assistência e educação.

Este estudo destina-se a analisar o Programa Criança Feliz proposto pelo Governo Federal a partir do Marco Legal para a Primeira Infância, lei que foi aprovada recentemente, em março de 2016. Ele apresenta uma série de elementos que subsidiam o atendimento para a faixa etária de zero aos cinco anos e onze meses de idade. O decreto do Programa Criança Feliz visa atender especificamente crianças de zero a cinco anos e onze meses de idade.

A partir dele surgiram questionamentos acerca do atendimento às crianças de zero aos cinco anos de idade, alguns deles são: a intencionalidade do investimento desde a gestação, o acompanhamento domiciliar, os profissionais que farão esse acompanhamento, bem como as áreas de atuação dos profissionais que criaram o Programa Criança Feliz.

Ao analisar o decreto que institui esse Programa, percebo uma quase efetivação de ideias assistencialistas com a intenção de governo dos indivíduos. Considero que a ideia de assistência do Programa Criança Feliz hoje é reconfigurada conforme a racionalidade em que vivemos. Em seção mais adiante, abordarei a educação da infância que vem de uma história de assistência e cuidados durante anos, onde os direitos foram adquiridos tempos depois, e hoje aparecem com novos contornos através das políticas públicas

Percebe-se muito forte na nossa sociedade formas de assistência especialmente às camadas mais pobres, como uma estratégia de controle da população. São configurações que continuam permeando nossas políticas que, pautadas em estimativas estatísticas, se

encaminham como uma forma de ação sobre os outros, que vão se operando por programas, regras, para o governo⁴ de uma população. O governo entendido como:

A maneira de dirigir a conduta dos indivíduos ou dos grupos: governo das crianças, das almas, das comunidades, das famílias, dos doentes. Ele não recobria apenas formas instituídas e legítimas de sujeição política ou econômica; mas modos de ação mais ou menos refletidos e calculados, porém todos destinados a agir sobre as possibilidades de ação dos outros indivíduos. Governar, nesse sentido, é estruturar o eventual campo de ação dos outros. O modo de relação próprio do poder não deveria, portanto, ser buscado do lado da violência e da luta, nem do lado do contrato e da aliança voluntária (...); porém, do lado deste modo de ação singular que é o governo (FOUCAULT, 1995b, p.244).

Analisar um tema tão atual e emergente, mobiliza à reflexão sobre a educação de forma geral, das formas como as políticas para a educação da infância fazem parte de uma rede na qual todos estamos inseridos, que tem relação com uma racionalidade da qual fazemos parte: o neoliberalismo. Assim, as políticas que sempre permearam a história da educação da infância, com modelos assistencialistas, se proliferam e retornam reconfiguradas à outra racionalidade, a qual abordarei adiante.

Através da perspectiva pós-estruturalista, pretendi buscar “novos caminhos interrogativos pelos quais possamos exercitar outras e mais instigantes e criativas maneiras de perguntar” (FISCHER, 2002, p.53), sem a busca de verdades, mas de questionar o que está sendo proposto para a infância através desse Programa. Alguns desses questionamentos são: Como está sendo vista essa infância? Qual a ideia de assistência a partir desse programa? Quais são os profissionais indicados a prestar o serviço proposto? Há concepções acerca do sujeito de direitos no Programa? E para os profissionais que atuarão nele? Quais as intenções do Programa? Enfim, esses são alguns dos questionamentos que surgiram em torno desse tema de pesquisa, que foram agregando-se a muitos outros que surgiram no decorrer do estudo.

A partir desses questionamentos, analisei neste estudo como o Programa Criança Feliz do Governo Federal, vem produzindo efeitos sobre as formas de pensar e perceber a infância na contemporaneidade e que estratégias mobiliza para governar a população.

⁴Para Veiga-Neto (2002, p.21) a expressão governo é sugerida para conceituar o conjunto de práticas que se disseminam pela sociedade e que têm por objetivo conduzir as condutas dos sujeitos e da população. Esse autor aconselha que se utilize essa expressão no lugar da palavra governo, pois esta última nos remete à instituição do Estado. Como Foucault, no decorrer de sua obra, não se refere às ações centralizadas no Estado, e sim, às “ações distribuídas microfisicamente pelo tecido social; por isso, soa bem mais claro falarmos aí em práticas de governo” (VEIGA-NETO, 2002, p.21).

A seguir apresento de forma sucinta a perspectiva da qual me apoiei para realizar os estudos a partir do referencial teórico. Trago ainda alguns autores que auxiliaram nas escritas, pois também trabalham com a vertente pós-estruturalista, baseados nos estudos de Michel Foucault.

CAPÍTULO II

CONTEXTUALIZANDO O TEMA E A PERSPECTIVA DO ESTUDO: as contribuições de Michel Foucault para o meu olhar de pesquisadora

Para dar início à apresentação do tema e da perspectiva em que me apoio, trago alguns excertos de materiais que fazem parte do meu *corpus* de análise. Elenquei alguns fragmentos de entrevistas que demonstram a visibilidade e atenção que o Marco Legal e o Programa Criança Feliz vêm recebendo nos meios de comunicação. Ao escolher essa política pública como objeto de pesquisa, surpreendeu-me o quanto este assunto está sendo discutido atualmente.

Estudos demonstram que o período de zero a 3 anos é o mais importante para o desenvolvimento do cérebro. Com os estímulos de pais e professores, é nessa fase que se constroem as fundações que mais tarde darão sustentação a características como a desenvoltura na linguagem e o raciocínio lógico, a base de um capital humano sólido. O Brasil é pioneiro na América Latina em ter regras legais para amparar, proteger e estimular as crianças pequenas, comprometendo famílias, governos e a sociedade. Osmar Terra⁵

É uma legislação muito avançada. Estende o olhar sobre todos os direitos da criança na primeira infância e na sua relação com a família. Alguém já disse que se pode reconhecer o valor de um país pelo modo como trata suas crianças, portanto, é disso que trata o projeto de lei. Senadora Fátima Bezerra (PT-RN), relatora do projeto no Senado Federal.⁶

O Marco Legal foi um grande avanço para a política em defesa dos direitos das crianças. O Criança Feliz, que vai olhar para aquelas em situação de vulnerabilidade, é outro marco para essa política que vem sendo construída e fortalecida no nosso país. A Unicef sempre apoiará iniciativas como essa. Cristina Albuquerque, coordenadora do Desenvolvimento Infantil do Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF).⁷

O Marco Legal da Primeira Infância (Lei N°13.257/16) foi comemorado por vários pesquisadores/as da área de educação infantil que reconheceram nessa lei um avanço na construção de uma lei que oportuniza a articulação intersetorial. No entanto, sob meu ponto de vista, sem desestimar o trabalho dos envolvidos no processo, penso que é importante discutirmos a lei, não seguindo o mérito de dicotomizar: a favor ou contra, mas analisando-a no

⁵- Deputado Federal (na ocasião) autor do Projeto de Lei 6998/2013 que cria o Marco Legal para a primeira infância. Disponível em: <<http://marcolegalprimeirainfancia.com.br>>. Acesso em: 5 de dez. 2016.

⁶Disponível em: <<http://www.pt.org.br/dilma-sanciona-marco-legal-da-primeira-infancia/do>>. Acesso em: 22 de nov. 2016.

⁷Disponível em: <<http://correiodenoticia.com.br/?p=5959>>. Acesso em: 05 de dez. 2016.

contexto de políticas públicas em um país que ainda possui tantos desafios na efetivação de suas leis. Seguindo essa perspectiva, considero mais urgente a definição de procedimentos para acompanhar a efetivação dos dispositivos legais que protegem e garantem os direitos das crianças já definidos no nosso país, como por exemplo, o cumprimento do preconizado na Constituição Federal, no Estatuto da criança e do Adolescente entre outros dispositivos legais. Rosânia Campos, coordenadora do Grupo de Pesquisa em Políticas e Práticas para Educação e Infância - GPEI vinculado a Universidade da Região de Joinville – UNIVILLE⁸.

Representante do Movimento Interfóruns da Educação Infantil do Brasil (MIEIB) no Fórum Nacional de Educação (FNE), Jaqueline Pasuch, acredita que um retorno à perspectiva assistencialista é voltar para a década de 1980. Jaqueline Pasuch do FNE criticou as mudanças nas políticas para a primeira infância. “Na creche você pode ter profissionais capacitados para pensar no desenvolvimento integral das crianças. O Criança Feliz é um retrocesso e um projeto político que não tem o menor compromisso com as políticas que foram construídas nos últimos anos”, criticou Jaqueline, que também crê na necessidade do novo governo ampliar o debate com a sociedade civil antes de realizar mudanças dessa natureza.⁹

A escolha por iniciar a escrita com esses excertos deu-se porque percebi a necessidade de contextualizar o leitor sobre o tema que abordei nesse estudo. Através dessas falas que são algumas opiniões sobre o tema, quero demonstrar a visibilidade que as políticas públicas para a primeira infância estão tendo, mais especificamente o Programa Criança Feliz, decreto que teve sua emergência a partir do Marco Legal da Primeira Infância.

As políticas de assistência vêm tomando uma grande proporção através de programas, leis e decretos que buscam subsidiar a infância através de benefícios. Nessas políticas se proliferam programas visando a assistência como estratégia de controle e governo de sujeitos dessa faixa etária. A partir das políticas públicas, a infância passou a ser vista como sujeito de direitos à educação e os avanços em torno dela se deram através de muitas lutas por uma educação para um sujeito com especificidades próprias.

Ao olhar para os fragmentos que apresentei no início desse capítulo, dentre tantas matérias que têm sido veiculadas na mídia e algumas manifestações de pesquisadores da área da infância e da Educação Infantil, percebi o quanto as políticas públicas para a infância estão provocando questionamentos, discordâncias e discussões dos mais diversos campos.

Através de algumas falas que comentam o Marco Legal para a Primeira Infância, por exemplo, manifesta-se a concordância de que a infância é uma importante etapa para o

⁸Disponível em: <<http://www.anped.org.br/news/marco-legal-da-primeira-infancia-entrevista-com-rosania-campos-univille>>. Acesso em: 21 de jan. 2017.

⁹Disponível em: <www.educacaointegral.org.br/>. Acesso em: 13 de set. 2016.

desenvolvimento do ser humano e da necessidade de se investir nessa faixa etária com o objetivo de formar cidadãos produtivos quando adultos.

Outro exemplo das manifestações sobre o assunto é o boletim da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação– a ANPED (2016) onde alguns profissionais da área educacional manifestam suas opiniões sobre esse tema. Em um boletim especial sobre os atuais embates na área das políticas públicas está uma entrevista intitulada *Marco Legal da Primeira Infância*, com Rosânia Campos, coordenadora do Grupo de Pesquisa em Políticas e Práticas para Educação e Infância da Universidade da Região de Joinville, e *Educação Infantil: conquistas em riscos, resistências e mobilizações* entrevista com Valdete Côco, da Universidade Federal do Espírito Santo, coordenadora do grupo de trabalho Educação de crianças de zero a seis anos.

As falas dessas profissionais manifestam opiniões demonstrando a visibilidade na área acadêmica, além de manifestarem preocupação frente aos rumos que a educação da infância está apresentando nos últimos tempos.

Na entrevista com Rosânia Campos, esta problematiza a implementação do Programa Criança Feliz, pois considera que já existem políticas públicas para a infância. Coloca que se estas fossem cumpridas na sua totalidade, não havia necessidade de outra, já que nosso país tem tantas dificuldades nas suas efetivações. Nesse caso sugere a criação de dispositivos legais que acompanhem o cumprimento das leis na sua integridade.

Defende também que as políticas para a Educação Infantil são um direito da criança, e não uma economia de investimentos para o Estado. O investimento na infância na intenção de gerenciar riscos futuros está presente nos objetivos do Programa Criança Feliz, onde os estímulos e acompanhamento às famílias são para orientar sobre as “melhores” formas de educar seus filhos, baseado em pesquisas científicas.

Outra fala que demonstra resistência ao Programa Criança Feliz é da representante do Movimento Interfóruns de Educação Infantil no Brasil (MIEIB) Jaqueline Pasuch, que defende que na creche há profissionais capacitados para o desenvolvimento integral das crianças, vendo o Programa como um retrocesso às políticas assistencialistas.

Através dos excertos apresentados neste trabalho, percebe-se que há concordância com o Programa, mas ao mesmo tempo resistência, especialmente por parte de especialistas na área da educação, que demonstram o quanto a assistência se apresenta nesse programa federal como uma ferramenta eficaz para atender as famílias.

As políticas de assistência têm retornado ao campo da educação com intensidade, demonstrando as relações de poder que se exercem no campo da infância. Percebe-se uma

ênfase em relação à assistência muito grande e parece que vem ganhando força nas políticas públicas, como é o caso do Programa Criança Feliz, onde essas ações têm ganhado foco.

Além dos exemplos citados acima, realizei um levantamento de algumas pesquisas que vão ao encontro do tema que estudei para buscar algumas temáticas e estudos que se relacionam com minha dissertação e que circulam no meio acadêmico. É importante colocar que as pesquisas selecionadas se aproximam do meu estudo em alguns pontos, em outros nem tanto, mas são importantes para perceber a relevância do tema que propus pesquisar.

2.1. LEVANTAMENTO DE PESQUISAS ACADÊMICAS SOBRE O TEMA

Nesta seção apresento algumas pesquisas com a intenção de demonstrar o que está sendo produzido no meio acadêmico sobre a infância, políticas públicas e assistência. Tendo em vista que o Programa Criança Feliz foi aprovado no segundo semestre de 2016 e iniciou a ser implantado em 2017, não há dissertações e teses concluídas que tematizem este Programa.

Assim, ao realizar a busca de dissertações e teses procurei ampliar meu olhar acerca do tema sobre as políticas públicas de assistência contemporâneas para a infância. Nesse sentido, essa busca oportunizou conhecer outros trabalhos que possuem alguma articulação com a temática que pretendo abordar. Delimitei minha pesquisa ao período de 2009 a 2016.

Inicialmente pesquisei o Banco de Teses e Dissertações da Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS, e utilizei os descritores infância, políticas públicas e assistência. Obtive 2487 resultados, entre teses e dissertações. Logo após, fiz uma busca no Banco de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - CAPES, obtendo 1975 resultados para os mesmos descritores (Gráfico 1). No Banco de Teses e Dissertações da Universidade Federal do Rio Grande - FURG encontrei 17 trabalhos sobre infância, 25 trabalhos sobre políticas públicas e 13 sobre assistência. Nesse mesmo Banco pesquisei os descritores separados, pois não obtive nenhum resultado procurando-os juntos (Gráfico 2).

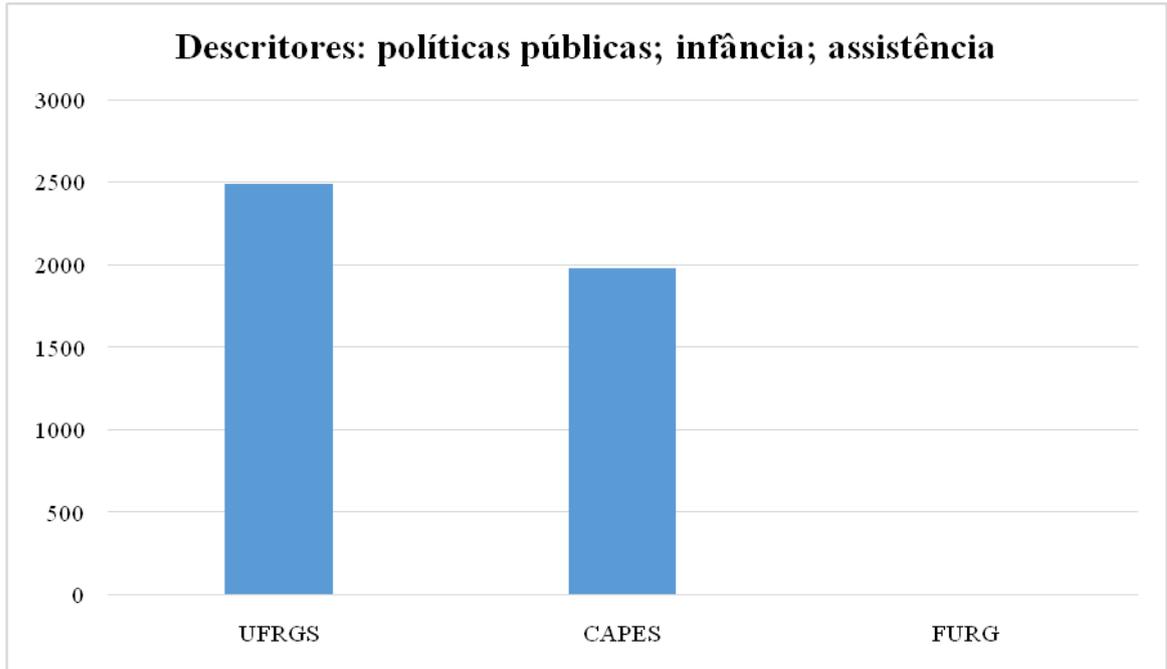


Gráfico 1: Resultado da busca no banco de teses e dissertações da UFRGS, CAPES e FURG.
Fonte: Elaborado pela autora.

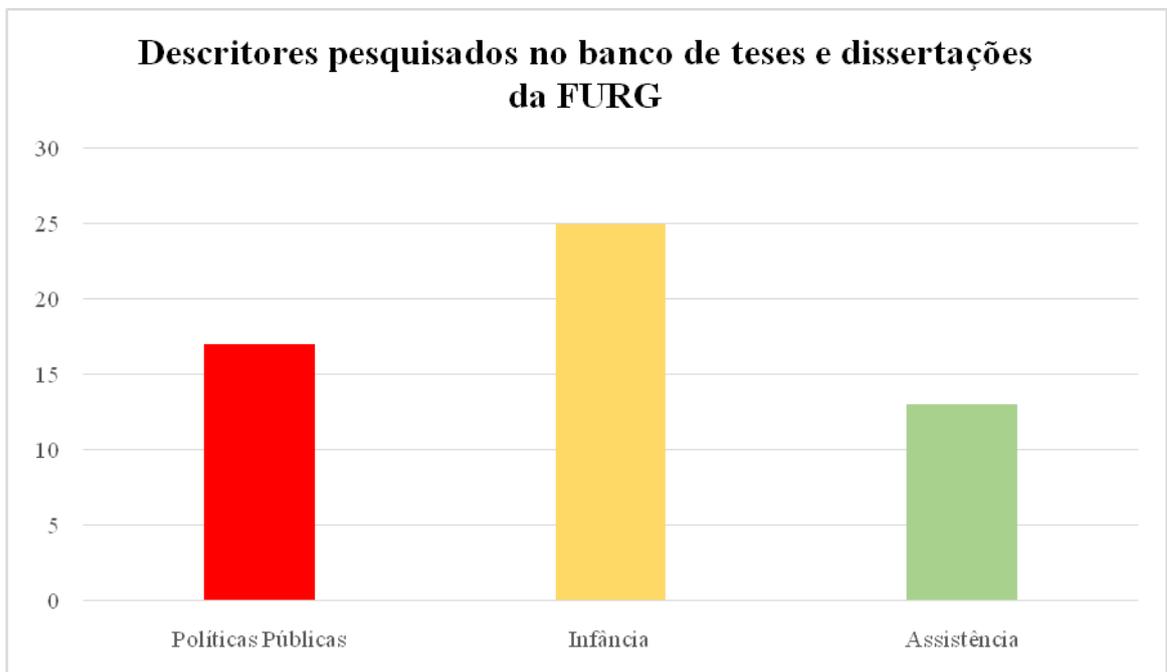


Gráfico 2: Resultado da busca no banco de teses e dissertações da FURG.
Fonte: Elaborado pela autora.

A partir dos resultados da busca fiz uma seleção pelos títulos para elencar algum elemento semelhante com a pesquisa. Partindo dos estudos que foram encontrados, escolhi alguns que considereei pertinentes para realizar uma breve contextualização, principalmente pela aproximação com este trabalho.

TABELA 1: PESQUISAS ACADÊMICAS

AUTOR	ANO	TÍTULO	UNIVERSIDADE
Kamila Lockmann	2013	A proliferação das políticas de assistência social na educação escolarizada: estratégias de governamentalidade neoliberal. (Tese)	Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS
Karen Cristina Cavagnoli	2014	Política de assistência social: a garantia de direitos e a produção da vida. (Dissertação)	Universidade Federal do Rio Grande do Sul. -UFRGS
Letícia Lorenzoni Lasta	2015	Políticas de assistência social no Brasil: o governo da vida pela proteção e inclusão social, da autora. (Tese)	Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS
Daniel Dall’Igna Ecker	2016	A educação e a Política Nacional da Assistência Social: uma análise sobre o direito à educação no Brasil. (Dissertação)	Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS
Dora Lilia Marin Díaz	2009	Infância: discussões contemporâneas, saber pedagógico e governamentalidade. (Dissertação)	Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS
Juliana Diniz Gutierrez Borges	2015	As práticas de atendimento à infância no município do Rio Grande: um recuo ao passado para problematizar o presente. (Dissertação)	Universidade Federal do Rio Grande – FURG

Rochele da Silva Santiana	2015	Educação integral no Brasil: a emergência do dispositivo de intersectorialidade. (Tese)	Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS
Maria Ielda de Castro Guimarães,	2016	O ECA na escola: governando professores para produção de sujeitos cidadãos. (Dissertação)	Universidade Luterana do Brasil (ULBRA),

Tabela 1: Pesquisa nos Bancos de Teses e Dissertações da CAPES, UFRGS e FURG.
Fonte: Elaborado pela autora.

A seguir, apresentarei resumidamente cada uma das pesquisas da tabela acima para situar o leitor sobre os assuntos que se aproximam deste trabalho.

A pesquisa como título *A proliferação das políticas de assistência social na educação escolarizada: estratégias de governamentalidade neoliberal*, tese de Kamila Lockmann (2013), foi defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul- UFRGS e investiga como as Políticas de Assistência Social operam sobre a população na atualidade e quais as implicações dessas políticas na escola contemporânea. Neste estudo foi abordada a proveniência e a emergência das Políticas de Assistência Social no Brasil e suas relações com a educação escolarizada. A autora utilizou os estudos de Michel Foucault, principalmente os que remetem às noções de genealogia e governamentalidade.

A Tese está dividida em duas partes: na primeira, foi analisado o contexto contemporâneo, onde argumenta que, com a emergência do neoliberalismo brasileiro e a constituição da inclusão como imperativo de Estado, houve uma proliferação das Políticas de Assistência Social no Brasil, que ao utilizarem a educação escolarizada como *locus* privilegiado de efetivação, produzem uma redefinição das funções da escola pública em uma sociedade, enfatizando fortemente o governo das condutas, de modo a produzir um deslocamento no que se entende por conhecimentos escolares. Esses conhecimentos escolares expressam formas contemporâneas de condução da conduta, as quais apresentam uma centralidade na condução de cada um por si mesmo.

Na segunda parte da Tese, a autora enfatizou momentos históricos distintos, desde o século XIX até a Contemporaneidade, objetivando compreender a proveniência e as condições de emergência das Políticas de Assistência Social no Brasil. A partir disso, destacou práticas que mostram as distintas articulações produzidas entre Assistência Social e Educação ao longo da história. Apresentou as práticas assistenciais vinculadas às ordens religiosas e à caridade cristã, desenvolvidas até meados do século XIX, bem como a

estruturação da Assistência Social como uma política do Estado brasileiro, na década de 1930, chegando à emergência das políticas de transferência de renda condicionada, que proliferam pelo País, no interior do quadro político e econômico neoliberal.

Para a autora, tanto no decorrer das análises do contemporâneo quanto no percurso histórico produzido, foi possível compreender que as Políticas de Assistência Social encontram, na escola, um instrumento eficaz para operar de diferentes maneiras sobre a conduta dos sujeitos, gerenciando os riscos produzidos pela miséria, pela fome, pela deficiência, pela exclusão social de modo a garantir segurança da população.

A dissertação intitulada *Política de assistência social: a garantia de direitos e a produção da vida*, de Karen Cristina Cavagnoli (2014), foi defendida na UFRGS e problematizou as práticas de inclusão e proteção social a partir da Política Nacional de Assistência Social - PNAS e a rede que a política coloca em funcionamento situando-as como tecnologias de governo biopolítico de produção da vida. A partir do referencial teórico metodológico de Michel Foucault, a autora discutiu como o Estado produz a vida a partir da figura do sujeito de direito. Referiu-se a um processo de qualificação e produção do humano para estes direitos onde não é qualquer inclusão que se coloca em ação, mas uma inclusão para ser produtiva na sociedade. A autora concluiu que a política pública de assistência social busca produzir um sujeito autogovernável a partir de uma autonomia que é regulada por políticas institucionais entrelaçadas com as ordens do mercado.

A tese intitulada *Políticas de assistência social no Brasil: o governo da vida pela proteção e inclusão social*, da autora Leticia Lorenzoni Lasta (2015), defendida na UFRGS tratou sobre quais as implicações que a Assistência Social produz sobre a população na contemporaneidade através de uma trama de governamentalidade que conduz a população a constituir-se como sujeitos “pobres”, “miseráveis”, “vulneráveis”, partindo de um modelo socioassistencial que garante assistência a quem dela necessitar. A autora analisou como as Políticas de Assistência Social brasileiras articulam práticas de proteção e inclusão social ao mercado econômico, constituindo estratégias para que esta faça parte do jogo neoliberal.

A partir desse estudo, a autora apontou que as Políticas de Assistência Social encontram, na parceria público/privado, juntamente com as instituições sem fins lucrativos, um instrumento eficaz para operar de modos distintos sobre a conduta dos sujeitos, gerenciando riscos e governando as mazelas sociais produzidas pela pobreza, miséria, fome, vulnerabilidade, deficiência, velhice e exclusão social, numa tentativa de garantir direitos sociais aos cidadãos brasileiros que necessitarem.

A dissertação intitulada *A educação e a Política Nacional da Assistência Social: uma análise sobre o direito à educação no Brasil*, foi o estudo de Mestrado de Daniel Dall'igna Ecker (2016), defendido na UFRGS. A partir da perspectiva foucaultiana, o autor colocou em discussão como a construção da educação e do direito à educação, através das práticas sociais, tornaram possível materializar elementos que se articularam às ações de garantia do Direito Social à educação entre o Ministério da Educação e a PNAS, especialmente, através do Programa Mais Educação. O autor discutiu como, principalmente após os anos 1980, houve a produção por parte do Estado (políticas, programas e benefícios) voltada à garantia do Direito Social à educação amparada pela noção de público, sob a justificativa de superação das desigualdades sociais, através da articulação das políticas de educação com as políticas de assistência social, permitindo um determinado modo de gestão dos sujeitos considerados vulneráveis e em situação de risco (pobres ou excluídos), através das especificidades das políticas que foram sendo postas.

A dissertação denominada *Infância: discussões contemporâneas, saber pedagógico e governamentalidade*, de Dora Lilia Marin Díaz (2009), foi defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul-UFRGS. A temática infância, como preocupação da sociedade contemporânea, foi a motivação da autora para este estudo. Ela realizou uma pesquisa arqueo-genealógica da infância como alvo do poder e do saber. A partir dos estudos do filósofo Michel Foucault, fez um estudo sobre a constituição da figura infantil moderna no discurso pedagógico entre os séculos XVIII e XX, Com esse estudo a autora analisou duas figuras da infância (denominadas "infância clássica" e "infância liberal"), e estuda como aparecem, nos discursos naturalistas e liberais, as noções de liberdade, interesse, desenvolvimento, disposições naturais, regulação, governo, instrução, educação e formação, as quais passaram a integrar as análises e as práticas educativas. Traz em seu trabalho a constituição da figura infantil moderna no discurso pedagógico entre os séculos XVIII e XX, a partir da "grade" da governamentalidade liberal.

A dissertação intitulada *As práticas de atendimento à infância no município do Rio Grande: um recuo ao passado para problematizar o presente* de Juliana Diniz Gutierrez, foi defendida na Universidade Federal do Rio Grande (FURG), em 2015. A autora analisou como as práticas de atendimento às crianças de zero a três anos que se desenvolveram ao longo do tempo, foram, pouco a pouco, constituindo possibilidades para a emergência da creche no Município do Rio Grande – RS. O estudo é desenvolvido a partir de aproximações com autores do campo pós-estruturalista que têm por bases os estudos foucaultianos e procurou lançar um olhar genealógico sobre a constituição das práticas de atendimento aos

bebês e às crianças pequenas, na cidade do Rio Grande. Ao olhar para o passado, essa pesquisa procurou historicizar determinadas práticas que se materializam em documentos e registros locais, procurando elencar novas problematizações para o presente. Para tanto, consistiu em uma pesquisa documental, que teve como fonte primária a análise de jornais e documentos institucionais localizados em acervos do Município. Embora esta pesquisa não seja sobre as políticas públicas, é uma dissertação voltada à infância e que remete a práticas de assistência à infância, o que contribuiu muito para meu estudo histórico sobre ela.

A tese de Rochele da Silva Santaiana, intitulada *Educação integral no Brasil: a emergência do dispositivo de intersectorialidade*, defendida na Universidade Federal do Rio Grande do Sul no ano de 2015, abordou a Educação Integral no Brasil e o governo dos sujeitos escolares. O problema de pesquisa questionou como a Educação Integral contemporânea possibilita a emergência do dispositivo de intersectorialidade e por meio de quais práticas governa os sujeitos escolares.

A autora utilizou-se dos aportes teórico-metodológicos e as teorizações produzidas por Michel Foucault. Segundo ela, a Tese realizou um estudo de inspiração genealógica, dividindo-se em dois momentos: primeiro, analisou a proveniência de propostas de Educação Integral no Brasil, desde o início do século XX, utilizou documentos, legislação, materiais de orientações e reportagens desse período até a implementação do Programa Mais Educação. No segundo momento, discutiu a emergência do dispositivo de intersectorialidade, na educação integral contemporânea, que opera formas de governar por meio de práticas intersectoriais nas escolas.

Na segunda parte foram analisados os documentos legais e as orientações emitidas pelo Ministério da Educação sobre o Programa Mais Educação e documentos sobre o referido programa, produzidos por outros setores do Governo Federal.

A autora abordou em seu estudo que a Educação Integral contemporânea possibilita a emergência do dispositivo de intersectorialidade na educação e se sustenta pela jornada ampliada na escola, como espaço de constituição de uma subjetividade preventiva. Através de algumas práticas intersectoriais da saúde, da assistência social e da cultura, articuladas pelo Programa Mais Educação, investe-se na potencialidade dos sujeitos, não só na aquisição de conhecimentos escolares, mas também na aquisição de certas atitudes, como as de prevenção dos riscos para viver mais e melhor.

A tese afirmou que é necessário que o sujeito da Educação Integral contemporânea se reconheça como um sujeito que vive na intersectorialidade, e que seja e queira estar incluído na vida econômica e, primordialmente, necessita estar em constante processo de aprender.

Selecionei, ainda, a dissertação defendida em 2016 por Maria Ielda de Castro Guimarães, na Universidade Luterana do Brasil - ULBRA, com o título *O ECA na escola: governando professores para produção de sujeitos cidadãos*. A autora trouxe em seu estudo que com a consolidação da lei do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) em 1990, a proteção integral da criança e do adolescente passou a ser prioridade em muitas políticas públicas. Na educação não poderia ser diferente. A partir da lei 11.525/2007, obrigatoriamente, o currículo das escolas básicas passou a abordar temáticas relacionadas aos direitos e deveres das crianças e dos adolescentes, alterando a lei 9394/96 das Diretrizes e Bases da Educação.

O trabalho da autora teve como objetivo compreender como se dá o governo dos professores para a produção de sujeitos cidadãos e as propostas de atuação para a condução dos alunos, entendidos como sujeitos de direito. Como material empírico para essa pesquisa, a pesquisadora utiliza a cartilha ECA na escola: perspectiva interdisciplinares, sendo essa parte do projeto “Reflexões sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente na perspectiva da implementação da lei 11.525\2007”. Esse material é resultado de uma construção coletiva da Coordenação Geral dos Direitos Humanos, Universidade Federal da Paraíba, Ministério da Educação e outros parceiros, com o intuito de aprimorar o conhecimento em relação ao ECA e capacitar os professores a serem agentes de atuação nessa aprendizagem.

A investigação insere-se no campo dos Estudos Culturais em Educação, tomando como principal lente teórica a noção foucaultiana de governo, que consiste em estratégias para a condução das condutas. Apropriando-se desses princípios foucaultianos e a partir da análise desenvolvida, a autora coloca que nos deparamos com uma educação que condiciona os sujeitos docentes a estarem sempre em processo de formação, de forma a adquirir habilidades para a gerência de conflitos. Além disso, assume posturas de vigilância, acolhimento e condução dos alunos para a cidadania.

As pesquisas selecionadas me ajudaram a problematizar acerca do que propus estudar, pois alguns assuntos estão diretamente relacionados com meu tema de pesquisa e em vários pontos se assemelham ao objeto da pesquisa. A temática sobre a assistência vem sendo bastante problematizada e ao encontrar pontos em comum com outras pesquisas contribuiu para questionar, refletir e problematizar as formas como os encaminhamentos das políticas públicas para a infância vem acontecendo, especialmente em relação à assistência.

Através da relevância e repercussão que o tema apresenta nas mais diferentes esferas e áreas do conhecimento, percebi a necessidade de aprofundar e problematizar esses programas e projetos, em especial o Programa Criança Feliz, de forma a analisar suas estratégias para a

infância e sua educação. Afinal, as políticas de assistência¹⁰ vêm permeando a infância há um longo período, e o que se percebe atualmente é apenas um outro contorno.

Para analisar o Programa Criança Feliz, precisei escolher entre as diferentes formas de abordar e problematizar um tema de pesquisa. Ao escolher pelo referencial teórico metodológico na perspectiva pós-estruturalista, tive a intenção de problematizar sem fazer julgamentos, mas de compreender alguns deslocamentos em relação à infância, especialmente no que tange a assistência e a educação.

Ao dar início a essa abordagem pós-estruturalista, julgo necessário apresentar brevemente essa perspectiva para que auxilie a uma maior compreensão para analisar e contextualizar as bases dos meus estudos. Pretendi evidenciar como essa vertente me ajudou a compreender e subsidiar minhas escritas, analisando e refletindo sobre as questões relacionadas à infância de outra forma.

2.2. O PÓS-ESTRUTURALISMO: uma breve explanação para fundamentar os estudos

Ao ancorar meus estudos na perspectiva pós-estruturalista, é necessário apresentar quais foram os aspectos que considerei na pesquisa. Para contextualizar o leitor sobre a perspectiva teórica que orientou esse estudo, é preciso abordar brevemente o Estruturalismo, já que o Pós-Estruturalismo emerge a partir dele. É preciso mencionar que apresento o Estruturalismo brevemente, pois apoiei-me nos aspectos que julguei serem mais pertinentes e relevantes com o que analisei. Portanto, não objetivei fazer uma explicação detalhada, tampouco um estudo histórico sobre essas duas perspectivas, e sim situar o leitor sobre a perspectiva teórica que subsidiou este trabalho.

O Estruturalismo é um movimento teórico que tem como base o estudo da linguagem, que privilegia a noção de estrutura e permeou campos como a Linguística, Literatura, Antropologia, Filosofia e Psicanálise (SILVA, 2002). Surgiu na década de 1950 e tem como seus principais teóricos Ferdinand de Saussure e Roman Jakobson. As regras de estruturação da linguagem são o ponto principal do estruturalismo, onde a linguagem é considerada um sistema de signos (PETERS, 2000).

O centro do estruturalismo é a investigação da estrutura e função da linguagem na vida cultural e social, com caráter cientificista, colocando a língua como um sistema de significação, que “permitia a análise científica da linguagem como um sistema de diferenças”

¹⁰ As políticas de assistência serão abordadas em um capítulo adiante.

(PETERS, 2000, p.15). A oposição entre a língua e a fala também é uma característica do estruturalismo, pois considera a língua como estrutura e a fala como o uso concreto de um conjunto de regras, pois cada idioma tem seus significados transmitidos pelas mesmas estruturas, o que Saussure chama de “natureza arbitrária do signo” (PETERS, 2000, p.20).

O pós-estruturalismo pode ser concebido como uma continuidade do estruturalismo, mas diferente em certos aspectos, porque vai além da estrutura da linguagem, pois esta apresenta um limite:

O pós-estruturalismo efetua, entretanto, um certo afrouxamento na rigidez estabelecida pelo estruturalismo. O processo de significação continua central, mas a fixidez do significado que é, de certa forma, suposta no estruturalismo, se transforma, no pós-estruturalismo, em fluidez, indeterminação e incerteza (SILVA, 2002, p.119).

Pode ser caracterizado como um modo de pensamento, porque o “pensamento pós-estruturalista é uma obra em andamento” (PETERS, 2000, p.46), é um movimento que compreende diversas correntes e inúmeros autores, dentre eles Michel Foucault. Essa perspectiva questiona a cientificidade das ciências humanas, os racionalismos, colocando em dúvida vários universais, tidos como verdades, suspeitando de argumentos e pontos de vistas, buscando compreender *como* algo se torna verdadeiro.

Peters (2000, p.29) traz que o pós-estruturalismo não pode ser reduzido a um método, uma teoria, uma escola, sendo melhor referir-se à ele como um *movimento de pensamento*. O pós-estruturalismo é interdisciplinar e apresenta-se através de diferentes correntes. Portanto, ao permitir esse movimento, caracteriza-se como uma vertente que considera a construção e desconstrução do pensamento.

Conforme Silva (2002), um dos aspectos em que o pós-estruturalismo se diferenciado estruturalismo é na linguagem, pois esta deixa de ser apenas uma representação da realidade, mas passa a ser constituidora da realidade, nesse sentido “(...) Foucault assume a linguagem como constitutiva do nosso pensamento e, em consequência, do sentido que damos às coisas, à nossa experiência, ao mundo” (VEIGA-NETO, 2014, p.89). Esta ideia está diretamente ligada à pesquisa que realizei. Entendendo a linguagem como constituidora de pensamentos, a intenção voltou-se para a compreensão de como as estratégias que circulam no Programa Criança Feliz mobilizam, interpelam, atravessam e produzem modos de ser, de compreender e educar a infância, produzindo estratégias para o governo dos sujeitos infantis.

Através dos excertos que escolhi para dar início a esta sessão, remeto-me a comentar sobre as intencionalidades e direcionamentos que políticas como esta, que, além da grande

visibilidade, expressam através dos seus discursos uma forte vontade de direcionamentos para o futuro. Ao perceber as opiniões, falas, pronunciamentos, esses discursos vão congregando direcionamentos que constituem formas de pensar a infância. Na obra de Foucault *A ordem do discurso* (1970), o filósofo traz os procedimentos de controle, seleção e organização que estão presentes em nossa sociedade, que produzem os saberes, como o “verdadeiro”, o “correto”, produzindo subjetividades.

Ao perceber esses discursos, faz-se necessário discutir sobre eles, já que estão entrelaçados nas relações que se estabelecem entre os indivíduos. Penso ser válido trazer esse conceito de Foucault, embora não o traga como ferramenta metodológica, mas para compreender os regimes de verdade que circulam em relação às políticas públicas, percebendo que especialmente a mídia é um importante instrumento de convencimento para este Programa, pois a população é persuadida a participar através dos discursos que são veiculados.

Assim, os sujeitos são interpelados e subjetivados por discursos vindos de meios diferentes e que acabam interferindo nas formas como se constituem. Partindo de um olhar pós-estruturalista, que não desqualifica outras teorias ou perspectivas, é que pretendo analisar o Programa Criança Feliz para a primeira infância.

Segundo Fischer (2001, p.85) os discursos “(...) não só nos constituem, nos subjetivam, nos dizem ‘o que dizer’, como são alterados, em função de práticas sociais muito concretas”.

As “verdades” que se materializam no Programa Criança Feliz trazem concepções acerca da infância que vem sendo construídas historicamente. Isso remete a pensar na infância como alvo de poder.

Para Foucault (1993, p.71) o poder se estabelece “na ordem do saber, da ‘verdade’, da consciência, do discurso”. Assim, perceber as formas de poder presentes nos discursos, me ajudou a compreender como certas políticas utilizam-se de estratégias para governar a população infantil. Para Foucault:

Por mais que o discurso seja aparentemente bem pouca coisa, as interdições que o atingem revelam logo, rapidamente, sua ligação com o desejo e com o poder. Nisto não há nada de espantoso, visto que o discurso- como a psicanálise nos mostrou- não é simplesmente aquilo que manifesta (ou oculta) o desejo; é, também, aquilo que é o objeto do desejo; e visto que – isto a história não cessa de nos ensinar – o discurso não é simplesmente aquilo que traduz as lutas ou os sistemas de dominação, mas aquilo por que, pelo que se luta, o poder do qual nos queremos apoderar (FOUCAULT, 2010, p. 10).

Percebe-se que através dos saberes que são criados em meio às relações de poder, são produzidos discursos. Para isso Foucault (1995, p.8) afirma que o poder “induz ao prazer, forma saber, produz discurso.” Considerando essa concepção de discurso, acredito ser primordial analisar o Programa Criança Feliz para compreendermos como as transformações sociais das últimas décadas têm agido diretamente nas formas de compreender o sujeito infantil, que é diretamente interpelado por esses discursos.

Como nos mostra Foucault, discurso e poder estão relacionados, já que o discurso se exerce e se constitui nas relações de poder. O poder para Foucault não é algo negativo, diferente da vertente crítica, que entende o poder com aspectos negativos, como violento, repressivo e centralizador.

Ele se manifesta em rede, de forma que todos fazemos parte dela, por isso é tão produtivo. Veiga-Neto diz que o poder não emana de um centro, de um Estado, o poder se manifesta nas práticas, está presente em todas as formas de relações (VEIGA-NETO, 2014, p.120). Portanto, o poder está em qualquer relação, existindo conforme agem as partes envolvidas. Rago e Veiga-Neto (2006, p.24) afirmam ainda que:

O poder deve ser compreendido e analisado em movimento. Deve ser analisado ao longo das malhas da rede social, em cujos nós se situam os indivíduos que, ao mesmo tempo em que se submetem ao poder, são capazes de exercê-lo. E se os indivíduos são capazes de exercer o poder é porque o poder os atravessa.

Foucault considera o poder como uma ação produtiva, que age com negociação, onde uma das partes vai se opor sobre a outra, uma “ação sobre as ações” (RAGO e VEIGA-NETO, 2006, p.24). O filósofo faz uma importante distinção sobre poder e a violência, pois afirma que violência se impõe, submete, ela não coloca possibilidades para uma das partes, ao contrário do poder. Sobre isso afirma que:

De fato, aquilo que define uma relação de poder é um modo de ação que não age direta e imediatamente sobre os outros, mas que age sobre a sua própria ação. Uma ação sobre a ação, sobre ações eventuais, ou atuais, futuras ou presentes. Uma ação de violência age sobre um corpo, sobre as coisas; ela força, ela submete, ela quebra, ela destrói; ela fecha todas as possibilidades; não tem, portanto, junto de si, outro polo senão aquele da passividade; e, se encontra uma resistência, a única escolha é tentar reduzi-la. Uma relação de poder, ao contrário, se articula sobre dois elementos que lhe são indispensáveis por ser exatamente uma relação de poder que o “outro” (aquele sobre o qual ela se exerce) seja inteiramente reconhecido e mantido até o fim como o sujeito da ação; e que se abra, diante da relação de poder,

todo um campo de respostas, reações, efeitos, invenções possíveis (FOUCAULT, 1995, p.243).

Visto assim, o poder existe em todas as ações, através da condução das condutas dos indivíduos. Por essa condução, conforme afirmo anteriormente, Foucault (1995, p.244) traz o termo governo como “eventual campo de ação dos outros”, pois além do significado clássico de Governo – como Estado que governa – além da política, vai no sentido de gerir a conduta dos indivíduos que dele fazem parte, no seu trabalho, lazer, saúde e nas instâncias mais íntimas.

A partir destes entendimentos que apresentei até aqui, desenvolver uma pesquisa utilizando a perspectiva pós-estruturalista fez com que a intenção não fosse a busca de resultados ou de soluções, mas de compreender como as ações se encaminham e como se estruturam frente a determinadas formas de governo. Veiga-Neto (2014, p.19) aponta que “muito mais interessante e produtivo é perguntarmos e examinarmos como as coisas funcionam e acontecem e ensaiarmos alternativas para que elas venham a funcionar e acontecer de outras maneiras”. Assim, entendo que a reflexão e o questionamento sobre as políticas e os discursos acerca das mesmas são importantes para que se possa compreender os tipos de sujeitos e tipos de práticas que estão sendo propostas através do Programa Criança Feliz.

Aproximar-me dessa perspectiva de estudo permitiu questionar como as coisas funcionam, de compreender que os significados vão sendo produzidos socialmente, pois não há apenas uma interpretação possível e nenhuma verdade que não possa ser questionada e discutida. Conforme Peters (2000, p.32), os pós-estruturalistas “ênfaticamente afirmam que o significado é uma construção ativa, radicalmente dependente da pragmática do contexto, questionando, portanto, a suposta universalidade das chamadas ‘asserções de verdade’”. As discussões que estabeleci baseadas no meu referencial teórico ajudaram a questionar acerca das questões que propus estudar.

A partir dessa perspectiva pretendi lançar um olhar sobre as intencionalidades do Programa Criança Feliz, analisar como esse Programa desenvolve estratégias de governo sobre o sujeito infantil e como vem sendo percebida a infância contemporânea. Elencar instrumentos para a pesquisa dentro da perspectiva pós-estruturalista, fez com que eu me permitisse romper com algumas visões que já estavam estabelecidas e debruçar-me sobre novas possibilidades. Dentro dessa vertente, Foucault sugere que seu pensamento, seus escritos e palavras fossem usados como ferramentas. Em seu curso *em defesa da sociedade*, realizado com Collège de France em 1975, o filósofo define seu trabalho como:

Pistas de pesquisa, ideias, esquemas, pontilhados, instrumentos: façam com isso o que quiserem. No limite, isso me interessa, e isso não me diz respeito. Isso não me diz respeito, na medida em que não tenho que estabelecer leis para a utilização que vocês lhes dão. E isso me interessa na medida em que, de uma maneira ou de outra, isso se relaciona, isso está ligado ao que eu faço (FOUCAULT, 1999a, p.4).

Por isso, utilizei os conceitos-ferramenta de Foucault para problematizar o tema desse estudo. São elas: governo e biopolítica, que aprofundarei no capítulo metodológico.

Ao escolher o Programa Criança Feliz, busquei compreender como essa política pública vem propondo formas de governo para a infância, além de problematizar para onde a mesma está sendo levada, pois, conforme afirma Veiga-Neto (2015, p.56) “governa-se a infância com o objetivo de conduzi-la a determinados “lugares” numa cultura, para determinadas posições numa sociedade e para determinadas formas de vida ...”.

Para Foucault (1995b) o governo não é entendido somente como a gestão do Estado, a esfera política, mas sim

A maneira de dirigir a conduta dos indivíduos ou dos grupos: governo das crianças, das almas, das comunidades, das famílias, dos doentes. Ele não recobria apenas formas instituídas e legítimas de sujeição política ou econômica; mas modos de ação mais ou menos refletidos e calculados, porém todos destinados a agir sobre as possibilidades de ação dos outros indivíduos. Governar, neste sentido, é estruturar o eventual campo de ação dos outros. O modo de relação próprio do poder não deveria, portanto, ser buscado do lado da violência e da luta, nem do lado do contrato e da aliança voluntária (...) porém, do lado deste modo de ação singular (...) que é o governo. (FOUCAULT, 1995b, p.244)

No caso do objeto desse estudo, no Programa Criança Feliz há uma intenção de governo dos indivíduos desde a gestação de forma legitimada através de uma política pública. Essa gestão desde a mais tenra idade apresenta finalidades para o investimento no futuro. Através do governo, os indivíduos são dirigidos a ações que estejam de acordo com os objetivos apresentados no Programa, colocados como soluções para evitar problemas mais tarde, agindo inicialmente na esfera mais íntima: a família.

Na minha inicial imersão nos estudos pós-estruturalistas percebi uma identificação com essa perspectiva. O aprendizado está sempre em movimento, pois a crítica, os questionamentos e as dúvidas são constantes, recusando as verdades absolutas e problematizando a todo momento.

Através das lentes pós-estruturalistas permiti o desacomodar de algumas verdades, partindo principalmente do questionamento de pensar em que esse tema me mobiliza. Isso fez com que minha escolha fosse uma possibilidade, pois os programas de assistência já anunciam uma possível salvação, já dada, construída, pronta para ser executada, mas que foi problematizada nesta pesquisa.

A seguir apresento os caminhos que delinearão este trabalho, da construção que foi se dando durante o caminhar.

2.3. OS CAMINHOS E DIRECIONAMENTOS DA PESQUISA

Trata-se, tão somente, de colocar em movimento uma vontade de saber (...) para, a partir daí nos lançarmos adiante para novas perguntas, num processo infinito cujo motor é a busca de uma existência diferente para nós mesmos e, se possível, uma existência melhor (VEIGA-NETO, 2014, p. 11).

Nesta seção intenciono apresentar os caminhos que fui percorrendo durante o desenvolvimento da pesquisa. Conforme o excerto de abertura dessa seção, trata-se da vontade de colocar em movimento os pensamentos e os saberes, para que, com a ajuda do referencial teórico, leve-me a novas perguntas, lançando a novas experiências e permitindo pensar diferente.

Os caminhos que levaram a este estudo não foram lineares. Eles sofreram mudanças, construções, desconstruções, incertezas, dúvidas e permitiram outras tentativas, outras formas de pensar, outras formas de investir em um novo olhar. Desejo apresentar um caminho de escolhas mutáveis e que foram sendo tecidas conforme o caminhar.

Embora não seja fácil desconstruir alguns conceitos, a sensação de perceber como as escritas foram se encaminhando fizeram com que a imersão nessa perspectiva tenha sido um grande desafio. Escrever uma pesquisa qualitativa através da perspectiva pós-estruturalista permitiu inúmeras formas de olhar, como já mencionei, mas sem importar-me com a busca de verdades absolutas, me permiti questionar as certezas e tentar perceber como as coisas acontecem, sem importar-me com a busca de um resultado fixo.

Por isso, todo o trajeto tornou-se um desafio, permeado de descobertas. Isto não quer dizer que dentro da minha pesquisa não houvesse um planejamento. Ele existiu e foi sendo construído conforme os questionamentos foram aparecendo, estudando os acontecimentos em

sua forma mais ampla, permitindo olhar para todo o contexto em que está inserido o problema de pesquisa.

Na perspectiva pós-estruturalista o método ou metodologia não pode ser entendido como um conjunto de regras a serem seguidas, pois exerce um sentido mais “livre”. É permitido descobrir outras formas de pensar os problemas de pesquisa, de produzir os próprios caminhos “(...) porque sabemos que o modo como fazemos nossas pesquisas vai depender dos questionamentos que fazemos, das interrogações que nos movem e dos problemas que formulamos” (PARAÍSO, 2012, p.24).

A flexibilidade, nessa perspectiva, permitiu fazer novos questionamentos. Nesse sentido, Veiga- Neto (2014, p.17) propõe método como “(...) algo como um conjunto de procedimentos de investigação e análise quase prazerosos, sem maiores preocupações com regras práticas aplicáveis a problemas técnicos, concretos.” Ao longo desse caminho, percebo o quanto os movimentos de pensamentos que fiz até aqui, nas aulas, nas reuniões e nas orientações me interpelaram sempre na direção de outras reflexões, de inúmeras discussões. Ilustro este sentimento utilizando as palavras de Louro (2004, p.13), quando afirma que “o que interessa é o movimento e as mudanças [múltiplas e conflitantes] que se dão ao longo do trajeto”; “o que importa é o andar e não o chegar”.

No momento que propus investigar as políticas públicas para a infância, fui percebendo esse tema como um processo de construção social, com elementos e sujeitos que estão vivendo em um determinado contexto histórico, econômico e social. As questões, hipóteses e reflexões aqui apresentadas não têm a pretensão de contar uma certeza, uma verdade, mas de dialogar com os acontecimentos ao entorno, de refletir sobre as relações de poder e qual a legitimidade que elas possuem. Acredito que o caminho é descobrir outras formas de pensar em questões que são necessárias investigar, como as políticas públicas.

Ao lançar-me no estudo sobre o Programa Criança Feliz e seus direcionamentos no governmentamento da infância contemporânea, percebo que operei com discursos que trazem determinadas concepções de infância que são visíveis e até mesmo convincentes através dos materiais que analisei. Conforme Fischer (2007, p.65) “trazer para nossas dissertações e teses a intensidade da vida é operar com discursos e práticas, não temendo reconhecer que as palavras muitas vezes nos enganam, nos fazem acreditar na plena existência das coisas, levam-nos a pressupor objetos naturais, dados”. Com isso, percebo que a análise deste tema significa que meu estudo faz parte de um questionamento acerca do que vem sendo proposto à infância, sem intenção de buscar soluções, mas de possíveis reestruturações de pensamentos e práticas. Ao perceber os inúmeros discursos que permeiam a infância, utilizando-se de

estratégias para governá-la, percebo que são eles que vão instituindo formas de pensar e compreender a infância, pois “(...) o sujeito infantil é fabricado pelos discursos institucionais, pelas formulações científicas, pelos meios de comunicação de massa” (BUJES, 2002, p.19). Assim, pretendi compreender as estratégias presentes no governo da infância contemporânea, que estão presentes nesta política pública, e do quanto se utilizam de verdades para a condução da infância.

Para a constituição desta pesquisa dentro da perspectiva foucaultiana, elenquei algumas ferramentas teórico-metodológicas que foram fundamentais para que eu pudesse delimitar uma linha de pensamento direcionado ao que pesquisei. São elas: governo e biopolítica, que vão operar dentro de uma governamentalidade, que nesse estudo será entendida como uma grade de inteligibilidade. Pela governamentalidade, foram compreendidos deslocamentos que ocorreram no tempo em relação ao atendimento à infância e como isto se dá na contemporaneidade. E ainda, permitiu a compreensão das ferramentas elencadas em funcionamento. A partir da ideia da governamentalidade como grade de inteligibilidade é possível perceber as racionalidades ao longo do tempo e da forma como elas incidem nas subjetividades dos sujeitos, conduzindo suas condutas

A governamentalidade, a partir de Foucault, apresenta dois sentidos neste estudo. Apresento brevemente tais entendimentos acerca dela, pois ambos serão pertinentes nessa pesquisa. O primeiro sentido, foi utilizado no capítulo sobre a infância, permitindo analisar as formas de racionalidade através de um olhar genealógico, buscando compreender como as políticas para a infância foram se constituindo e de como as proveniências permitiram as emergências de determinados tipos de políticas. Esse sentido ajudou na compreensão de como foram surgindo as práticas de atendimento à infância de cunho assistencial e as mudanças ao longo do tempo.

O filósofo faz uma “história da Governamentalidade”, onde vai apresentando os deslocamentos históricos para compreender as práticas de condução das condutas dos sujeitos ao longo do tempo. A ferramenta da governamentalidade nesse sentido permite compreender alguns pontos importantes da história, as práticas de governo, suas mudanças e funções, bem como os saberes que emergem dessas práticas.

O segundo sentido da governamentalidade é atribuído ao governo dos homens e sobre as racionalidades que foram conduzindo a conduta ao longo do tempo. Neste estudo, utilizei esse conceito para compreender como as práticas de condução da conduta estão ligadas à uma determinada racionalidade na contemporaneidade e quais estratégias utiliza para o governo dos indivíduos. A governamentalidade, nesse sentido, trata de procedimentos e

tecnologias relacionadas a uma determinada racionalidade política, dependendo do contexto histórico em que acontecem, passando por transformações ao longo do tempo.

Esse segundo sentido é o que utilizei para compreender as práticas neoliberais através das políticas públicas.

Operando com a governamentalidade como grade de inteligibilidade, intencionei perceber os deslocamentos que foram se dando ao longo do tempo, até chegarmos novamente a políticas para o governo da infância com contornos assistencialistas. Para Foucault (2008), a governamentalidade é entendida como

(...) o conjunto constituído pelas instituições, procedimentos, análises e reflexões, os cálculos e as táticas que permitem exercer essa forma bastante específica, embora muito complexa de poder que tem por alvo principal a população, por principal forma de saber a economia política e por instrumento técnico essencial os dispositivos de segurança. Em segundo lugar, por “governamentalidade” entendo a tendência, a linha de força que, em todo o Ocidente, não parou de conduzir, e desde há muito, para a preeminência desse tipo de poder que podemos chamar de “governo” sobre todos os outros – soberania, disciplina – e que trouxe, por um lado, (e, por outro lado), o desenvolvimento de toda uma série de saberes. Enfim, por “governamentalidade”, creio que se deveria entender o processo, ou antes, o resultado do processo pelo qual o Estado de justiça da Idade Média, que nos séculos XV e XVI se tornou o Estado administrativo, viu-se pouco a pouco “governamentalizado” (FOUCAULT, 2008, p.143-144).

É possível compreender o momento atual do nosso país a partir de uma busca no passado, pois, em relação às ações do Programa Criança Feliz do Governo Federal, é possível pensá-lo com práticas muito semelhantes a outras que foram desenvolvidas em outros momentos históricos. Pensar na governamentalidade neoliberal operada no Brasil hoje é compreender a economia como gestora de todas as ações, como propõe o neoliberalismo, que é a racionalidade em que vivemos e da qual falarei adiante. A governamentalidade se apresenta, então, como fundamental nessa pesquisa. Com o primeiro conceito, é possível compreender as racionalidades através de um olhar genealógico, para compreender o atendimento à infância ao longo dos anos. O segundo sentido, atribuído a racionalidade neoliberal da contemporaneidade, é utilizado para analisar a condução da conduta dos sujeitos infantis através das políticas públicas.

Silvio Gallo (2015), em seu texto “*O pequeno cidadão’: sobre a condução da infância em uma governamentalidade democrática*”, faz uma discussão sobre a governamentalidade no Brasil contemporâneo, do quanto o termo governamentalidade democrática pressupõe uma sociedade organizada, uma economia reguladora, onde a

população é alvo de biopolíticas com ações preventivas para garantir o bom andamento do Estado, onde a liberdade é fundamental para o funcionamento da máquina social.

Através da liberdade dos indivíduos e na ação sobre cada um, o controle do Estado através de ações preventivas se torna muito potente. Conforme o autor “a governamentalidade democrática estende seus tentáculos a todos os atores sociais, chegando às crianças.” (GALLO, 2015, p.337), fazendo com que, a exemplo do Programa Criança Feliz, possam estar incluídos desde a gestação para que melhor possam ser governados.

A ferramenta de governo, permitiu perceber a condução da conduta através das políticas que são construídas a favor da infância, de como os discursos incidem nas formas de pensá-la. Utilizei essa ferramenta para compreender a infância como alvo de poder, que se manifesta no exercício das práticas, neste caso, através das políticas públicas. De como o poder se exerce através dessas políticas e tem o objetivo de governar a população. Veiga-Neto (2006) afirma que:

Além de resultar de uma ação (de poder) de um/uns sobre o (s) outro (s), o governo, enquanto condução, pode resultar, também, de uma ação em que cada um se conduz a si mesmo, ou seja, uma ação de alguém sobre si mesmo, sobre aquilo que pensa e aquilo que faz. Seja sobre os outros, seja sobre si mesmo, tais ações acontecem graças a determinadas técnicas, em geral muito específicas e refinadas (VEIGA-NETO, 2006, p.23).

Essas formas de governo aparecem nas políticas de formas bem definidas e passam a ser incorporadas nas práticas através das ações, que, ao serem instituídas como leis, são impostas ao serem deliberadas.

Outra ferramenta importante dentro desta pesquisa é a biopolítica. Com o objetivo de gerir os riscos sociais, para o “fazer viver”, essa ferramenta ajudou a analisar quais as estratégias dentro do Programa Criança Feliz estão sendo postas para gerir os riscos da população de zero a seis anos de idade. Duarte (2006) afirma o mérito e a genialidade de Foucault ao perceber que as intervenções vão além de políticas que visam proteger, estimular e administrar, mas que o filósofo mostra que a vida passou a ser um elemento político por excelência, que precisa ser administrado, gerado, calculado, gerido, regado e normalizado (DUARTE, 2006, p.50).

Através do Programa Criança Feliz percebo a infância como alvo biopolítico, pois, enquanto os dispositivos disciplinares tinham como objetivo o propósito de adestrar, moldar o corpo individual, para que se torne dócil e útil, a partir do conceito de corpo-espécie foi possível ter um controle maior sobre as populações. Para Foucault, o poder disciplinar e a

biopolítica são fundamentais para compreendermos as técnicas utilizadas para dirigir as condutas individuais e gerir a população sobre os riscos através de cálculos estatísticos. A partir daí tornou-se possível pensar em políticas para gerir a vida das populações através da estatística.

Tomando como referência o Programa Criança Feliz, nota-se a potência dessa política para gerir a conduta dos indivíduos através de estratégias biopolíticas, como forma de prevenção. No caso da infância menos favorecida economicamente, seu controle e governo são feitos através de políticas, projetos sociais e assistenciais, com intenção de contenção e prevenção – ações biopolíticas. Através dessas ações os indivíduos devem tornar-se sujeitos econômicos, tornando-se empreendedor de si mesmo e investidor no seu próprio capital humano.

As ferramentas metodológicas que elenquei estão diretamente ligadas, pois pela governamentalidade neoliberal são colocadas em ação práticas de governo, com estratégias biopolíticas para que os indivíduos deem retorno à racionalidade neoliberal. É ela que faz com que cada vez mais os sujeitos tornem-se responsáveis por seu sucesso ou pelo seu fracasso no jogo da concorrência.

Após tecer algumas considerações sobre as ferramentas metodológicas, pretendo apresentar meu material de estudo, fundamentais para que eu pudesse construir as análises acerca do Programa Criança Feliz.

2.3.1. APRESENTANDO O MATERIAL: as possibilidades de estudo

O processo de busca e coleta de materiais foi como encontrar as peças de um enorme quebra-cabeças. As escolhas tornaram-se difíceis frente a quantidade de materiais que encontrei. Por ser uma temática muito atual, ainda não há trabalhos científicos sobre o tema, por isso, além do estudo das próprias leis e decretos, a opção foi buscar nos meios de comunicação notícias, reportagens, entrevistas, análises, opiniões sobre a Lei do Marco Legal para a Primeira Infância e o Programa Criança Feliz. Com isso, tomei os documentos elencados como fontes de análise de enunciados que produzem o governo dos sujeitos infantis, através de discursos de verdade, que produzem formas de governar a infância. Por isso, escolhi lançar um olhar questionador sobre os enunciados postos nos documentos selecionados, com a intenção de perceber como aconteceram os deslocamentos em relação às políticas públicas para a infância.

Elenquei algumas fontes mais específicas para afinar a busca. Ao longo do tempo fui me encontrando com mais materiais, que necessitaram de um olhar cuidadoso para que eu pudesse decidir se fariam parte do *corpus* da análise, sendo escolhidos os seguintes:

1. Lei do Marco Legal para a Primeira Infância e Programa Criança Feliz e documentos relacionados;
2. Sites do Governo Federal e Ministérios;
3. Sites educacionais, de associações e sindicatos;
4. Matérias publicadas em jornais e revistas;

Em contato com os materiais e com a ajuda do meu referencial teórico, propus a análise do meu problema de pesquisa, que foi assim delimitado: *quais estratégias de governamento o Programa Criança Feliz mobiliza e como vem produzindo efeitos sobre as formas de pensar e perceber a infância?*

Ao me encontrar com o material da pesquisa, pensei sobre as tantas maneiras que se apresentaram para analisá-lo, pois ao interagir com eles fui estabelecendo sentidos, formas de pensá-lo e de olhá-lo.

Frente às inúmeras possibilidades, precisei refinar minhas escolhas e dar foco ao que julguei ser mais pertinente. É importante destacar que neste estudo as análises foram se constituindo no decorrer do processo e do quanto foram surgindo novas ideias, pois o pensamento foi se transformando na medida em que fui envolvida com a escrita da pesquisa e com os materiais. Isso fez com que eu percebesse um processo pessoal de mudança, uma experiência importante que essa perspectiva teórica permitiu.

Através das tabelas a seguir, tenho a intenção de apresentar o material de análise. Para uma melhor organização, o dividi em duas partes. A saber: o primeiro nomeei de *Documentos oficiais* apresenta os dados retirados de sites do Governo Federal, apresentando as leis e documentos do Programa Criança Feliz. A segunda tabela, que nomeei *Materiais da mídia*, apresento outros materiais relativos ao Programa, mas que foram veiculados através da mídia. Nesse caso, faço uma breve explanação sobre esses materiais, entendidos neste estudo como artefatos culturais.

TABELA 2: DOCUMENTOS OFICIAIS

DOCUMENTO	CONTEÚDO	ENDEREÇO
Lei do Marco Legal para a Primeira Infância nº 13.257, de 8 de março de 2016.	Estabelece princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas para a primeira infância em atenção à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil.	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/113257.htm
Decreto do Programa Criança Feliz nº 8.869, de 5 de outubro de 2016	Com caráter intersetorial, com a finalidade de promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida, em consonância com a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016	http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/decreto/D8869.htm
Criança Feliz: guia para visita domiciliar.	Documento com as Orientações Técnicas do Criança Feliz, com objetivo de promoção do desenvolvimento humano a partir do apoio e acompanhamento do desenvolvimento infantil integral na primeira infância.	http://www.mds.gov.br/webarquivos/arquivo/crianca_feliz/Guia%20para%20Visita%20Domiciliar%20%20Programa%20Crian%20A7a%20Feliz%20-%202021-06-2017.pdf
Programa Criança Feliz. A intersetorialidade na visita domiciliar.	Traz subsídios para o fortalecimento da atuação intersetorial, na perspectiva de uma atenção integral às famílias participantes do programa.	http://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/crianca_feliz/A_intersetorialidade_na_visita_domiciliar.pdf
Avaliação do impacto do Programa Criança Feliz	Vai avaliar o impacto do Programa Criança Feliz sobre a estimulação intelectual no	http://www.brasil.gov.br/cidadania-e-justica/2017/06/sistema-inedito-vai-avaliar-resultados-do-crianca-feliz

	ambiente doméstico e sobre o desenvolvimento cognitivo e psicomotor de crianças brasileiras menores de três anos.	
--	---	--

Tabela 2: Documentos oficiais.
Fonte: Elaborado pela autora.

Na tabela a seguir, apresento os materiais que selecionei através dos meios de comunicação, sobretudo da internet. Esses materiais são denominados artefatos culturais, pois são importantes estratégias de poder para interpelar os sujeitos através dos discursos de circulação na sociedade. Esses artefatos, a exemplo da mídia, nos auxiliam na forma como percebemos determinados discursos pois “não há como negar a força e a produtividade dela (mídia) no nosso cotidiano e a forma intensa como faz parte das nossas vidas” (HENNING, GARRÉ e VIEIRA, 2017, p.129).

Os artefatos relacionados ao Programa Criança Feliz produzem um discurso potente baseado em dados estatísticos para que subjetivem a população, fazendo com que esta faça adesão ao Programa, como forma de prevenção dos riscos sociais. Os artefatos são aliados na construção de subjetividades e potentes estratégias de governo dos indivíduos através do poder que exercem, pois tem capacidade de produzir subjetividades e identidades (COSTA, SILVEIRA e SOMMER, 2003, p.58). É nesta perspectiva que estabeleço relações com o material de análise: como potente produtor de subjetividades para o sucesso do Programa Criança Feliz, para a condução da conduta dos sujeitos infantis.

Abaixo, apresento a tabela com os materiais elencados a partir da mídia.

TABELA 3: MATERIAIS DA MÍDIA

ARTEFATO	ENDEREÇO
Site Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário	http://mds.gov.br/
Site Governo do Brasil	http://www.brasil.gov.br/
Portal Planalto	http://www2.planalto.gov.br/
Portal Ministério da Educação- MEC	http://portal.mec.gov.br/
Portal Câmara dos	http://www2.camara.leg.br/camaranoticias/radio/materiais

Deputados	
Site de notícias Editora JC	http://www.editorajc.com.br/novo-marco-legal-para-a-primeira-infancia/
Site de notícias Broadcast	http://institucional.ae.com.br/
Site Jornal do Comércio	http://jconline.ne10.uol.com.br/
Site Jornal O Globo	https://oglobo.globo.com/brasil/marcela-temer-assumira-cargo-em-programa-social-20030560
Site de notícias UOL	https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/10/05/veja-o-que-marcela-temer-falou-em-seu-discurso-de-estreia-como-primeira-dama.htm
Site BBC Brasil	http://www.bbc.com/portuguese/brasil-41131754%20acesso%20em%2020set2017%20(grifos%20meus)
Site Educação Integral	http://educacaointegral.org.br/reportagens/
Site Instituto Zero a Seis	http://zeroaseis.org.br-instituto/primeira-infancia
Site ANPED	http://www.anped.org.br/
Site da Prefeitura de Corumbá- MS	http://www.corumba.ms.gov.br/noticias/visitadores-do-programa-crianca-feliz-recebem-curso-de-capacitacao/21225/%20Acesso%20em%203%20set.%202107/

Tabela 3: Materiais da mídia.
Fonte: Elaborado pela autora.

Para iniciar a seleção, foi preciso decidir como faria a organização do material. Decidi atentar por palavras-chaves, que fizessem com que eu percebesse os assuntos que mais estavam visíveis diante da quantidade de informações.

Ao manusear o material de estudo, fui percebendo assuntos que se destacaram, como infância, família, intersetorialidade e os profissionais autorizados a falar pelo Programa Criança Feliz. Resolvi, então, dividir o material por assuntos.

Neste momento senti dificuldade, pois todos esses assuntos estão imbricados de forma que não tive como falar sobre um deles sem mencionar outro. Mas ainda assim optei por essa separação para conseguir operar com as ferramentas metodológicas em cada um deles e conseguir visualizar e analisar sem perder de vista meu problema de pesquisa.

Depois de separadas todas as reportagens e materiais, precisei encontrar uma forma em que fosse possível enxergar todo o material para conseguir destacar, mostrar, indicar, fazer relações. Enfim, visualizar como um todo. Resolvi montar um grande cartaz e colar os excertos divididos no seu devido assunto. Essa foi a forma em que eu pude interagir mais com os materiais escolhidos e estabelecer relações entre eles e o referencial teórico.

Percebi ao me debruçar literalmente sobre o material de análise que várias coisas novas foram aparecendo, outros desejos de escrita, de sair do que me parecia evidente, de investir em novas perguntas. Por isso essa escrita foi se construindo aos poucos, foi se construindo ao caminhar.

Para a construção desse estudo, julguei necessário apresentar a política de onde surge o Programa Criança Feliz. Por isso, apresento a seguir o Marco Legal da Primeira Infância.

2.3.2. O MARCO LEGAL PARA A PRIMEIRA INFÂNCIA: condição de possibilidade para o Programa Criança Feliz

O Marco Legal da Primeira Infância, lei nº 13.257, de 8 de março de 2016, é mais uma ação política, que, em consonância com o ECA, prevê ações voltadas para a promoção do desenvolvimento infantil - primeira infância-, criando políticas, planos, serviços e programas que garantam às crianças de zero aos 72 meses um desenvolvimento integral.

Art. 1º Esta Lei estabelece princípios e diretrizes para a formulação e a implementação de políticas públicas para a primeira infância em atenção à especificidade e à relevância dos primeiros anos de vida no desenvolvimento infantil e no desenvolvimento do ser humano, em consonância com os princípios e diretrizes da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente); altera os arts. 6º, 185, 304 e 318 do Decreto-Lei nº 3.689, de 3 de outubro de 1941 (Código de Processo Penal); acrescenta incisos ao art. 473 da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943; altera os arts. 1º, 3º, 4º e 5º da Lei nº 11.770, de 9 de setembro de 2008; e acrescenta parágrafos ao art. 5º da Lei nº 12.662, de 5 de junho de 2012 (BRASIL, 2016).

Esta Lei é embasada, de acordo com o próprio texto, em evidências científicas de que é na primeira infância que se dá todo o desenvolvimento posterior do ser humano, portanto, fase importante que deve ser valorizada. Este marco traz diretrizes para as políticas públicas para a primeira infância:

Art. 5º Constituem áreas prioritárias para as políticas públicas para a primeira infância a saúde, a alimentação e a nutrição, a educação infantil, a convivência familiar e comunitária, a assistência social à família da criança, a cultura, o brincar e o lazer, o espaço e o meio ambiente, bem como a proteção contra toda forma de violência e de pressão consumista, a prevenção de acidentes e a adoção de medidas que evitem a exposição precoce à comunicação mercadológica (BRASIL, 2016).

Através de comitês intersetoriais instituídos pela União, compreendendo que a intersetorialidade permite a entrada legitimada de várias áreas, estados e municípios poderão desenvolver políticas públicas com a finalidade de assegurar a articulação de ações voltadas para a proteção e promoção dos direitos da criança. A União oferecerá assistência técnica na elaboração de planos estaduais, distritais e municipais para articular os diferentes setores (BRASIL, 2016). A qualificação dos profissionais também pode ser percebida:

Art. 9º As políticas para a primeira infância serão articuladas com as instituições de formação profissional, visando à adequação dos cursos às características e necessidades das crianças e à formação de profissionais qualificados, para possibilitar a expansão com qualidade dos diversos serviços (BRASIL,2016).

No Marco Legal para a Primeira Infância é muito presente a ideia de intersetorialidade, envolvendo as diferentes esferas governamentais, convocando famílias e sociedade em geral para engajarem-se, apresentando várias estratégias de atendimento integral às crianças, da gestação até os cinco anos e onze meses de idade. Por isso, pode-se dizer que o Marco Legal para a Primeira Infância foi uma das condições de possibilidade para a criação do decreto que estabelece o Programa Criança Feliz do Governo Federal, que apresentarei a seguir.

2.3.3. CONHECENDO O PROGRAMA CRIANÇA FELIZ

O Programa Criança Feliz do Governo Federal foi instituído através do Decreto nº 8.869 de 5 de outubro de 2016 e decreta:

Art. 1º Fica instituído o Programa Criança Feliz, de caráter intersetorial, com a finalidade de promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida, em consonância com a Lei nº 13.257, de 8 de março de 2016.

Este programa, idealizado a partir do Marco Legal para a Primeira Infância, julga-se em concordância com este, mas apresenta características bem específicas e definidas, como a assistência. O Art. 3º traz os objetivos do Programa:

- I- promover o desenvolvimento humano a partir do apoio e do acompanhamento do desenvolvimento infantil integral na primeira infância;
- II- apoiar a gestante e a família na preparação para o nascimento e nos cuidados perinatais;

- III- colaborar no exercício da parentalidade, fortalecendo os vínculos e o papel das famílias para o desempenho da função de cuidado, proteção e educação de crianças na faixa etária de até seis anos de idade;
- IV- mediar o acesso da gestante, das crianças na primeira infância e das suas famílias a políticas e serviços públicos de que necessitem; e
- V- integrar, ampliar e fortalecer ações de políticas públicas voltadas para as gestantes, crianças na primeira infância e suas famílias (BRASIL, DECRETO Nº 8.869, DE 5 DE OUTUBRO DE 2016).

O Programa Criança Feliz será coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário e pelo Comitê Gestor, composto por representantes dos Ministérios: da Justiça e Cidadania, da Educação, da Cultura e da Saúde, podendo ser firmadas parcerias com empresas públicas e privadas. O Programa priorizará gestantes, crianças de até três anos e suas famílias beneficiárias do Programa Bolsa Família; crianças de até seis anos e suas famílias beneficiárias do Benefício de Prestação continuada e crianças de até seis anos afastadas do convívio familiar em razão da aplicação de medida de proteção.

Para alcançar os objetivos elencados no Art. 3º, o Programa Criança Feliz tem como principais componentes:

- I - a realização de visitas domiciliares periódicas, por profissional capacitado, e de ações complementares que apoiem gestantes e famílias e favoreçam o desenvolvimento da criança na primeira infância;
- II - a capacitação e a formação continuada de profissionais que atuem junto às gestantes e às crianças na primeira infância, com vistas à qualificação do atendimento e ao fortalecimento da intersetorialidade;
- III - o desenvolvimento de conteúdo e material de apoio para o atendimento intersetorial às gestantes, às crianças na primeira infância e às suas famílias;
- IV - o apoio aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios, visando à mobilização, à articulação intersetorial e à implementação do Programa; e
- V - a promoção de estudos e pesquisas acerca do desenvolvimento infantil integral (BRASIL, DECRETO Nº 8.869, DE 5 DE OUTUBRO DE 2016)

Após apresentar o Marco Leal da Primeira Infância e o Programa Criança Feliz, a seguir apresento o surgimento da noção de infância e os fios que através da história teceram essa ideia, para que se possa compreender como chegamos a ter a infância como é entendida hoje, bem como todo o arcabouço de políticas que envolvem os sujeitos infantis.

CAPÍTULO III

TECENDO OS FIOS DA HISTÓRIA: o surgimento da noção de infância e suas proveniências

Neste capítulo apresento o surgimento da noção de infância através de um olhar para a história, de como ao longo do tempo ela foi se consolidando e passou a ser vista como sujeito de direitos. A intenção não é realizar um estudo minucioso sobre o seu surgimento e evoluções no seu conceito, mas de elencar aspectos significativos no que tange, especialmente, à assistência dada às crianças. De como os direitos foram sendo postos em evidência através das leis.

Apresentarei algumas formas de atendimento à infância a partir do século XIX e o surgimento da infância enquanto direito, e de como, ao longo do tempo, surgem estratégias de assistência para gerenciar a população infantil.

Ao recorrer à história da infância e à sua educação, o faço buscando aproximar-me de uma determinada forma de olhar para tais aspectos e acontecimentos, percebendo o quanto olhar para o passado traz condições de problematizarmos o tempo presente. Apoio-me em Carvalho (2012) quando diz que:

O presente para Foucault traz consigo continuidades, descontinuidades e rupturas em relação ao passado. Por conseguinte, recorre-se ao passado como modo de aprofundar a problematização das condições em que vivemos. O passado não é visto de forma linear; nele não se projeta o cumprimento de um sentido ou de um progresso (CARVALHO, 2012, p.255).

Para o filósofo, a história é percebida não somente como um olhar para o passado, mas uma maneira de se compreender o presente. Com essa afirmativa e amparada nesta perspectiva, pode-se afirmar que a infância como compreendemos hoje foi uma construção histórica que se deu a partir de movimentos sociais, políticos e econômicos.

Não há um marco, uma origem da compreensão de infância, por isso, a partir de estudos históricos farei uma breve abordagem a fim de contextualizar e buscar compreender como esses processos implicaram nas questões que atualmente formam essa concepção. E também como foram se dando os processos por políticas para a educação das crianças pequenas.

Para isso, lançarei um olhar dentro de uma perspectiva genealógica sobre a história da infância, pois, conforme apontam Lockmann e Mota (2013):

A pesquisa genealógica não objetiva revelar um ponto primeiro, originário, de onde tudo evolui. Não se trata de revelar a essência de determinado objeto ou desvendar, no passado, um ponto embrionário onde estariam alojados determinados conceitos e ideias. (LOCKMANN E MOTA, 2013, p.82).

Como propus lançar um olhar genealógico sobre a história da infância e suas formas de atendimento, até a infância enquanto sujeito de direitos, recorro a Nietzsche e Foucault sobre o conceito de genealogia: um estudo que não busca uma origem, um marco inicial, um ponto embrionário. Considerarei neste estudo, além da história, as questões sociais e culturais que foram se entrecruzando, seus acasos, desvios e descaminhos, sem preocupar-me com uma linearidade histórica, com uma ordem cronológica.

Foucault (1979, p. 18) retoma Nietzsche para problematizar a história enquanto origem, uma vez que “o que se encontra no começo histórico das coisas não é a identidade ainda preservada de sua origem – é a discórdia entre as coisas, o disparate”. Para referir-se à genealogia, faz alusão à proveniência (*Herkunft*) e à emergência (*Entstehung*). Foucault descarta a pesquisa de origem, pois recusa a ideia de um ponto inicial, de onde advêm os acontecimentos. Para o filósofo, a genealogia deve ter o foco na proveniência, que pode ser entendida como a junção de vários acontecimentos que resultam na constituição de algo, não como um marco inicial, pois as práticas e discursos que veiculam em determinada época possibilitam a sua existência.

Tomando esses conceitos, busco a emergência de uma determinada ideia de infância e seus deslocamentos até a Contemporaneidade. A partir de tais aproximações, percebo que as primeiras formas de atendimento à infância, que antigamente apareciam por meio da caridade, podem ser consideradas como fios de proveniência para essas práticas de assistência que se reconfiguram na atualidade através das políticas públicas.

A genealogia também deve focar na emergência, que pode ser compreendida como o aparecimento de um objeto na história. Conforme Foucault (1979, p. 24), pode ser entendida como “(...) a entrada em cena das forças; é sua irrupção, o salto pela qual elas passam dos bastidores para o teatro (...)”. Portanto, a emergência trata do aparecimento do objeto em estudo, enquanto que a proveniência busca pelos vários inícios possíveis.

Assim, percebo a potência da aproximação com a genealogia neste estudo, pois por meio dela é que será possível compreender os fios de proveniência que criaram as condições

às emergências da noção moderna de infância, bem como as reconfigurações que estão postas nas políticas públicas contemporâneas.

Procurar aproximar-me desta forma de olhar para a história, ajudará, a partir de estudos foucaultianos, a compreender os regimes de verdade¹¹ aos quais a infância foi e é submetida ao longo dos anos. Pretendo, então, observar quais os deslocamentos que se deram desde as primeiras práticas de assistência às crianças, até algumas leis e programas hoje existentes para os cuidados com a infância.

3.1. A EMERGÊNCIA DA NOÇÃO DE INFÂNCIA

Ao pensarmos na infância, rapidamente nos remetemos a pensá-la enquanto uma invenção da Modernidade. Porém, cabe ressaltar, ainda que a Modernidade seja considerada um marco relevante para a emergência de um determinado sentimento de infância, não quero afirmar que antes disso não houvesse ideias com relação à ela. Sobre essa questão é importante destacar o estudo empreendido por Walter Kohan (2003) no livro intitulado *Infância. Entre Educação e Filosofia*, onde o autor busca em Platão alguns traços da infância. Na Atenas do seu tempo, Platão acreditava que as características e qualidades da *pólis*¹² estavam diretamente ligadas aos indivíduos que a compunham, por isso, acreditava que a educação da infância seria uma forma de tornar a *pólis* melhor.

Dessa forma demonstra preocupação com o seu funcionamento, pois “Platão inventa uma política (no sentido mais próximo de sua etimologia) da infância, situa a infância em uma problemática política e a inscreve no jogo político que dará lugar, em sua escrita, a uma *pólis* mais justa, mais bela, melhor”(KOHAN, 2003, p.29). Apesar de não haver uma especificação nem uma denominação para a infância identificados na Antiguidade Clássica, Walter Kohan (2003), apresenta quatro marcas importantes que ele identificou sobre a infância, nos escritos de Platão, para serem analisadas.

Essas “marcas da infância” propostas por Kohan são as seguintes: “a infância como pura possibilidade”, “a infância como inferioridade”, “a infância como o outro desprezado” e “a infância como material da política”. Para as análises do objeto de pesquisa nesta

¹¹ Para Michel Foucault (1993, p.12) “cada sociedade tem seu regime de verdade, sua “política geral” de verdade: isto é, os tipos de discurso que aceita e faz funcionar como verdadeiros; os mecanismos e instâncias que permitem distinguir entre sentenças verdadeiras e falsas, os meios pelos quais cada um deles é sancionado.

¹² **Pólis** significa **cidade-estado**. Na Grécia Antiga, a pólis era um pequeno território localizado geograficamente no ponto mais alto da região, e cujas características eram equivalentes a uma cidade. O surgimento da pólis foi um dos mais importantes aspectos no desenvolvimento da civilização grega.

dissertação, vou deter-me em duas delas: *infância como pura possibilidade* e *infância como material da política*.

Kohan (2003) aponta que nos diálogos de Platão, o filósofo traz a infância como a primeira etapa da vida humana, colocando o quanto os conhecimentos adquiridos quando se é criança não são esquecidos. Assim, *a infância como pura possibilidade* demonstra a importância da educação na fase de criança onde os conhecimentos são melhor apreendidos, uma vez que será dada nesta etapa, a base que vai constituir todo o resto da vida. A preocupação não é com a infância presente, mas com o “vir a ser” adulto. Assim afirma Kohan (2003):

Os primeiros momentos são os mais importantes na vida, diz “Sócrates”. Por isso não se permitirá que as crianças escutem os relatos que contêm mentiras, opiniões e valores contrários aos que se espera deles no futuro. Porque se se pensa a vida como uma sequência em desenvolvimento, como um devir progressivo, como um fruto que será resultado das sementes plantadas, tudo o que venha depois dependerá desses primeiros passos. As marcas que se recebem na mais tenra idade são “imodificáveis e incorrigíveis” (KOHAN, 2003, p.39).

Essas ideias demonstram, através de Sócrates que era discípulo de Platão, que já na Antiguidade Clássica havia alguns indícios que remetem a ideia de infância, mas como possibilidade de tornar-se um indivíduo com serventia para a *pólis*.

Outra marca que julgo pertinente trazer é da *infância como material da política*. Platão pensava que através da educação se atingiria a *pólis* sonhada, para que as crianças, no futuro, pudessem governar adequadamente. É interessante perceber que inexistia a preocupação com o tempo presente, mas com os futuros governadores. Kohan (2003) considera que:

Educa-se para politizar os novos, para fazê-los participantes de uma *pólis* que se define, previamente, para eles. As relações entre política e educação são carnis: educa-se a serviço de uma política a um só tempo em que a ação política persegue, ela mesma, fins educativos. Por isso a educação é tão decisiva para Platão, porque é sua melhor ferramenta para alcançar a *pólis* sonhada (KOHAN, 2003, p. 59).

As marcas da infância propostas por Walter Kohan (2003), a partir de Platão, possibilitam alguns questionamentos acerca do estudo que desenvolvi e de como a infância é percebida em momentos históricos diferentes. Conforme já mencionei anteriormente, percebe-se a existência de sentimentos com relação à infância que são anteriores à Modernidade. Com esta incursão nas marcas da infância no pensamento platônico conseguimos visualizar alguns

deslocamentos e continuidades dos discursos da infância antiga com relação à infância moderna. Nesse sentido, destaco outras considerações de Kohan (2003,p.22), que ressalta que as ideias de Platão com relação à infância poderiam ser consideradas como “apenas uma marca intermediária de um percurso muito mais longo de um conceito de infância semelhante”.

De antemão, percebo o quanto essas duas marcas que apresentei de forma breve estão reconfiguradas nas políticas para a infância através do Programa Criança Feliz. Pensar na infância através desse Programa como possibilidade de um vir a ser é presente e possível, bem como a infância como material da política. Através das estratégias que investem na infância enquanto capital humano podemos perceber essas duas marcas da Antiguidade Clássica se reconfigurando depois de pouco mais de dois milênios.

Perceber a infância como um futuro para o desenvolvimento do país é um aspecto muito semelhante ao que Platão apresentou em torno do ano 400 a.C. Pensar nas políticas contemporâneas com esse viés histórico permite encontrar algumas semelhanças frente a tantos deslocamentos que aconteceram na história da infância, especialmente por ter conquistado tantos direitos.

Após trazer alguns elementos que permearam a ideia de infância na Antiguidade Clássica, embora não fosse denominada claramente, apresentei alguns aspectos que possibilitaram a percepção da infância como conhecemos hoje, enquanto categoria social, com características demarcadas e necessidades específicas, a partir de uma construção da Modernidade.

Segundo Àries¹³ (1981), é a partir dos séculos XVII e XVIII que a criança passa a ser vista através das suas peculiaridades. Através de um estudo iconográfico, esse autor coloca que na Idade Média não havia distinção entre adultos e crianças, que não havia restrições ao que pertencia ao mundo dos adultos e dos pequenos, não havia reservas, os pequenos participavam das atividades com os adultos, bem como trabalhos e a divisão de espaços e cômodos.

A partir do século XVII surge um sentimento novo em relação à infância e, como aponta Mota (2010, p.50), a criança:

¹³Philippe Àries contribui de forma importante para a construção da ideia de infância, mas sofre críticas em relação a sua pesquisa, em relação as suas fontes, imagens e generalizações, pois, segundo KUHLMANN JR. (2010, p.22) vários documentos importantes não foram levados em consideração :“Os registros paroquiais, as cartas, a literatura romanesca, os textos jurídicos e médicos, os tratados de educação, as biografias dos santos, também mostram que as fontes não estavam mudas em relação à infância na Idade Média”, e também por não considerar em suas análises a infância pobre, dando ênfase às famílias da Idade Média. Além disso, há críticas à radicalidade de que não há registro de infância antes da Modernidade (DANELON, 2015, p.220).

Passa a ser fonte de distração e relaxamento para o adulto, sendo paparicada por aqueles que com ela convivem. Por outro lado, há também uma fonte de interesse que é externa à família e que tem sua expressão representada, principalmente por eclesiásticos e moralistas no século XVII que, preocupados com a disciplina e a racionalidade dos costumes, também voltavam suas atenções à infância. É assim que, do século XVI ao século XIX, se configura a subjetividade moderna para a infância.

Com a Modernidade, as formas de compreender as populações e os indivíduos vão sofrendo mudanças, “as mudanças que ocorrem na organização social, política, correspondem a sutis transformações na maneira como os sujeitos são percebidos, categorizados, diferenciados e (con)formados” (BUJES, 2002, p.32). A criança passa a ser diferenciada do adulto, com necessidades específicas, passa a ter suas particularidades e, aos poucos, a ser vista como um sujeito que precisa de cuidados e proteção.

De acordo com Resende (2015), a criança entendida com suas individualidades, passa a ser amparada por conhecimentos científicos e tida como um ser inacabado, que tem necessidade de resguardo e proteção, precisando ser conhecida para que receba a atenção específica. Bujes (2002) aponta que, a partir do momento em que a criança é vista como uma categoria diferente do adulto, é preciso lançar um olhar diferenciado sobre elas através dos conhecimentos que vão surgindo, pois os significados atribuídos à infância “são resultados de um processo de construção social, dependem de um conjunto de possibilidades que se conjugam em determinado momento da história, são organizados socialmente e sustentados por discursos nem sempre homogêneos e em perene transformação” (BUJES, 2002, p.24). Essa autora também coloca que a concepção de infância não é estanque, que depende do momento social em que se vive.

Ao analisar as questões de infância e poder, Bujes (2002, p.64) afirma que as crianças:

Passam a se constituir como alvos do poder - pontos focais de inúmeros discursos que criam um conjunto de normas para as relações entre adultos e crianças, que ensejam sentimentos de piedade e ternura, que mobilizam experiências de toda ordem voltadas para sua educação e moralização. Elas se tornam objetos de interesse de inúmeras classes profissionais, de distintas iniciativas governamentais, de práticas especializadas, de legislação, de regimentos, de estatutos, de convenções.

A partir das necessidades das crianças, por serem considerados seres imaturos e com necessidade de proteção, surgiram estratégias de governo dessa população, com medidas de educação, higiene, religião. É neste âmbito, para vir ao encontro dessas medidas, que a escola vai ser um importante aliado das famílias para que as formas de governo aconteçam.

Bujes (2002) aponta ainda que, para se ter o controle da população, é necessário que haja conhecimento sobre ela para gerir a vida dos indivíduos. Por isso, a produção de saberes sobre as crianças se tornou crescente na Idade Moderna. Com os estudos acerca da infância e o desenvolvimento infantil, as crianças passam a fazer parte de uma população e podem ser “(...) medidas, calculadas, categorizadas, descritas, ordenadas e organizadas estatisticamente podem também se tornar, ao mesmo tempo, alvo de determinadas instituições e objetos sujeitos ao exercício do poder e do saber.” (BUJES, 2002, p.80). Assim, o atendimento das crianças em instituições escolares passa a se dar juntamente com outros acontecimentos importantes, como o papel da mulher na sociedade, a industrialização e às novas formas de conceber a criança.

A partir do século XIX, educação e assistência se entrelaçam e a assistência utiliza a escola de massas, escola para ricos e pobres, como um meio eficiente de controle dos corpos infantis com medidas higienistas, através das políticas sanitaristas. Conforme Lockmann e Mota (2013):

Vê-se na educação uma forma de agir sobre o corpo infantil, estabelecendo regras de contato, moldando comportamentos, ensinando higiene a fim de que seus hábitos (comumente vistos como nocivos à salubridade da população) pudessem ser modificados, evitando o alastramento de doenças, os contágios e todos os males que se poderiam causar à vida da população. A escola de massas foi um dos mecanismos utilizados para gerenciar esses riscos (LOCKMANN E MOTA, 2013, p.104).

A intenção era trazer todos os indivíduos para dentro da escola, especialmente os mais pobres, com o objetivo de civilizá-los e torná-los sujeitos que tivessem uma vida social saudável. A escola moderna dá condições para um maior controle e governo das populações infantis.

A escola moderna, como instituição de conformação da infância ao mundo social traçado por essa racionalidade, funciona como estratégia de governo dos indivíduos por eles mesmos, através dos próprios atos educativos que instaura suas práticas (RESENDE, 2015, p.134).

Com a busca de conhecimento sobre as particularidades de cada faixa etária, a escola torna-se uma importante estratégia de “regulação e controle dos indivíduos e das populações que habitam os núcleos urbanos das sociedades organizadas” (COSTA, 2004, p.77). Assim, fica evidente as estratégias para governar, pois através das práticas adotadas dentro da escola, os riscos seriam diminuídos e a escola foi um desses mecanismos para gerir esses riscos.

A escola não foi a única estratégia utilizada para um melhor governo dos sujeitos infantis. Além dela, outras estratégias no âmbito das políticas públicas foram sendo adotadas nesta direção. A seguir, apresentarei alguns aspectos de como a infância foi sendo percebida e como foram sendo criados mecanismos para atendê-la, através da percepção do espaço da infância e das legislações que foram criadas para apoiá-la.

3.2.AS PRIMEIRAS FORMAS DE ATENDIMENTO À INFÂNCIA

As primeiras formas de atendimento à infância não surgiram de forma imediata, mas a partir da percepção de suas características específicas, que iniciou na Modernidade. As maneiras como as políticas e o poder público lidam com a infância variam de acordo com as transformações que vão surgindo na sociedade. Quando se percebe a infância por meio de suas especificidades e particularidades, é que se inicia a olhar mais para essa faixa geracional, criando-se mais legislações para atendê-la.

Conforme salientei na seção anterior, a partir do surgimento da noção de infância, ela passa a ser alvo de intensas estratégias para que possa ser gerida. Percebe-se, no decorrer desses movimentos, que foram usadas formas específicas de controle sobre os corpos infantis. Bujes (2012) aponta que as modificações econômicas, políticas e sociais estão intimamente ligadas aos significados de infância, e que as construções sociais vão apresentando um conjunto de possibilidades para a condução dos indivíduos.

No Brasil, o atendimento à infância surge da necessidade de atender a população infantil especialmente pelo abandono e pela mortalidade. Moysés Kulhmann Jr (2011) traz importantes contribuições sobre o processo histórico das instituições de atendimento à infância.

As primeiras instituições foram inspiradas em abrigos e asilos que recolhiam as crianças abandonadas desde o período Medieval. Desde esse tempo seu surgimento teve a finalidade de dar amparo e assistência aos que necessitavam. Borges (2015) ao realizar um estudo sobre as formas de atendimento à infância na cidade de Rio Grande-RS, faz uma análise do processo histórico das instituições de atendimento infantil. A autora aborda que as primeiras instituições de atendimento à infância no Brasil inspiraram-se nos abrigos e asilos que desde o período Medieval recolhiam crianças abandonadas. Essas instituições tinham o propósito de conceder assistência e amparo às crianças abandonadas. Uma das instituições que serviram como alternativa para o abandono de crianças foi a roda dos expostos, instaladas nas Santas Casas de Misericórdia. Conforme Marcílio (2006, p.57):

O nome da roda provém do dispositivo onde se colocavam os bebês que se queriam abandonar. Sua forma cilíndrica, dividida ao meio por uma divisória, era fixada no muro ou na janela da instituição. No tabuleiro inferior, e em sua abertura externa, o expositor depositava a criancinha que enjeitava. A seguir, ele girava a roda e a criança já estava do outro lado do muro. Puxava-se uma cordinha com uma sineta, para avisar a vigilante ou rodeira que um bebê acabava de ser abandonado e o expositor furtivamente retirava-se do local, sem ser identificado.

Segundo Borges (2015, p.45), a principal preocupação da instituição ao recolher as crianças abandonadas era providenciar o batismo, pois acreditava-se que somente por meio dele a criança teria a salvação da alma.

Conforme Poletto (2012) em seus estudos sobre a história de assistência aos jovens no Brasil, as Santas Casas eram as instituições que atendiam os abandonados, além de serem voltadas à caridade e tratamentos de saúde. A autora aponta que através de uma Lei dos Municípios de 1828, as câmaras municipais repassam oficialmente seu dever de cuidar dos expostos para as Santas Casas de Misericórdia. Marcílio (2003), complementa essa ideia, colocando que o atendimento deveria ser feito, supostamente, pelas câmaras municipais, que frequentemente alegavam não ter recurso para custear este serviço. Esta foi uma das primeiras formas de assistência às crianças no Brasil que se tem conhecimento.

O objetivo das Santas Casas era de acolher, alimentar, cuidar e de não deixar os bebês sem o sacramento do batismo, já que eram casas de caridade cristãs. Percebe-se a assistência e a caridade com o próximo com o objetivo de salvação: de quem é salvo e de quem salva. Segundo Lockmann e Mota (2013), as santas casas foram as únicas instituições que acolheram, por quase três séculos, crianças abandonadas, pobres e indigentes.

Através da Roda dos Expostos, as Santas Casas de Misericórdia recebiam as crianças abandonadas. Eram cumpridos os rituais a partir do recebimento dos expostos, um deles é o registro das crianças expostas no Livro de Matrículas:

Nesse livro, anotava-se o número de entrada, sexo, cor, idade aproximada, estado de saúde, o dia, a hora o mês e o ano em que fora deixada na Roda. Apontava também o enxoval ou roupa, qualquer papel escrito, medalha ou sinal, pelos quais a criança pudesse ser identificada, se algum dia viessem buscá-la (CORAZZA, 1998, p.108).

As crianças eram alimentadas por amas-de-leite e batizadas. Uma criadeira recebia dinheiro para cuidar e criar a criança, até, mais ou menos, sete ou oito anos de idade, depois a criança era devolvida à Casa. Após eram buscadas famílias que acolhessem esses expostos para aprenderem algum ofício: ferreiro, sapateiro, balconista, para os meninos, e empregada

doméstica para as meninas. Segundo Marcílio (1997) aos meninos havia a possibilidade de serem enviados para as Companhias de Aprendizes Marinheiros ou Aprendizes do Arsenal de Guerra, verdadeiras escolas profissionalizantes dos pequenos desvalidos, dentro de dura disciplina militar (MARCÍLIO, 1997, p.73-74).

A assistência prestada por essas instituições era ligada às obras de caridade, para que os bebês entregues a elas pudessem ser batizados, sendo esta a primeira preocupação, com o objetivo de salvá-los a alma, além de conter o infanticídio e o aborto.

As crianças acolhidas pelas Santas Casas, depois de uma certa idade poderiam ser mandadas para casas de famílias, servindo como mão de obra barata. Marcílio (2006) afirma que as crianças que eram incorporadas a uma família, tinham mais chances de sobreviver e de se estabelecer na idade adulta.

As estratégias de cuidado e assistência através da caridade e benemerência eram ações que direcionavam condutas sobre o corpo das crianças abandonadas. Com a instituição de regras morais e religiosas, tem-se o controle dos indivíduos para que não ofereçam perigo à sociedade, tornando-os sujeitos úteis através do aprendizado de algum ofício.

Segundo Lockmann e Mota (2013, p.92), as primeiras práticas de assistência no Brasil foram de cunho caritativo, realizadas por igrejas e conventos, no período colonial. Eram “uma espécie de filantropia caritativa e ato de benemerência ao próximo”, que tinham o objetivo de conduzir a conduta dos sujeitos através das verdades religiosas.

Marcílio(1997) aponta que os expostos dependiam do espírito de caridade da população, que ajudavam a mantê-los nas instituições. No período colonial, segundo a autora, era um hábito homens que possuíam bens, preocupados com a salvação das suas almas, fazerem doações em testamento para a caridade. Preocupação que ia além da caridade com os expostos, mas consigo mesmo, os “homens proprietários, preocupados com a salvação das suas almas deixavam em seus testamentos legados e esmolas para a misericórdia, muitos designando-os expressamente para ajuda na criação dos expostos”(MARCÍLIO,1997, p.67).Pode-se complementar essa ideia com os estudos de Lockmann (2013, p.187-188),os quais indicam que:

Participar das ordens religiosas dessa época, tais como as Misericórdias, por exemplo, significava, por um lado, usufruir de benefícios terrenos que melhoravam as possibilidades de fazer bons negócios e obter vantagens junto ao Governo; por outro, viver essa vida de acordo com os princípios religiosos, exercendo o bem, ajudando os necessitados, garantiria a salvação das almas dos benfeitores, encaminhando-os à vida eterna.

A essa salvação das almas, podemos nos remeter ao poder da Igreja em pastorear o seu rebanho na promessa da salvação, conduzindo os fiéis à segurança e salvação através das ações caritativas. Foucault utiliza a metáfora do rebanho e do poder pastoral e diz que “esse é o tipo de poder que foi introduzido no Ocidente pelo cristianismo e que tomou uma forma institucional no pastorado eclesiástico: o governo das almas se constitui na Igreja cristã como uma atividade central e doutra, indispensável à salvação de todos e de cada um” (FOUCAULT, 1987, p.82). Esse controle pastoral permite, através do convencimento, através de regimes de verdade, conduzir as almas para a salvação. O pastor conduz seu rebanho, o protege, o alimenta. Foucault faz uma comparação da forma como a Igreja Ocidental passou a conduzir a conduta dos sujeitos através da pastoral das almas. Segundo o autor:

O pastor está a serviço do rebanho, deve servir de intermediário entre ele e os pastos, a alimentação, a salvação, o que implica que o poder pastoral, em si, é sempre um bem. Todas as dimensões de terror e de força ou de violência temível, todos esses poderes inquietantes que fazem os homens tremer diante dos poderes dos reis e dos deuses, pois bem, tudo isso se apaga quando se trata do pastor (FOUCAULT, 2008, p.172).

Para valer-me da perspectiva que apoiou esta pesquisa, compreendo esse poder como a condução da conduta dos indivíduos, mas não como algo imposto, mas por crerem na salvação, é que se deixam conduzir:

Trata-se de um processo de convencimento que faz as pessoas se inclinarem diante de determinada verdade. Não é obediência, nem obrigação, mas um conjunto de técnicas de convencimento que agem por meio de um governo pela verdade. Tais ações são práticas de governo, de condução, de regulação, de controle pastoral (LOCKMANN E MOTA, 2013, p.98).

O poder pastoral, portanto, permeou as primeiras práticas de assistência à infância de forma muito significativa, acentuando a caridade e benemerência para a salvação, intervindo diretamente na vida dos indivíduos.

Com o avanço da urbanização, em meados do século XIX, inicia-se uma preocupação maior com a vida biológica, onde a preocupação central se direciona à prevenção de doenças e cuidados higiênicos:

Era necessário criar novas táticas de governo que permitissem não apenas um controle-pastoral dos indivíduos, mas, principalmente, um controle político-biológico da população. Começa, então, a se esboçar uma nova forma de governar que possibilitava controlar a circulação dos indivíduos, seus hábitos, suas formas de agir e conviver, evitando e prevenindo a

ocorrência de acidentes, desgraças, miséria e doenças. (LOCKMANN E MOTA, 2013, p.99).

A partir daí há um deslocamento no que tange às formas de governo da população, pois os saberes científicos fazem com que haja uma nova estratégia, envolvendo os indivíduos a agir de determinadas formas para modificar sua realidade. Através desses saberes científicos e com ajuda da estatística, foi possível analisar as necessidades da população de um determinado espaço, gerenciando os riscos sociais e utilizando-se de estratégias para conter esses riscos.

Bujes (2002, p.35) coloca que a partir do século XVII as preocupações passam a voltar-se para a vida. Da ameaça de morte passa-se à exaltação da vida, cria-se a necessidade de uma biopolítica da população. O termo biopolítica, de Foucault, sendo uma faceta do biopoder, lança estratégias onde os objetivos passam a ser o fazer-viver, e é onde se exercita o biopoder, conforme formulado por Foucault (2007):

Esse poder sobre a vida desenvolveu-se a partir do século XVII, em duas formas principais; [...] dois pólos de desenvolvimento interligados por um feixe intermediário de relações. Um dos pólos, o primeiro a ser formado, ao que parece, centrou-se no corpo como máquina: no seu adestramento, na ampliação de suas aptidões, na extorsão de suas forças, no crescimento paralelo de sua utilidade e docilidade, [...] – tudo isso assegurado por procedimentos de poder que caracterizam as disciplinas: uma anátomo-política do corpo humano. [...] O segundo, que se formou um pouco mais tarde, por volta da metade do século XVIII, centrou-se no corpo-espécie, no corpo transpassado pela mecânica do ser vivo e como suporte dos processos biológicos: a proliferação, os nascimentos e a mortalidade, o nível de saúde, a duração da vida, a longevidade, com todas as condições que podem fazê-los variar; tais processos são assumidos mediante toda uma série de intervenções e controles reguladores: uma biopolítica da população (FOUCAULT, 2007, p. 151-152).

Conforme salientei anteriormente, através da ciência foi possível serem produzidos saberes sobre a infância, através da condução da conduta e regulação desses sujeitos, além das práticas educacionais voltadas à esse corpo infantil. Esta etapa da vida passou a ser um interesse e o corpo da criança um foco de poder-saber através da disciplina, que manifesta o domínio do poder. Para Bujes (2002, p.38):

A infância torna-se objeto do olhar do Estado e de um olhar científico, moral, religioso e até familiar, neste quadro de múltiplas transformações sociais e políticas, mas, sobretudo, a partir do projeto pensado pelo Iluminismo. As crianças passam a ser vistas como seres diferenciados dos adultos. [...]. As crianças continuam sem voz e suas identidades são

configuradas a partir de perspectivas e de interesses que espelham a vontade de poder de setores específicos da sociedade.

Os saberes que se ocupam da infância passam a fazer parte de diferentes âmbitos: educacional, médico-higienistas, administrativos, jurídicos, que se propõe a documentar com minúcias a conduta infantil. Aos poucos, vão tornando-se objetos de disciplina, do poder disciplinar. A partir disso, percebe-se o deslocamento em relação às formas de assistência, pois passou da preocupação com a salvação das almas, na forma caritativa, à uma preocupação com a vida biológica, através de um controle político-biológico da população (LOCKMANN, 2013). Outras formas de governar a população emergiram e os saberes ligados à infância estão ligados às práticas educacionais que começam a surgir para ela. Dessa forma, através da biopolítica, são acionados outros saberes e desenvolvem-se outras estratégias para o governo da população.

Através do controle político-biológico da população, criam-se novas formas de governar, necessitando mais saberes sobre os indivíduos, seus hábitos, a fim de diminuir as doenças, acidentes, de forma a gerir os riscos sobre a população. Para Bujes (2002, p.37) “a infância tornou-se um domínio de interesse sobre o qual se tinha vontade de saber”, portanto, só haverá uma intervenção se houver conhecimento sobre ela. Com isso, a infância torna-se objeto de um olhar científico, moral, religioso, estatal, passam a ser vistas como seres diferentes dos adultos. Mas ainda compreendidas como seres que necessitam de intervenção e de governo (BUJES, 2002, p.39).

A ideia de uma sociedade moderna, com atendimento e assistência à infância associava-se à noção de uma sociedade em progresso, o que Kulhmann Jr (2011, p.56) denomina de assistência científica por “se sustentar no progresso e na ciência da época.” Começam a surgir estudos sobre as crianças a partir de interesses médico-higienistas, educacionais e administrativos. Estes variavam desde as medições, pesagens, descrições, até a análise dos comportamentos e interesses. Dessas investigações passam a definir os comportamentos infantis e suas formas de condução. Com isso, as crianças tornam-se objetos de ações de poder através da disciplina.

Maria Isabel Bujes, em seu artigo *Infância e Risco* (2010), traz um estudo sobre como determinados grupos de crianças tornaram-se alvo de alguma forma de cuidado ou assistência social. As políticas públicas destinadas à população infantil é que vão atender os grupos que são ameaça para a sociedade. Essa ameaça está ligada a ideia de “risco social”, e está associada a um segmento específico da população, os menos favorecidos economicamente. Ela

utiliza a noção de governo, pois através do exercício do poder são utilizadas estratégias para conduzir a conduta dos indivíduos, e apresenta que são nas “formas de agir sobre as condutas humanas que a noção de risco ganha sentido” (BUJES, 2010, p.160). A autora traz também os fatores que contribuíram no decorrer da história com a ideia que temos hoje de criança desamparada e desprotegida. Essa ideia se articula nas formas como as crianças foram sendo percebidas, tornando-se alvo de cuidado e assistência social.

A partir desses estudos vão surgindo outras áreas de interesse nos sujeitos infantis, como a Pedagogia, Psicologia e Medicina, com discursos que se formulam como “verdade”, sendo disseminados e autorizados a fazer referência à infância com autoridade (BUJES, 2002). A infância passa a ser um campo de exercício de poder e saber, através de intervenções de várias áreas, com objetivo de dar assistência, pautadas em saberes científicos para garantir o governo dos sujeitos infantis.

Para dar continuidade à contextualização histórica acerca das demandas e estratégias políticas em torno da infância, a partir da influência da assistência científica, julguei pertinente analisar como os processos de escolarização das crianças foram se dando, e as estratégias de condução da conduta dos indivíduos no decorrer da história do Brasil.

É importante salientar que mesmo que o objeto de estudo- o Programa Criança Feliz- não tenha seu foco na educação, ele traz um retorno ao campo da assistência, fazendo com que haja um deslocamento na infância de direitos que já estava assegurada. Na próxima seção abordei como as políticas públicas para as crianças foram se dando e as estratégias de governo em torno do sujeito infantil.

3.3.A INFÂNCIA, AS CRIANÇAS E AS POLÍTICAS PÚBLICAS

Com o decorrer do tempo a infância passa a ser percebida como um campo de saber, onde se faz necessário o conhecimento para que os sujeitos possam ser conduzidos. Nesta parte da escrita, pretendi apresentar um pouco de como as questões políticas acerca da infância foram acontecendo e quais as estratégias que ao longo do tempo foram se dando para governar os sujeitos infantis.

Conforme Passetti (2000), em seu trabalho sobre crianças e políticas públicas, nas últimas décadas do século XIX, muitas crianças e jovens eram vítimas de variados tipos de violência que aconteciam nas famílias, nas escolas, fábricas, nos confrontos entre gangues e policiais. Muitos pais abandonavam seus filhos por não terem condições de criá-los, pois viviam em subúrbios e cortiços. Nesses cortiços, as pessoas trocavam muitas vezes de

parceiros, aumentando os membros da família, bem como crianças desnutridas e sem escolaridade. A violência e as famílias consideradas sem estrutura passaram a ser um problema de Estado, não mais das filantropias, como os orfanatos.

A forma de vida nos subúrbios, com famílias numerosas, fazia com que crianças e jovens vivessem privados de condições sociais e econômicas. Por conta disso, muitos desses jovens se voltaram à criminalidade, então “a ideia de que a falta de família estruturada gestou os criminosos comuns e os ativistas políticos, também considerados criminosos, fez com que o Estado passasse a chamar para si as tarefas de educação, saúde e punição para crianças e adolescentes” (PASSETTI, 2000, p.348).

Uma das medidas adotadas pelo poder público foi retirar das ruas as crianças que viviam nelas, pois causavam desconforto à população. Elas eram levadas para asilos mantidos pelo governo, sob o compromisso de educar e profissionalizar, mas realmente a intenção era retirar esses sujeitos do convívio social. Houve intervenções de profissionais de saúde, com um trabalho voltado especialmente para a criança pobre, de cuidados com a higiene e até punições caso desrespeitassem as regras de higienização (PASSETTI, 2000). Um pouco mais tarde foram criadas instituições para atender especialmente a demanda de crianças que necessitavam de assistência.

Na Europa, no final do século XIX, as creches surgiram primeiramente nos países onde as mulheres precisavam trabalhar para o seu sustento. No Brasil, surgiram na segunda metade do século XX, período de urbanização, industrialização, da proliferação do discurso médico-higienista e da república. Conforme os estudos de Barbosa (2000) as primeiras creches tinham a intenção de diminuir a mortalidade infantil, atender as mães solteiras, divulgar campanhas de amamentação e realizar instruções morais às famílias. Através das ideias médico-higienistas e de psicólogos, eram descritas as condutas das crianças e classificadas enquanto normais ou patológicas.

Kuhlmann Jr. (2000) em seu estudo sobre a história da Educação Infantil brasileira, apresenta o processo de criação da creche. O autor aborda que foi através das descobertas no campo da microbiologia, que foram viabilizadas formas de amamentação artificial, fazendo com que a creche encontrasse condições para se difundir, pois anteriormente era atribuída às mães os cuidados e educação dos bebês, além dos índices de doenças e mortalidade que eram muito altos. Como a condição de alimentar passa a não ser exclusiva das mães, as creches se difundem internacionalmente e chegam ao Brasil. Ao longo do tempo proliferam-se e muitas instituições mantenedoras de creches, que chegaram a ter profissionais da área educacional

(KUHLMANN JR, 2000). Os atendimentos de crianças de quatro a seis anos, na maioria das vezes, eram dados em jardins de infância.

Carvalho (2006) discutiu em sua dissertação sobre a emergência das instituições de Educação Infantil, evidenciando esses estabelecimentos como formas de ordenar e regular as camadas da sociedade consideradas difusas, fazendo com que, através da produção de saberes sobre esses indivíduos, fosse possível classificá-los, moldá-los e normalizá-los. O autor aborda as condições de emergência das instituições a partir dos conceitos propostos por Foucault. Nessa perspectiva, o autor compreende

Tais estabelecimentos enquanto maquinarias capazes de disciplinar as subjetividades dos indivíduos para algumas formas muito particulares de viver o espaço e o tempo, a partir de categorias relacionadas com a “invenção” dos sujeitos modernos. Justifica-se, assim, o fato de que essas instituições (assim como as demais instituições envolvidas com a educação) foram (e continuam sendo) os principais estabelecimentos encarregados de construir um tipo de mundo chamado mundo moderno, cujos ideais estão sendo problematizados pela pós-modernidade (CARVALHO, 2006, p.119).

Assim, através desse estudo o autor traz as instituições de Educação Infantil enquanto espaço que emergiu a partir de embates sociais, políticos e econômicos que foram se dando na sociedade em um determinado contexto, perpassando outros lugares além das instituições, como a família.

Nesse sentido, percebe-se as instituições para a educação da infância como um instrumento potente de ação biopolítica, pois a partir dos discursos médico-higienistas a criança tornou-se alvo de investigação e investimento, tendo na escola um aparato de controle dessa população. Dessa necessidade de agir sobre a infância, de modo a torná-la um período útil, Carvalho (2006 p.122) coloca que “médicos, pedagogos e professores começaram a dirigir conselhos às famílias e autoridades, prescrevendo a conduta infantil a partir da vigilância”, com isso, a família torna-se aliada e propulsora das instituições educacionais, pois foram incentivadas a levar seus filhos para a escola. A família foi uma condição de possibilidade que permitiu a emergência das escolas infantis.

Outro aspecto que cabe ressaltar é o fato de que, no século XX, a legislação trabalhista de 1932 previa que onde trabalhassem mais de trinta mulheres deveria ter uma creche¹⁴. As primeiras legislações que apontam para o direito a espaços para o cuidado de

¹⁴O Decreto Nº 21.417 de 17 de maio de 1932 regula as condições de trabalho das mulheres em estabelecimentos industriais e comerciais. Dentre eles, o Artigo 12 prevê: “Os estabelecimentos em que trabalharem, pelo menos,

crianças pequenas não vêm do campo da educação. Conforme aponta Kuhlmann Jr. (2000), este modo de educação voltado para crianças bem pequenas, não fez parte de uma intenção de educação. Sobre isso, Bujes (2002, p.58) afirma que:

É importante ressaltar que este novo modo de educação voltado para as crianças muito pequenas [...] não constituiu, em seus inícios, nem parte da educação formal, nem, posteriormente, parte dos chamados “sistemas nacionais de educação”. Ele foi originalmente uma forma de organização social que esteve a cargo da caridade (e mais tarde da filantropia), portanto, com um caráter marcadamente assistencial. Instituiu-se para dar conta de uma população infantil sujeita a condições sociais adversas [...] foi proposto como solução para resolver/minimizar os problemas sociais e morais atribuídos à pobreza. Esteve, em suas origens, associado a uma visão pejorativa das classes populares, vistas como ameaçadoras do equilíbrio social. A instituição, se atentarmos para o que nos diz Foucault, nasceu associada a um movimento em prol da vida ou, para utilizar suas palavras “fazer viver”.

Essa forma de atendimento à infância pobre, principalmente às crianças que estavam nas ruas, foi concomitante ao processo de escolarização de massas. Lockmann e Mota (2013, p.103) acrescentam que “esse processo de escolarização das massas aparecia articulado a um projeto mais amplo de progresso da nação e de higienização da cidade. Para o sucesso desse projeto, era fundamental agir sobre a infância”. Ao trazer os sujeitos para dentro da escola, observa-se as estratégias de conduta dos indivíduos. Ao gerir e controlar os corpos, em relação à saúde e à higiene, demonstra a assistência dentro de espaço escolar, através da necessidade do gerenciamento higienista e sanitário.

Com a expansão do sistema capitalista no século XX, evidencia-se o aumento da população vulnerável, excluída e marginalizada. Houve também um crescimento de entidades privadas ligadas, principalmente à Igreja Católica, para atender os órfãos, delinquentes e abandonados para doutrinar e moralizar.

A partir desse período, surgiram outras formas de atendimento à infância através de Decretos, Códigos e serviços com intuito de “preservar” a infância através da prevenção, instrução e correção. A criança deveria ser educada porque seria o futuro da nação, mas, em se tratando da criança pobre, o objetivo era “moldá-la para a submissão” (RIZZINI, 2008, p.29), pois no modelo capitalista, era necessário ter esse tipo de mão-de-obra nas relações de produção. Esta autora aponta ainda que:

trinta mulheres com mais de 16 anos de idade terão local apropriado onde seja permitido às empregadas guardar sob vigilância e assistência os seus filhos em período de amamentação”. (BRASIL, 1932)

O país optou pelo investimento numa política predominantemente jurídico-assistencial de atenção à infância, em detrimento de uma política nacional de educação de qualidade, ao acesso de todos. Tal opção implicou na dicotomização da infância: de um lado, a *criança* mantida sob os cuidados da família, para a qual estava reservada a cidadania; e do outro, o *menor*, mantido sob a tutela vigilante do Estado, objeto de leis, medidas filantrópicas, educativas/repressivas e programas assistenciais [grifos da autora] (RIZZINI, 2008, p.29).

Com a necessidade de oferecer escolarização aos sujeitos pobres, a educação passa a ser a ferramenta para diminuir os riscos da sociedade. A escola vai ser responsável por instruir valores às classes mais pobres, para ensinar-lhes bons hábitos e costumes, gerindo os riscos. No que diz respeito à educação das crianças pequenas, Kuhlmann Jr (2000) aponta que as propostas de educação popular efetivadas pelos congressos e exposições internacionais¹⁵ não pretendiam lançar grandes investimentos na educação dos mais pobres:

A concepção da assistência científica, formulada no início do século XX, em consonância com as propostas das instituições de educação popular difundidas nos congressos e nas exposições internacionais, já previa que o atendimento da pobreza não deveria ser feito com grandes investimentos. A educação assistencialista promovia uma pedagogia da submissão, que pretendia preparar os pobres para aceitar a exploração social. O Estado não deveria gerir diretamente as instituições, repassando recursos para as entidades (KUHLMANN JR., 2000, p.8).

Com tal perspectiva concomitante ao surgimento destas instituições de educação popular à infância, percebe-se a proliferação de denominações que começam a ser utilizadas para fazer referência às crianças pobres. Um destes termos é *menore*. Rizzini (2008) em seu livro sobre a história das políticas públicas para a infância no Brasil, ressalta que até os anos de 1900 não havia distinção entre as fases da infância e adolescência, o termo infância era utilizado até completar a maioridade e o termo *menor* era utilizado por todos que não tivessem completado a maioridade. No início do século XX, aparecem os termos *púbere*, para rapaz e *rapariga*, associando essas formas à criminalidade.

O termo *delinquência juvenil* aparece também no início do século XX. O termo *menor* adquire uma conotação diferente da anterior, conforme Rizzini (2008, p.134) “torna-se uma

¹⁵ Moysés Kuhlmann Jr.(2011) em seu livro *Infância e Educação Infantil- uma abordagem histórica*, aborda que os congressos e exposições internacionais, no século XIX, tinham o objetivo de apresentar propostas que abrangessem o conjunto das relações sociais em que os trabalhadores e a população pobre das cidades estivessem envolvidos. “procurava-se prever a educação da infância e do adulto, a casa em que fossem morar, os móveis e a alimentação” (KUHLMANN JR, 2011,p.58).

categoria jurídica e socialmente construída para designar a infância pobre – abandonada (material e moralmente) e delinquente. Ser menor era carecer de assistência, era sinônimo de pobreza, baixa moralidade e periculosidade”.

Essas denominações que vão aparecendo a partir do início do século XX nos suscitam a pensar sobre as mudanças nas formas de perceber a infância neste contexto no Brasil. Percebe-se, com tais denominações, uma necessidade de descrever em minúcias de que infância se fazia referência ou estava se tratando. A partir da caracterização da criança ou jovem, que era realizada por meio de investigações detalhadas, definia-se o tipo de atendimento, assistência ou tutela que seria mais indicado (RIZZINI, 2008).

A partir da abordagem sobre estas formas de atendimento à infância, apresento um quadro que demonstra alguns movimentos através de congressos, conselhos e serviços que visaram atender a infância a partir do século XX. Para isso, apoio-me nos estudos de Poletto (2013) para buscar compreender como, ao longo dos anos, foram se instituindo políticas públicas para subsidiar a infância.

Valendo-me dos estudos de Poletto (2013) que abordou aspectos que envolvem a história da infância e da juventude no Brasil, a partir da análise de produções acerca das trajetórias das Leis Brasileiras e da política de proteção à criança e ao adolescente, organizei a tabela abaixo para demonstrar algumas políticas que tinham a intenção de diminuir os riscos sociais da infância. Apresento algumas políticas do início do século XX, das primeiras décadas até o final de 1970, ainda com grande influência do regime militar. No decorrer do tempo há um deslocamento na organização das políticas, pois inicialmente percebe-se a ênfase na saúde, depois as preocupações voltam-se à assistência social e logo para a educação, a partir da década de 1980, que falarei adiante.

TABELA 4: POLÍTICAS PARA A INFÂNCIA

Ano	POLÍTICAS PARA A INFÂNCIA
1922	Primeiro Congresso Brasileiro de Proteção à Infância, tendo os asilos como referência de espaço para os menores abandonados. Com o tempo os asilos tornaram-se similares aos quartéis, com objetivo corretivo, com muita disciplina, isolamento da criança, muros altos e uniformes severos.
1923	Primeiro Juízo de Menores do Brasil (decreto nº 16.272 de 20 de dezembro de 1923)
1924	Conselho de Assistência e Proteção dos Menores, que teve sua

	consolidação, através do Decreto n°. 17.943-A, apenas em 1927.
1927	Código de Menores, no qual se destaca a nítida criminalização da infância pobre, caracterizada como ‘abandonada’ e ‘delinquente’
1930	A política adotada enfocava a família como elemento participativo no desenvolvimento da criança e do adolescente, e a sociedade como responsável pela garantia do direito de proteção aos mesmos, isentando assim, o Estado de qualquer responsabilidade.
1930	Criação do Ministério da Educação (MEC). Órgão do Governo Federal do Brasil fundado no decreto n.º 19.402, em 14 de novembro, com o nome de Ministério dos Negócios da Educação e Saúde Pública, era encarregado do estudo e despacho de todos os assuntos relativos ao ensino, saúde pública e assistência hospitalar.
1940	O Governo Federal constituiu o Departamento Nacional da Criança.
1941	Serviço de Assistência a Menores (SAM) através do Decreto n°. 3.799, subordinado ao Ministério da Justiça, possuindo um caráter correccional-repressivo, e que adotava internações, assemelhando-se a um sistema penitenciário.
1942	Legião Brasileira de Assistência (LBA)
Anos 40	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (SENAC), Serviço Social do Comércio (SESC), entidades da iniciativa privada que ofereciam programas para a formação profissional de mão de obra de adolescentes.
1946	Organização das Nações Unidas (ONU), criou o UNICEF (United Nations Children’s Fund.), que dois anos após sua criação, instala-se no Brasil. Essa Fundação liderou e apoiou algumas das mais importantes transformações na área da infância e da adolescência no país, como as grandes campanhas de imunização e aleitamento, a aprovação do artigo 227 da Constituição Federal, o ECA, o movimento pelo acesso universal à educação, os programas de combate ao trabalho infantil e as ações por uma vida melhor para crianças e adolescentes no semi-árido brasileiro.
1964	Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM-Instituída pela Lei n°. 4.513, de 1º de dezembro de 1964)

1979	Reelaboração do Código de Menores de 1927 Promulgado pela Lei n°. 6.697, de 1° de outubro de 1979-
------	--

Tabela 4: Políticas para a infância a partir dos apontamentos de Poletto (2013).
Fonte: Elaborado pela autora.

Ao observar a tabela acima, percebe-se que as leis, decretos, instituições que foram sendo criados a partir das primeiras décadas do século XX, demonstram as estratégias para o controle da população, especialmente da infância e adolescência consideradas marginalizadas, com o objetivo de assistência para a contenção de riscos.

No caso da infância pobre, até hoje o que vemos são programas, políticas, projetos assistenciais com intencionalidades biopolíticas, gerindo os riscos de uma determinada população. Pode-se pensar sobre os interesses nos “menores”: protegê-los ou moldá-los para o convívio social, protegendo a população das suas possíveis ameaças? Com estratégias de controle e normalização, através do governo, são lançadas formas de condução de seus possíveis campos de ação. As proposições acima elencadas demonstram ações para governar cidadãos, utilizando-se das políticas públicas como estratégia.

Na próxima seção, apresento um deslocamento das formas de assistência pautadas na ideia da infância como sujeito de direitos. Apresentarei algumas leis que visam, além do atendimento, a sua educação.

3.4. A INFÂNCIA ENQUANTO SUJEITO DE DIREITOS

Nesta seção abordarei o deslocamento que ocorre na história infância no que tange ao atendimento, que passa da assistência para o campo da educação, considerando que para governar a população, é necessário, primeiramente, construir um conjunto de conhecimentos sobre os sujeitos que serão o alvo das estratégias de governo.

A partir daí, poderão ser feitas intervenções, afim de regular e gerenciar os riscos a que cada grupo está submetido. No Programa Criança Feliz, através de biopolíticas, serão lançadas estratégias com o objetivo de administrar a vida, pela lógica da segurança da sociedade. O Governo investe para que os indivíduos vivam mais, que adotem cuidados com a saúde, alimentação, para que a vida se mantenha protegida. No Programa Criança Feliz, investir no estímulo aos filhos é uma forma de garantir um futuro de sucesso.

Após discorrer sobre um pouco da história da infância e quais foram as primeiras formas de assistência às crianças, pretendo abordar sobre como esta foi ganhando espaço no decorrer dos anos, fazendo uma breve síntese do que me referi nos capítulos anteriores.

A intenção desta parte da escrita foi perceber dos deslocamentos que foram ocorrendo no decorrer da história da infância, especialmente demonstrar o quanto as crianças foram ganhando visibilidade no campo das políticas públicas, vista como sujeito de direitos, tornando-se alvo de governo desde o nascimento. Através dos materiais que propus analisar nesta dissertação, percebe-se o governo da infância através de diferentes estratégias, e, conforme Gallo (2013) “qualquer criança, vivendo em um Estado democrático, está instrumentalizada, governada, ainda que o veículo desta instrumentalização seja a afirmação dos seus “direitos” (GALLO, 2013 p.207). Nesse sentido, percebe-se que ao serem foco de estratégias em defesa dos seus direitos, as crianças passam a ser alvo de um poder mais sutil e sedutor, através da afirmação dos direitos pelas políticas públicas. A democracia é a grande estratégia do neoliberalismo, pois captura os sujeitos através das reivindicações da própria sociedade, fazendo com que esta esteja sempre em dívida com o Estado. No caso do investimento na infância, este será cobrado no futuro, tendo o indivíduo que “prestar contas” através do seu trabalho e investimento em si mesmo, para o progresso do país.

Por isso, ao apresentar algumas leis que tem o foco na infância, pretendo perceber esses deslocamentos sobre o governo da mesma. Apresentei também algumas leis que foram surgindo, como a Constituição Federal de 1988, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil(DCNEI) e o Plano Nacional de Educação (PNE) e a Base Nacional Comum Curricular (BNCC), entre outras.

Conforme afirmei nas seções anteriores deste capítulo, durante os séculos XVIII e início do século XIX predominavam as práticas essencialmente caritativas para zelar pelas crianças pobres. Um exemplo foi a Roda dos Expostos, que acolhia as crianças abandonadas utilizando um dispositivo que impedia a identificação de quem as abandonava. Esse mecanismo de assistência encontrava-se nas Santas Casas de Misericórdia, que recebiam as crianças abandonadas. Após anos de assistência caritativa, na metade do século XIX, a preocupação com a higienização das cidades refletiu-se diretamente no cuidado às crianças, estas tornando-se foco de higienistas, fazendo com que várias ações fossem tomadas para preservar a população infantil.

Ao tornar-se foco de um olhar científico e moral, as crianças passam a ser alvo de controle, sendo inseridas em espaços destinados a elas. Percebe-se o deslocamento das primeiras formas de assistência à infância até tornar-se fonte de saberes científicos. Rizzini (2008, p.114) aponta que “o eloquente discurso e a eficiente ação dos higienistas fizeram esmorecer o velho caráter da misericórdia para abrir espaço para sua missão de cunho

científico e social”. Ao longo dos anos, multiplicaram-se alternativas e ações com a intenção de preservar o sujeito infantil.

Com o fim da Ditadura Militar, em 1985, o processo de reconstrução da democracia ganhou força. Várias mobilizações marcaram esse período, inclusive nas práticas de assistência às crianças. Desse contexto de lutas, resultou a promulgação da Constituição de 1988, sendo que a partir dela, o atendimento de zero a três anos passa a ser dever do Estado e direito de todas as crianças brasileiras.

Na Constituição Federal de 1988, após anos de história de uma infância com concepções e práticas assistencialistas, a criança é entendida como um sujeito de direitos, e seu atendimento educacional deve ser garantido em creches e pré-escolas, sendo dever do Estado, da família e também da sociedade. Vários movimentos tiveram participação nessa conquista: os profissionais da educação, os movimentos de trabalhadores, movimentos comunitários e movimento de mulheres. A partir da Constituição, novas políticas e legislações foram surgindo com a intenção de proteger as crianças.

A seguir, apresento a tabela 5¹⁶ com publicações e políticas para a infância. Com ela pretendo mostrar a visibilidade e as várias políticas que vão surgindo para subsidiar o atendimento à infância, mais especificamente a Educação Infantil. Logo, abordarei algumas mais detalhadamente.

TABELA 5:PUBLICAÇÕES E POLÍTICAS PARA A EDUCAÇÃO DA INFÂNCIA

ANO	PUBLICAÇÃO
1961	Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961. Há menção para a educação pré-primária, onde o atendimento será dado em escolas maternas ou jardins de infância.
1962	Primeiro Plano Nacional de Educação, elaborado pelo Conselho Federal de Educação.
1971	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei 5.692 de 11 de agosto de 1971. Não faz menção à educação infantil, o foco é no ensino primário e segundo grau. apresenta com relação à educação das crianças menores de 7 anos)
1988	Constituição da República Federativa do Brasil. Através da Constituição Federal, a Educação Infantil é legitimada como um direito da criança. Segundo Plano Nacional de Educação, em conformidade com a

¹⁶ Levantamento baseado em KRAMER(1992) e site do Ministério da Educação MEC, disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=comcontent&view=article&id=12579%3Aeducacao-infantil&Itemid=1152>

	Constituição Federal.
1990	Estatuto da Criança e do Adolescente
1993	Política de Educação Infantil- Ministério da Educação.
1994	Política Nacional de Educação Infantil
1995	Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças. Departamento de pesquisas educacionais- Ministério da Educação
1996	Propostas Pedagógicas e currículo em Educação Infantil: um diagnóstico e a construção de uma metodologia de análise. Ministério da Educação. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, lei 9.394/96, reforça a condição de direito da criança à educação, mas apresenta como obrigatório apenas no atendimento às crianças de 7 a 14 anos. A Educação Infantil passa a ser considerada a primeira etapa da Educação Básica, sendo que as creches passam para o campo da educação.
1998	Subsídios para o credenciamento e funcionamento de instituições de Educação Infantil. Ministério da Educação Referencial Curricular Nacional para Educação Infantil- RCNEI. Ministério da Educação.
1999	Diretrizes Curriculares Nacionais, resolução CNE/CEB nº 01/99
2006	Parâmetros Nacionais de Qualidade para Educação Infantil. Ministério da Educação Parâmetros Básicos de Infraestrutura para instituições de Educação Infantil. Ministério da Educação Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à Educação. Ministério da Educação
2009	Critérios para um Atendimento em Creches que respeitem os Direitos Fundamentais das Crianças. (Reedição do documento editado em 1996). Ministério da Educação Indicadores da Qualidade na Educação Infantil. Ministério da Educação Política de Educação Infantil no Brasil: Relatório de avaliação. Ministério da Educação Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil – Resolução CNE/CEB nº 05/2009, fixa as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil. Ministério da Educação
2012	Educação Infantil: subsídios para a construção de uma sistemática de avaliação. Documento produzido pelo Grupo de Trabalho (GT) de Avaliação da Educação Infantil, instituído pelo Ministério de Educação em dezembro de 2011. - Oferta e Demanda de Educação Infantil no campo. Publicação feita a partir de cooperação técnica estabelecida entre o Ministério da Educação – MEC e a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, visando o desenvolvimento da Pesquisa Nacional “Caracterização das práticas educativas com crianças de 0 a 6 anos residentes em áreas rurais” (MEC/UFRGS). - Brinquedos e Brincadeiras de Creches: manual de orientação pedagógica. Ministério da Educação.

	<p>- Educação Infantil e práticas Promotoras de Igualdade Racial. Material produzido pelo Ministério da Educação em parceria com diferentes instituições.</p> <p>- Educação Infantil, Igualdade Racial e Diversidade: aspectos políticos, jurídicos, conceituais. Livro, desenvolvido no âmbito do Projeto Formação da Rede em Prol da Igualdade Racial, em parceria com UFSCar e COEDI/SEB/MEC.</p> <p>Ação Brasil Carinhoso. Voltado para o atendimento às crianças de zero a seis anos. Lei nº 12.722, de 03/10/2012.</p> <p>Pacto Nacional para a Alfabetização na Idade Certa- PNAIC.</p>
2013	Dúvidas mais frequentes sobre Educação Infantil. Ministério da Educação
2014	Plano Nacional de Educação – lei 13.005 de 25 de junho de 2014
2017	Pacto Nacional para a Alfabetização na Idade Certa- PNAIC. Inclui as professoras da pré-escola no processo de formação. Base Nacional Comum Curricular, a BNCC.

Tabela 5: Publicações e políticas para a infância a partir de pesquisa em sites do Governo Federal: MEC, Câmara dos Deputados, Senado Federal e Kramer (1992).

Fonte: Elaborado pela autora.

Ao visualizar a tabela percebe-se que os direcionamentos para a educação de crianças de zero a seis anos se intensificam através de documentos e políticas a partir da década de 1990. Esses investimentos estão diretamente ligados à visibilidade cada vez mais crescente em relação à infância no contexto atual, como forma de governo dos sujeitos infantis.

Esses documentos trazem também os direitos das crianças, dentre eles, a garantia da Educação Básica, com ênfase nas especificidades da infância e na necessidade de profissionais qualificados para atender essa faixa etária. Neste bojo de políticas públicas percebe-se as várias estratégias de condução da conduta dos indivíduos no decorrer do tempo, fazendo com que as políticas, decretos e documentos a favor da infância sejam estratégias potentes de contenção dos riscos.

A seguir, apresento algumas dessas políticas a fim de compreender como os deslocamentos em relação ao atendimento da infância foi se dando.

O Estatuto da Criança e do Adolescente, sancionado no dia 13 de julho de 1990 através da Lei nº 8.069, foi conquista no que diz respeito aos direitos das crianças e dos jovens. A partir dele, todas as crianças e jovens do país passam a ser sujeitos de direitos, não apenas com necessidades de proteção, mas com direito à liberdade e desenvolvimento integral. No artigo 54 inciso IV, consta que “é dever do Estado assegurar à criança [...] atendimento em creche e pré-escola às crianças de zero a seis anos de idade” (BRASIL,1990).

O ECA “se funda em três princípios: o da cidadania, o do bem comum e o da condição peculiar de desenvolvimento”. (GOHN, 1997, p.127). O Estatuto, no artigo 4º, demonstra os

direitos básicos que passam a ser garantidos como prioridade, são eles: direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, entre outros. Traz as condições necessárias para o desenvolvimento integral da criança e do jovem, nos âmbitos físico, mental, social, espiritual e moral. Na Constituição Federal, a criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade, que estão em processo de desenvolvimento e são sujeitos de direitos civis, humanos e sociais garantidos nesta Constituição e nas leis (BRASIL, 1990).

O Estatuto estabeleceu também, ações para as ocorrências de violência intrafamiliar, determinando, pelo Estado, “serviços especiais de prevenção e atendimento médico e psicossocial às vítimas de negligência, maus-tratos, exploração, abuso, crueldade e opressão” (BRASIL, 1990, p.57). O ECA institui o Conselho Tutelar com responsabilidade de zelar pelos direitos das crianças, formado por pessoas para exercer função pública dentro da sua região, [...] tem caráter de escuta, orientação, acompanhamento e encaminhamento” (GOHN, 1995, p.129).

O Estatuto da Criança e do Adolescente assegura direitos e exige dos governos municipais, estaduais e federal a implementação de políticas públicas para o desenvolvimento integral das crianças e dos adolescentes.

Com a criação do ECA, os estados e municípios passam a ter a responsabilidade de assistência e educação das crianças e adolescentes infratores e carentes. Para esses serviços foram criados, a partir do Estatuto, Conselhos de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente, com atribuições específicas e órgãos deliberativos e executivos.

TABELA 6: CONSELHOS DE DEFESA

FEDERAL	Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA
ESTADUAL	Conselho Estadual de Direitos da Criança e do Adolescente – CEDICA
MUNICIPAL	Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente – COMDICA

Tabela 6: Conselhos de defesa dos direitos da criança e do adolescente.

Fonte: Elaborado pela autora.

Os conselhos têm a função de supervisionar, fiscalizar, normatizar as políticas de ações dentro das leis, supervisionando as políticas sociais, tendo como objetivo o atendimento e proteção integral à criança e ao adolescente como sujeitos de direitos.

O ECA resultou em conquistas em termos de proteção integral à infância e à juventude, mas ainda há muito que se olhar para o real desenvolvimento dessas crianças. A promulgação do ECA inaugurou uma mudança que deu voz a um segmento social até então não respeitado e ignorado, como salienta Serra (2008, p.89): “o ECA representa uma mudança de paradigma e, sem dúvida, é um marco fundamental que veio romper com princípios ideológicos e políticos que marcaram a história da assistência”

A partir do ECA, outras formas de garantir a assistência às crianças e adolescentes foram surgindo, como a Lei Orgânica de Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993, que garante, no Art. 2º:

A assistência Social tem por objetivos: I- a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice; II- o amparo às crianças e aos adolescentes carentes; III- promoção da integração ao mercado de trabalho; IV- a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária; V- a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovarem não possuir meios de prover a própria manutenção ou tê-la provida por sua família.

Percebe-se que, com o Estatuto da Criança e do Adolescente, essas etapas são vistas com maior importância, mas se sobrepõe o cunho assistencial, uma vez que o cuidado e proteção estão presentes com mais preponderância nas políticas públicas para a infância. A garantia na execução dessas leis faz com que as estratégias estejam sob controle, fazendo com que o gerenciamento da população aconteça de acordo com os interesses de uma determinada racionalidade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, a LDB, teve sua primeira versão em 1961, a partir da Lei 4.024 de 20 de dezembro de 1961. Nesta lei há uma menção para a educação pré-primária, onde o atendimento será dado em escolas maternais ou jardins de infância. Está presente também a responsabilidade de empresas que empregam mães de crianças menores de sete anos, a manter, particularmente ou em conjunto com os poderes públicos, instituições de educação primária (BRASIL, 1961). Porém, a LDB de 1961 não faz referência à educação das crianças menores de três anos. Já na LDB de 1971, há um apagamento em relação à educação pré-primária, sendo o foco especialmente no ensino do primeiro grau (atual Ensino Fundamental).

A elaboração da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB de 1996, contou com a colaboração de vários grupos de pesquisadores, conselheiros tutelares, sindicatos, secretários e conselheiros municipais de educação, Ministério Público, entidades não-governamentais e movimentos sociais. Ainda que esta LDB não tenha expressado na íntegra os desejos, os anseios e as proposições manifestados pela sociedade naquele contexto, representou um marco importante no que diz respeito à educação das crianças de zero a seis anos. É na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 9.394/96 que se define a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, com objetivo de promover o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, sendo os municípios responsáveis por esse atendimento. A obrigatoriedade ainda é apenas no Ensino Fundamental. A LDB de 1996 reforça a condição de direito da criança à educação, mas o caráter obrigatório era apenas no atendimento as crianças de 7 a 14 anos¹⁷.

O atendimento às crianças em creches e pré-escolas, que traz a Constituição de 1988, reconhece a Educação Infantil como dever do Estado, que instituiu as creches e pré-escolas para atender a educação das crianças pequenas. Esse aspecto, que é ratificado na LDB de 1996 provoca uma reorganização nas formas de atendimento às crianças de zero a seis anos. As creches, que anteriormente eram vinculadas às secretarias de assistência social passam para o campo da educação, integrando à Secretaria de Educação Básica. Isso gerou uma série de discussões e direcionamentos no que diz respeito ao que se compreende por currículo e prática pedagógica nas creches e pré-escolas. Da mesma forma, passa-se a exigir formação mínima para os profissionais que atuam nesta etapa da Educação Básica.

A LDB determina que as creches e pré-escolas façam parte do sistema de ensino, necessitando de Diretrizes Curriculares Nacionais para orientar suas propostas. As primeiras diretrizes foram publicadas em 1999 (Resolução CNE/CEB nº 01/99). Este foi um dispositivo legal elaborado para orientar e definir as práticas pedagógicas da Educação Infantil. Nas Diretrizes estão estabelecidos pontos importantes da prática pedagógica na Educação Infantil e se articula à Educação Básica. Essa característica vai de encontro à longa tradição escolarizante e assistencialista que vem marcando as creches e pré-escolas. Dez anos após sua publicação, através de mobilizações de diversos setores, discussões, pesquisas, houve uma revisão nas diretrizes curriculares. Assim, em 2009, com a participação de diferentes

¹⁷ A Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394/96 sofre alterações através da Lei 11.274 de 2006. O Ensino Fundamental passa a ter 9 anos, com o ingresso de crianças com 6 anos. A Educação Infantil passa a ser até os 5 anos e 11 meses de idade, sendo obrigatório o ingresso de crianças com 4 anos na Educação Infantil e dever da família matricular os filhos. Essa regulamentação da obrigatoriedade da frequência à pré-escola a partir dos quatro anos de idade oficializa a mudança feita na Constituição por meio da Lei 12.796 de 2013.

segmentos da sociedade e educadores é aprovada a nova Lei que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (resolução nº 5 de 17 de dezembro de 2009).

As proposições contidas nas Diretrizes devem ser observadas nas propostas pedagógicas para a Educação Infantil, sendo que:

As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil articulam-se às Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica e reúnem princípios, fundamentos e procedimentos definidos pela Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação, para orientar as políticas públicas e a elaboração, planejamento, execução e avaliação de propostas pedagógicas e curriculares de Educação Infantil. Além das exigências dessas diretrizes, devem também ser observadas a legislação estadual e municipal atinentes ao assunto, bem como as normas do respectivo sistema (BRASIL, 2010, p.11).

Partindo desses objetivos, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil trazem definições para Educação Infantil, entendida como:

Primeira etapa da educação básica, oferecida em creches e pré-escolas, às quais se caracterizam como espaços institucionais não domésticos que constituem estabelecimentos educacionais públicos ou privados que educam e cuidam de crianças de 0 a 5 anos de idade no período diurno, em jornada integral ou parcial, regulados e supervisionados por órgão competente do sistema de ensino e submetidos a controle social. É dever do Estado garantir a oferta de Educação Infantil pública, gratuita e de qualidade, sem requisito de seleção (BRASIL, 2010, p.12).

Este documento traz a criança como sujeito histórico, em desenvolvimento que nas suas interações e práticas sociais constrói sua identidade e produz cultura. Como currículo e proposta pedagógica traz os seguintes sentidos:

Currículo: Conjunto de práticas que buscam articular as experiências e os saberes das crianças com os conhecimentos que fazem parte do patrimônio cultural, artístico, ambiental, científico e tecnológico, de modo a promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 a 5 anos de idade.

Proposta pedagógica ou projeto político pedagógico é o plano orientador das ações da instituição e define as metas que se pretende para a aprendizagem e o desenvolvimento das crianças que nela são educados e cuidados. É elaborado num processo coletivo, com a participação da direção, dos professores e da comunidade escolar (BRASIL, 2010, p.12-13).

As Diretrizes, diferente do Estatuto da Criança e do Adolescente, demonstram uma prioridade para a educação das crianças e definem as particularidades da faixa etária da Educação Infantil. Elas acentuam a relação entre a educação de zero a cinco anos e onze meses e a escola, enfatizando o caráter pedagógico das práticas educativas desenvolvidas na Educação Infantil a partir de especificidades referentes à faixa etária.

Destacam também a necessidade de organizar ações educativas com qualidade, no sentido que promovam diversificadas situações em que as crianças são cuidadas e educadas. Os espaços para a Educação Infantil devem ser pensados como espaços coletivos, de práticas pedagógicas e de desenvolvimento, que visem garantir o processo de aprendizagem e desenvolvimento integral das crianças, sem a antecipação de conteúdos para o Ensino Fundamental (BRASIL, 2009).

Em consonância com a Constituição e com a LDB de 1996 temos ainda o Plano Nacional de Educação. O Plano Nacional de Educação – lei 13.005 de 25 de junho de 2014 é um plano de metas e objetivos para a educação brasileira, com vigência de dez anos. Ele foi embasado em diagnósticos realizados por especialistas e com a participação da sociedade, estabeleceram-se metas a serem cumpridas em dez anos. Segundo Moura (2013, p.1) “faz parte de sua missão articular as iniciativas da União, dos Estados e dos Municípios, aplicando, através de ações, metas e objetivos, os princípios norteadores da educação nacional formulados na Constituição Federal e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN)”. São diretrizes do Plano Nacional de Educação:

- I- erradicação do analfabetismo;
- II- universalização do atendimento escolar;
- III- superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;
- IV- melhoria da qualidade da educação;
- V- formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;
- VI- promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;
- VII- promoção humanística, científica, cultural e tecnológica do País;
- VIII- estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação como proporção do Produto Interno Bruto - PIB, que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade;
- IX- valorização dos (as) profissionais da educação;
- X- promoção dos princípios do respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental (LEI 13.005 de 25 de junho de 2014. Artigo 2º).

Além dos princípios gerais elencados no parágrafo anterior, o PNE estabelece meta e estratégias específicas para a Educação Infantil:

Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

Estratégias:

1.1) definir, em regime de colaboração entre a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, metas de expansão das respectivas redes públicas de educação infantil segundo padrão nacional de qualidade, considerando as peculiaridades locais;

1.2) garantir que, ao final da vigência deste PNE, seja inferior a 10% (dez por cento) a diferença entre as taxas de frequência à educação infantil das crianças de até 3 (três) anos oriundas do quinto de renda familiar per capita mais elevado e as do quinto de renda familiar per capita mais baixo;

1.3) realizar, periodicamente, em regime de colaboração, levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta;

1.4) estabelecer, no primeiro ano de vigência do PNE, normas, procedimentos e prazos para definição de mecanismos de consulta pública da demanda das famílias por creches;

1.5) manter e ampliar, em regime de colaboração e respeitadas as normas de acessibilidade, programa nacional de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil;

1.6) implantar, até o segundo ano de vigência deste PNE, avaliação da educação infantil, a ser realizada a cada 2 (dois) anos, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes;

1.7) articular a oferta de matrículas gratuitas em creches certificadas como entidades beneficentes de assistência social na área de educação com a expansão da oferta na rede escolar pública;

1.8) promover a formação inicial e continuada dos (as) profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior;

1.9) estimular a articulação entre pós-graduação, núcleos de pesquisa e cursos de formação para profissionais da educação, de modo a garantir a elaboração de currículos e propostas pedagógicas que incorporem os avanços de pesquisas ligadas ao processo de ensino-aprendizagem e às teorias educacionais no atendimento da população de 0 (zero) a 5 (cinco) anos; (Lei 13.005 de 25 de junho de 2014).

Os direcionamentos que foram acontecendo a partir da década de 1980 vão dando novos rumos às formas de atendimento às crianças pequenas, onde a educação se acentua frente à assistência. Essa incursão para alguns aspectos acerca da história da infância e de seu atendimento teve como objetivo de demonstrar esse deslocamento de como as formas de olhar para a infância foram acontecendo. Percebe-se que passamos da ênfase na assistência, na fase

bem inicial das primeiras formas de atendimento, para a ênfase na educação, através de políticas para a infância.

Em junho de 2015, foi lançada pelo Ministério da Educação a primeira versão da Base Nacional Comum Curricular, a BNCC. A ideia de uma base comum curricular já estava prevista na Constituição de 1988, cujo artigo 210 prevê conteúdos fixos para o Ensino Fundamental. Nessa Base está um conjunto de normas que definem algumas aprendizagens essenciais, a serem seguidos por todas as escolas, em consonância com seus projetos políticos pedagógicos, com o objetivo de alcançar competências e habilidades. Esta proposta que foi aprovada em 15 de dezembro de 2017, traz questões importantes para serem discutidas, pois o texto apresentou três versões, mas em todas elas o que apresentou foram retrocessos políticos educacionais que respondem a alguns interesses específicos.

Nessa proposta de uma base comum à todas escolas, está, por exemplo, a retomada da creche com intuítos assistenciais e uma pré-escola preparatória. Na BNCC a Educação Infantil está submetida a etapas subsequentes, como uma preparação. É preciso diálogo sobre o que já está imposto para que se perceba essas rupturas na educação das crianças pequenas com vistas ao Ensino Fundamental. Cabe salientar que a BNCC tem sido bastante problematizada, tendo em vista que sua última versão desconsidera o movimento de discussão que ocorreu a partir da apresentação da 1ª e 2ª versão do documento e mostra de forma acentuada o foco no desenvolvimento de competências e habilidades.

No que diz respeito à Educação Infantil, a terceira versão foi problematizada, principalmente, pela visão fragmentada do conhecimento, não priorizando especificidades da faixa etária dos zero aos seis anos, pela falta de articulação e dissonância com as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil, aprovadas em 2009 e pela priorização de aspectos relacionados à oralidade e a escrita. Com isso, percebe-se um retrocesso nos direitos das crianças, algo que precisa ser pensado, já que este documento já está imposto.

A partir deste documento para uma base comum curricular, podem surgir um conjunto de políticas que vão agir diretamente no cotidiano das escolas, buscando trabalhar conhecimentos para desenvolver habilidades, além de tirar do Estado a responsabilidade das políticas, passando ao segmento privado a execução e as decisões da educação do país.

A partir desta abordagem da infância enquanto sujeito de direitos, pretendi lançar a reflexão do quanto a assistência se prolifera ainda hoje dentre as políticas para a infância, a partir de um entrelaçamento forte com o campo da educação, sendo potentes estratégias de controle e governo dos sujeitos infantis.

Digo isso, porque nas últimas décadas, ao mesmo tempo em que ocorre esse movimento de incorporação das creches e pré-escolas no campo da educação considerando a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica, vemos algumas políticas que estão sendo implementadas com assento na assistência, em articulação com a educação.

O Programa Criança Feliz parece ser uma destas ações. A aprovação da Base Nacional Comum Curricular (BNCC) se configura como reflexo do neoliberalismo, pois um ponto interessante e preocupante é a presença de organismos e fundações privadas que se fizeram presentes na elaboração da BNCC. Isso faz com que haja uma reconfiguração na atuação do Estado, o que permite perceber sua atuação de forma capilarizada, através de parcerias, gerando troca de favores políticos e econômicos.

Outro exemplo desta articulação com a racionalidade neoliberal é o Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa – PNAIC, que está em vigor a partir de 2017. Nesta versão do PNAIC a pré-escola foi incorporada nos processos de formação dos professores e a ênfase é a alfabetização e o letramento.

Nesta versão do PNAIC, que incorpora apenas a pré-escola e não a Educação Infantil como um todo, outras organizações podem realizar o processo de formação de professores, não ficando especificamente a cargo das universidades. A partir disso, em alguns estados brasileiros, existem algumas fundações privadas que estão coordenando o processo de formação das professoras. Essas são algumas políticas que servem de exemplo para que nos atentemos para o fato de que outros contornos estão sendo delineados nas políticas públicas atuais para a infância.

Nesse sentido, pensar em toda essa legislação é pensar na racionalidade em que vivemos. A estratégia em todas elas é a inclusão dos indivíduos assegurando o mínimo possível para entrarem no jogo econômico, sendo consumidores e gestores de si mesmo.

Através do Programa Criança Feliz lancei questões para minhas análises para um outro deslocamento: de como a assistência, que assumindo outros contornos, vem ganhando nova centralidade nas políticas voltadas para a infância.

A partir desse olhar para as legislações e políticas voltadas para a infância, me debrucei a compreender como o Programa Criança Feliz se utiliza de estratégias para governar os indivíduos. Para compreendê-las, elenquei alguns eixos de análise que apresentarei a seguir.

Na primeira seção do capítulo analiso como a infância é percebida dentro do Programa Criança Feliz. Na segunda seção de como a família é acionada para agir sobre seus filhos. Logo, apresento a intersetorialidade no Programa Criança Feliz e sua potência para governar

os sujeitos. Na última seção, apresento as análises sobre os profissionais que são autorizados a falar pelo Programa Criança Feliz, sobre os discursos de verdade que circulam na sociedade e da forma como interpelam o público alvo do Programa.

CAPÍTULO IV

DELIMITANDO O OLHAR SOBRE O GOVERNAMENTO NO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ EM DIFERENTES INSTÂNCIAS

Pensar e analisar as práticas significa aceitar que não destruiremos o grande mal, nem faremos irromper o grande e belo absoluto da total libertação; significa que, modestamente, podemos estar participando de uma reescrita de nós mesmos, do estabelecimento de uma nova prática. Melhor? Não o sabemos. O certo é que a história, como quer Foucault, é o que fazemos dela (FISCHER, 2007, p.67).

A escolha do excerto que abre este capítulo demonstra muito do sentimento em relação a continuidade deste trabalho. O caminho de escrita até aqui fez com que neste momento eu tivesse aporte para a próxima etapa, pois no decorrer da pesquisa foram se dando as reflexões, decisões e delimitando as análises. O momento em que me debrucei sobre o material, que o utilizei de forma a provocar no leitor e em mim mesma outros questionamentos e reflexões, acerca dessas escritas, foi o prazer da pesquisa. O sentimento é de participar de uma reescrita, como traz a autora, para que se possa olhar de formas diferentes, movendo o pensamento a outros caminhos.

Pensar essa pesquisa como parte da história em um momento político delicado do nosso país me faz pensar na minha responsabilidade de pesquisadora. Colocar o pensamento em movimento para analisar um assunto tão complexo como as políticas públicas, fez com que várias possibilidades fossem pensadas, mas pelo limite deste trabalho, precisei demarcar algumas questões que provocaram a vontade de saber mais, de discutir mais profundamente.

Por mais recente que seja o Programa Criança Feliz, ele é plausível de inúmeras e infindas discussões acerca do que se propõe. Frente a isso, precisei delimitar meu olhar a questões que “saltaram aos olhos” enquanto me debrucei sobre o material de análise. O momento é de pensar acerca do que está posto, o que está dito, e, em relação ao meu objeto, conforme o filósofo:

Nem tudo é ruim, mas tudo é perigoso, o que não significa exatamente o mesmo que ruim. Se tudo é perigoso, então temos sempre algo a fazer. (...) Acho que a escolha ético-política que devemos fazer a cada dia é determinar qual é o principal perigo”(FOUCAULT, 1995, p.256).

Pensando com Foucault em que há sempre algo a fazer, foi interessante iniciar pela desconexão. Pensar no movimento de inquietude que a perspectiva pós-estruturalista permite, fez com que eu buscasse compreender como as coisas funcionam e como chegaram a ser como são. Com as ferramentas metodológicas elencadas, foi possível transmitir uma postura política através do estudo, não neutra.

Percebi o quanto os conceitos foucaultianos foram potentes para que eu pudesse compreender a produção de determinadas verdades que são impostas, fazendo com que os discursos veiculados tornem-se verdadeiros e do quanto produzem modos de pensar e de agir sobre a infância. É necessário reafirmar que, por ser um tema atual, utilizei recursos da mídia como suporte para falar sobre o Programa Criança Feliz.

Neste estudo o material midiático é considerado como artefato cultural, pois assim como as novelas, propagandas, livros, filmes, e outros, “inventam sentidos que circulam e operam nas arenas culturais onde o significado é negociado e as hierarquias são estabelecidas”. (COSTA; SILVEIRA; SOMMER, 2003, p.38). Portanto, considero os excertos que apresentei nas análises muito potentes, no sentido de que traduzem formas de governo dos sujeitos infantis e formas de entender a infância.

Esse material também traduz discursos que são colocados em circulação fazendo com que determinados saberes e verdades sejam legitimados. Compreendi o material de análise como um campo de disputa de poderes através de falas que buscam legitimar determinadas verdades como forma de colocá-las em ação, produzindo significados para a infância. Com isso, a mídia torna-se um instrumento potente para amparar os discursos em relação à infância, que são sustentados por diferentes artefatos culturais, demonstrando as suas formas de governo. Através da mídia o Programa Criança Feliz se apresenta e torna-se, através das notícias que veicula, instrumento para o governo dos sujeitos infantis.

Os eixos que elenquei foram pensados e organizados a fim de desenvolver algumas considerações específicas sobre cada um. A divisão do material foi complexa, conforme mencionei no capítulo metodológico, pois estão diretamente relacionados entre si.

A infância, por ser o foco do Programa, não poderia deixar de ser mencionada nas análises, por isso, direcionei meu olhar a analisar, no primeiro eixo, as formas como a infância é narrada e compreendida dentro do Programa Criança Feliz. O segundo eixo abordará a família como instrumento de governo da infância desde cedo, pois dentro desse programa o acionamento da família é forte desde a gestação. O terceiro eixo de análise tratará sobre um dos aspectos principais do Programa: a intersetorialidade. A partir do trabalho em conjunto de várias esferas do Governo Federal, percebi o quanto a rede intersetorial se torna

potente quando pulveriza suas ações, através de estratégias biopolíticas, fazendo com que os indivíduos sejam alvos de governo desde a gestação. E o último eixo destina-se a analisar os especialistas que são autorizados/chamados a falar sobre o Programa Criança Feliz, do quanto as pesquisas científicas são fortes agentes para que os envolvidos sejam interpelados e subjetivados pelos discursos que divulgam os riscos, convencendo a população para que participem das ações que compreendem o programa.

A partir desses eixos de análise trago novamente meu problema de pesquisa, onde pretendi compreender quais as estratégias de governo o Programa Criança Feliz mobiliza e como vem produzindo efeitos sobre as formas de pensar e perceber a infância. Pensar com Foucault sobre estratégia, é compreender além da noção simplista de como algo é conseguido através de um plano para atingir um objetivo. É perceber que nas estratégias estão manifestadas ações de poder, que intencionam algo através da condução das condutas. Sobre isso, Veiga-Neto (2013) coloca que:

Adotam-se estratégias de poder quando se empregam meios para chegar a uma ação de poder ou para mantê-la ativada. Da mesma maneira, há estratégias de poder quando se desencadeiam ações (antecipadamente) sobre as possíveis ações dos outros.” (VEIGA-NETO, 2013, p.21).

Entende-se que as ações de poder estão diretamente ligadas à determinada racionalidade, que os conhecimentos que são produzidos em determinada época colocam em movimento determinados tipos de saberes, que produzem efeitos através das formas como interpelam e subjetivam uma população específica. Portanto, através do material analisado, existe a compreensão de que com das falas apresentadas nos excertos e nos documentos sobre o Programa Criança Feliz, aparecem estratégias claras de condução da conduta dos sujeitos infantis através de estratégias biopolíticas.

As ferramentas foucaultianas governo e biopolítica tornaram-se potentes dentro deste trabalho, pois foram percebidas em funcionamento através da governamentalidade, colocada neste estudo como grade de inteligibilidade. A partir do referencial teórico e das ferramentas teórico-metodológicas é que apresento os eixos de análise.

4.1. A INFÂNCIA NO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ: uma etapa de preparação e investimento

A cada infância o mundo assume infinitas novas possibilidades de ser mundo. Esse é o perigo que toda a infância carrega para o nosso mundo centrado (DANELON, 2015, p.217).

Início essa parte da escrita trazendo o excerto acima, para pensar no quanto a infância é vista e pensada de acordo com o tempo em que está inserida . A cada geração, há promessas, intenções, desejos que carregam o futuro, há esperança em cada nascimento e expectativas que são criadas em torno de seres únicos, diferentes, e do quanto ela (infância) possui um poder desestabilizador (DANELON, 2015, p. 218). Desestabiliza o fato de que não há como ter a certeza das respostas e retornos que esse novo sujeito trará, para isso e por isso, a infância é capturada para que seja moldada, administrada como forma de conter os possíveis riscos que ela poderá vir a tornar-se.

Conforme procurei mostrar no terceiro capítulo, as crianças são alvos frequentemente de ações, projetos sociais e educativos que intencionam aprisioná-las de alguma forma, fazendo com que estejam “sob controle”. Com o passar do tempo foram criados elementos potentes que fazem com que as crianças sejam submetidas a práticas de poder específicas, sendo a educação a mais potente delas. Neste momento, não me refiro à instituição escolar, mas aproximando-me do meu objeto de estudo, percebo que está na educação o instrumento que vai fazer com que o Programa Criança Feliz obtenha êxito, através da educação das famílias, atingindo todos os envolvidos, pois o contexto do Programa Criança Feliz escapa da escola, agindo diretamente em instâncias mais íntimas, através do governo dos indivíduos.

Segundo Veiga-Neto (2015), o importante é saber para onde as ações de governo estão levando a infância e “conhecer os modos pelos quais as crianças estão sendo governadas tem tudo a ver com o tipo de sociedade futura que está hoje a ser gestada nas famílias, nas escolas e nos espaços sociais mais abertos” (VEIGA-NETO, 2015, p.56). Com as palavras do autor, nessa análise intencionei perceber como a infância torna-se objeto de ações de governo através do Programa Criança Feliz, e quais concepções de infância são trazidas neste documento e no material midiático sobre o tema.

Recorro a Bujes (2015, p.265) para explicar que “em relação à infância, governar supõe zelar, antes de mais nada, para a manutenção da vida das crianças, mas também para possibilitar que ela se torne útil social e economicamente”. Investir nesses cidadãos

pressupõe um governo para o futuro, como preparação para um destino promissor. Sobre isso, ao me debruçar sobre o meu referencial teórico e documentos para análise, senti a necessidade de trazer algumas questões que incitaram a minha curiosidade frente às falas que encontrei nos materiais, me fazendo pensar sobre os deslocamentos ocorridos na história da infância e emergência de políticas públicas para atender essa faixa etária.

Como propus realizar um olhar genealógico, a história permeia todo o processo da escrita, fazendo com que eu me remeta a ela para pensar sobre o meu objeto de pesquisa. Eis alguns excertos que julguei pertinentes trazer neste momento:

“Por isso, senhores, como recurso supremo, eu me volto para a infância – os pequeninos de hoje que serão os grandes de amanhã; é *nella* que ponho as esperanças da *grandesa* do *actual regimen* pela regeneração da pátria” (MONCORVO FILHO, 1926, p.131 apud RIZZINI, 2008).

“Cuidar da criança de hoje é cuidar dos homens e mulheres do amanhã”, afirmou. “Afim, a infância marca o nosso destino” (TEMER, 2016).

Fonte: Portal MEC¹⁸.

Entre as falas tão semelhantes há quase um século de distância. Senti necessidade de trazê-las para demonstrar o quanto a infância continua sendo alvo de investimentos, de preocupação com o futuro dos indivíduos. Embora sejam falas parecidas, os contextos em que elas atuam é diferente, daí o deslocamento. Na fala de Moncorvo Filho (1926), o Brasil passava pelo período em que os mecanismos de controle utilizados na época não estavam sendo suficientes, que a Igreja, através da caridade já não estava dando conta do controle dos indivíduos mais pobres. Neste período, com as mudanças na sociedade, a assistência aos pobres se dá através do Estado e das instituições filantrópicas. A intenção era gerir os riscos sociais que os indivíduos das classes desfavorecidas poderiam oferecer.

Na fala do atual presidente do Brasil há também a intenção de gerir os riscos sociais, mas voltando-se ao investimento em capital humano para que os futuros cidadãos não representem uma “despesa” ao Estado, e sim, possam tornar-se trabalhadores produtivos.

¹⁸Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/207-noticias/1625150495/40041-programa-integracao-para-atender-faixa-etaria-ate-3-anos>. Acesso em: 5 abril 2017.

A noção de risco que vemos hoje está diretamente ligada a racionalidade neoliberal, onde as políticas públicas são estratégias do exercício do poder, como formas de governo que se destinam à infância. Na racionalidade em que estamos inseridos as características biológicas de uma população se tornam elementos centrais para uma gestão econômica. (FOUCAULT, 1993), mas vão além do âmbito biológico.

Para falar sobre risco, em seu curso *Segurança, território e população* (1977-1978), Foucault utiliza um fenômeno de grandes proporções, a epidemia de varíola, que aconteceu na Europa no século XVIII. Com a vacinação e as técnicas de prevenção a partir de análises quantitativas, foi possível identificar os riscos de determinados grupos. Para Foucault (2008) o cálculo dos riscos:

Mostra logo que eles não são os mesmos para todos os indivíduos, em todas as idades, em todas as condições, em todos os lugares e meios. Assim, há riscos diferenciais que revelam, de certo modo, zonas de mais alto risco e zonas, ao contrário, de riscos menos elevados, mais baixo, de certa forma. Em outras palavras, pode-se identificar assim o que é perigoso (FOUCAULT, 2008, p. 80).

O exemplo de Foucault demonstra que os cálculos e conhecimentos sobre a população são essenciais para conter os riscos. Ao identificar onde eles ocorrem, são construídas estratégias para contê-los. Assim, será a partir do cálculo dos riscos que serão pensadas formas de preveni-los.

Ao investir na infância através do controle dos riscos intenciona-se uma prevenção de acontecimentos futuros. Segundo Moraes e Nascimento (2002, p.100) com “a ideia de que “cada um deve fazer a sua parte”, o controle dos riscos vai assumindo importância fundamental como poder de autovigilância e como mecanismo de interferência nos hábitos das pessoas “pelo seu próprio bem”, “pela sua própria vida”. O Programa Criança Feliz, ao acionar os indivíduos para que sejam os responsáveis pelo futuro dos filhos, torna praticamente certo a participação dos pais e das famílias, pois todos querem garantir um futuro sem doenças, sem desemprego, sem riscos.

Portanto, é preciso estar atento para que os perigos não sejam iminentes, e as crianças tenham um futuro promissor. No Programa, as propostas para o fortalecimento da vida biológica, para seu cuidado e manutenção, fazem com que cada um se torne responsável pelo seu futuro. Ao investir na infância a intenção é que as crianças sejam capazes de, no futuro, produzir a sua renda com seu trabalho e colaborar na construção do país.

Será a partir da infância a gestão dos riscos sociais e investimento nos futuros sujeitos, para que mais tarde não se tornem uma despesa ao Estado, sendo capazes de gerenciar a si mesmos.

No Programa são ativados mecanismos fazendo com que vários âmbitos sejam acionados para o seu êxito. No documento redigido pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, um guia de políticas e programas do Governo Federal, traz o seguinte excerto:

POR QUE CRIAR UM PROGRAMA BRASILEIRO PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL?

É um grande consenso a necessidade de se investir no desenvolvimento humano, além do crescimento econômico e do enfrentamento das desigualdades sociais. Muitos países adotaram como principal estratégia para promoção do desenvolvimento humano concentrar esforços na saúde, na educação infantil e nos cuidados das crianças, especialmente na primeira infância- faixa etária que vai de zero a seis anos.

Os princípios básicos da neurociência indicam que oferecer condições favoráveis ao desenvolvimento infantil é mais eficaz e menos custoso do que tentar tratar as consequências das adversidades iniciais mais tarde.

Para tal, uma abordagem equilibrada ao desenvolvimento- emocional, social, cognitivo e de linguagem – permitirá que todas as crianças cresçam mais preparadas para o sucesso na escola e, posteriormente, na própria família, no trabalho e na comunidade.

Fonte: Portal do Ministério Social e Agrário¹⁹

A intenção de investir no desenvolvimento humano está diretamente ligada à manutenção da vida. No caso do Programa Criança Feliz está ligado à saúde da mãe, do bebê, dos cuidados com higiene, alimentação e ambiente familiar.

Na busca de compreender como determinadas estratégias de governamento vão se dando, Foucault nos ajuda a entender os mecanismos a partir do que chamou de Biopoder. Numa análise foucaultiana, os dispositivos disciplinares tinham como alvo o corpo e sua disciplina, na intenção de moldá-lo. A partir dos conhecimentos do corpo-espécie foi possível ter um controle sobre a população: a biopolítica, uma outra faceta do biopoder. Chama-se faceta pois:

As disciplinas do corpo e as regulações da população constituem os dois pólos em torno dos quais se desenvolveu a organização do poder sobre a vida. A instalação — durante a época clássica, desta grande tecnologia de duas faces — anatômica e biológica, individualizante e especificante,

¹⁹ Disponível em:

http://www.mds.gov.br/webarquivos/pecas_publicitarias/banner/_guiadepoliticass_MDSA_online.pdf. Acesso em: 10 ago. 2017.

voltada para os desempenhos do corpo e encarando os processos da vida — caracteriza um poder cuja função mais elevada já não é mais matar, mas investir sobre a vida, de cima a baixo. (FOUCAULT, 1988, p.130)

No Programa Criança Feliz percebe-se o conceito de biopolítica se alargando, de forma que não age somente no biológico, no controle da vida em seus aspectos de saúde, alimentação, higiene, mas vem se estendendo nas mais diversas instâncias. Ao analisar os materiais, nota-se que através de manuais, de questionários de controle, aparecem as estratégias biopolíticas. Essa ideia afirma-se com a frase do excerto acima: *oferecer condições favoráveis ao desenvolvimento infantil é mais eficaz e menos custoso do que tentar tratar as consequências das adversidades iniciais mais tarde*. Para que sejam atingidas essas condições favoráveis, é preciso o investimento desde a gestação, na infância e na família.

As noções sobre o poder em Foucault auxiliam na problematização desse programa do Governo. Através de ações individuais, nas esferas mais íntimas, o poder se dá através de ações biopolíticas, governando os indivíduos.

Lockmann (2016) em seu artigo sobre *Inclusão por circulação*, traz que a estratégia de defesa social na contemporaneidade é a inclusão, já que todos os indivíduos são alvos de governamento através dos discursos à que são subjetivados. No Programa Criança Feliz a intenção é incluir as famílias com filhos pequenos para que sejam instrumento de ação na infância. Com esses conceitos pode-se tentar entender as estratégias de governamento sobre a infância dentro do programa.

Ao investir na infância desde a gestação existe a intenção de conter ou diminuir os riscos sociais que esses sujeitos, de camadas menos favorecidas, possam oferecer no futuro, com discursos de proteção e investimento. Pode-se pensar que se governa a infância para incluir crianças em condições de pobreza ao mínimo necessário para que tenham condições de concorrência quando adultos. A fala do ministro Osmar Terra, na ocasião do lançamento do Programa, traduz essa ideia:

“Uma criança que nasce de uma mulher pobre e uma criança que nasce de uma mulher de classe média vão chegar à escola já com um abismo entre elas. Então é muito importante intervir nesse período, com ações de acompanhamento de orientação da família para fazer com que essa criança possa superar essa fase e chegar em condições de igualdade na escola”,

Fonte: Portal do MEC²⁰

²⁰Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/busca-geral/207-noticias/1625150495/53871-acordo-entre-ministerios-propoe-atividade-de-extensao-para-atendimento-a-primeira-infancia>. Acesso em: 19 set. 2017.

Na fala percebe-se a preocupação de que crianças pobres possam ter capacidade de concorrer com outras mais favorecidas, seguindo a ideia de investimento no futuro, precisando proteger as vidas mais frágeis, para que possam “dar frutos” através dos seus trabalhos, e a criança só consegue superar essa fase com a ajuda da família.

A ideia de um investimento desde a gestação está imbricada ao tipo de governamentalidade que vem operando na contemporaneidade: o neoliberalismo. A governamentalidade, como grade de inteligibilidade deste estudo, vai tratar de procedimentos e técnicas de ação sobre a condução da conduta dos indivíduos, através de um controle social, fazendo com que atinja toda a sociedade, inclusive as crianças. Na governamentalidade neoliberal, a economia não se restringe “à preocupação com a lógica histórica de processos ligados à produção, mas passa a se concentrar nos modos mediante os quais os indivíduos buscam produzir e acumular capital humano” (COSTA, 2009, p.177).

Para compreendermos a lógica que rege nossa sociedade hoje, faz-se necessário compreender que o neoliberalismo emerge a partir do liberalismo.

O liberalismo surge em meados do século XVIII como forma de governo permeada pela ideia de que o Estado deve limitar seu poder de governar. Com isso, o liberalismo é um governo que quase não intervém, deixando o mercado e sociedade agirem livremente. Foucault, no curso *Nascimento da Biopolítica* diz que compreende o liberalismo:

(...) não como uma teoria, nem como uma ideologia e, ainda menos, é claro, como um modo da sociedade se representar, mas como uma prática, como uma maneira de fazer orientada para objetivos e se regulando através de uma reflexão contínua. O liberalismo deve ser entendido então como princípio e método de racionalização do exercício de governo – racionalização que obedece, e aí está sua especificidade, a regra interna da economia máxima (FOUCAULT, 1997, p.90).

O liberalismo funda-se na ideia de que o mercado se dá de forma natural, espontânea, livre, com o Estado governando menos, com a mínima necessidade de intervenção.

O principal do liberalismo é a mínima intervenção na economia e a regulação através dos dispositivos disciplinares, pois governa por meio da administração dos perigos, necessitando controlar a liberdade para que os interesses individuais não sejam uma ameaça aos interesses coletivos. O liberalismo precisa da liberdade, mas também precisa administrar a segurança dos indivíduos em relação as ameaças e doenças, fome, desemprego. É preciso

mostrar aos sujeitos que eles vivem numa situação de perigo constante (LOCKMANN, 2013, p.82).

Essa mínima intervenção é uma das questões que faz com que haja o deslocamento do liberalismo para o neoliberalismo: enquanto no liberalismo a economia era deixada livre, no neoliberalismo a competição passa a ser a principal característica.

O neoliberalismo vai propor a “(...) sutílização de técnicas de governo que visam fazer com que o Estado siga a lógica da empresa, pois transformar o Estado em uma grande empresa é mais econômico – rápido, fácil, produtivo, lucrativo” (VEIGA-NETO, 2000, p.198). A liberdade continua sendo fundamental, mas para que todos sejam livres para competir. Conforme Saraiva e Veiga -Neto (2009):

O princípio da inteligibilidade do neoliberalismo passa a ser a competição: a governamentalidade neoliberal intervirá para maximizar a competição, para produzir liberdade para que todos possam estar no jogo econômico. Dessa maneira, o neoliberalismo constantemente produz e consome liberdade. Isso equivale a dizer que a própria liberdade transforma-se em mais um “objeto de consumo” (SARAIVA; VEIGA-NETO, 2009, p. 189).

Segundo os autores, a própria liberdade dos indivíduos passa a ser objeto de consumo, demonstrando que o Estado neoliberal vai agir não só por meio de intervenções econômicas, mas intervenções sociais. Foucault, em seu curso no *Collège de France*, o *Nascimento da Biopolítica* diz que:

(...) vocês veem que a intervenção governamental – e isso os neoliberais sempre disseram – não é menos densa, menos frequente, menos ativa, menos contínua do que num outro sistema. Mas o que é importante é ver qual é agora o ponto de aplicação dessas intervenções governamentais. O governo – nem é preciso dizer, já que se está num regime liberal – não tem de intervir sobre os efeitos do mercado. (...) o neoliberalismo, o governo neoliberal não tem de corrigir os efeitos destrutivos do mercado sobre a sociedade. Ele não tem de constituir, de certo modo, um contraponto ou um anteparo entre a sociedade em sua trama, em sua espessura. (...) vai se tratar, portanto, não de um governo econômico, como aquele que sonhavam os fisiocratas, isto é, o governo tem apenas de reconhecer e observar as leis econômicas; não é um governo econômico, é um governo de sociedade (FOUCAULT, 2008^a, p.199).

Portanto, ao perceber a proliferação de políticas sociais, especialmente o Programa Criança Feliz, nota-se a racionalidade neoliberal em funcionamento, pois por meio das políticas de inclusão dos indivíduos, é que estes terão condições de entrarem, minimamente, no jogo econômico. O neoliberalismo é um governo de sociedade, que governa os indivíduos

nas esferas mais íntimas. As políticas de assistência não vão agir diretamente na economia, mas ao intervir na vida através de estratégias, dá aos indivíduos condições de concorrência no jogo econômico.

Ao investir na vida dos indivíduos desde a gestação, mais capital humano será acumulado e o indivíduo terá mais chances de concorrência. Sobre essa afirmação, Lockmann e Mota (2013) apontam que:

Pensando na atualidade, podemos dizer que esses investimentos, desenvolvidos cada vez mais cedo, nos *capitais-infantis*, podem ser compreendidos como estratégias de prevenção de um tipo de sujeito indesejável para o funcionamento da sociedade atual. São práticas que agem por antecipação, atuando sobre os sujeitos antes de se constituírem como dependentes, desempregados e futuros beneficiários dos programas sociais. [...] são estratégias que pretendem gerenciar futuros problemas sociais os quais podem ser produzidos, caso esses capitais humanos não sejam acompanhados desde a gravidez, assim como nos seus primeiros anos de vida. (LOCKMANN e MOTA, 2013, p.20).

Então, interessa analisar como se opera essa governamentalidade neoliberal dentro do Programa Criança Feliz, sendo que se percebe um deslocamento, pois os indivíduos alvo desse programa não são objeto de benemerência, mas de uma ação “anti-escape” dos controles que buscam a condução das condutas.

Neste caso, é fundamental trazer a Teoria do Capital Humano, criada por Theodore Schultz, da Escola de Chicago. Essa noção de capital humano diz respeito a um conjunto de habilidades e capacidades aperfeiçoadas e acumuladas pelos indivíduos ao longo da vida. São os investimentos do indivíduo no capital, que trarão os resultados do seu trabalho, da sua renda. Quanto mais capitalizado for o indivíduo nas suas capacidades e destrezas, maior seu investimento, e, conseqüentemente, retorno financeiro. Dentro dessa lógica:

(...) faz sentido o investimento nas competências e habilidades do indivíduo, que serão vistas como seu próprio capital. Ao mesmo tempo, como afirma Foucault, na perspectiva do neoliberalismo, capital e indivíduo não podem ser vistos como separados, como se um fosse exterior ao outro. Nessa compreensão, as competências e habilidades de um indivíduo são seu próprio capital (MOTA, 2014, p.12).

Portanto, se há investimento desde o início da vida, há maiores chances de o indivíduo ser um bom empreendedor no futuro. Foucault (2008a,p.311) traz que o indivíduo contemporâneo passa a ser considerado um “empresário de si mesmo, sendo ele próprio seu capital, sendo para si mesmo seu produtor, sendo para si mesmo a fonte de (sua) renda” e

“que faz um certo número de despesas de investimentos para obter certa melhoria” (FOUCAULT, 2008a, p.317), por isso, para ser um empresário de si mesmo, é preciso que o indivíduo tenha uma visão empreendedora da sua vida, sendo o único responsável por suas escolhas. Seguindo esse pensamento dentro do Programa Criança Feliz, será a partir do investimento em capital humano, com a intenção de uma garantia de um futuro melhor, que rege a lógica dessa política social.

Foucault (2008a), na aula de 14 de março, do curso *Nascimento da Biopolítica*, menciona a genética na produção do capital humano, onde os teóricos da Escola de Chicago afirmam que este capital é constituído por dois elementos: inatos e adquiridos. O primeiro refere-se às características genéticas que são herdadas, em que a genética é suprema, onde indivíduos com um capital inato interessante, teriam que investir em parceiros com a mesma qualidade genética, pois afirma que quando os progenitores têm um bom capital, a produção de capital humano será biologicamente melhor.

Ao relacionar essa concepção de capital inato com este estudo, percebo o investimento do Programa Criança Feliz para o governo dos indivíduos de modo que desde a gestação utilizem estratégias para investimento neste futuro sujeito. A metodologia utilizada no Programa prevê objetivos para que os visitantes possam acompanhar as famílias. A saber:

- Abordar a importância do pré-natal e as mudanças geradas pela gestação, enfocando seus aspectos familiares, sociais e emocionais;
 - *Identificar se a gestante tem acesso ao pré-natal, se realizou todos os exames preconizados até o momento e se tem acesso a todos os medicamentos prescritos;*
 - Estimular a presença do companheiro em todas as consultas de pré-natal e demais atividades realizadas pela gestante.
 - Estimular o desenvolvimento de atividades lúdicas dos pais com o bebê, desde a gestação;
 - Identificar as potencialidades de cada família no cuidado de suas gestantes e crianças e procurar reforça-las com atitudes de valorização e apoio;
 - *Identificar situações de vulnerabilidade que demandem atenção integral em rede;*
 - *Facilitar uma boa adesão do casal ao pré-natal;*
 - Informar os pais sobre seus direitos.
- (Guia para visita domiciliar²¹ 2017,p.67, 69 grifos meus)

Através dos visitantes o programa torna-se uma potente estratégia de garantir que as famílias vão agir conforme a orientação e prescrição determinada. O investimento em capital

21

inato vai se dar através da orientação de que o pré-natal é um momento de extrema importância, bem como a medicação orientada às gestantes. Um exemplo é a prevenção e controle das deficiências através da distribuição de vitaminas às gestantes e alimentos em pó para crianças com idade entre seis meses e três anos e onze meses. Essa estratégia iniciou no Programa Criança Feliz em 2018 e está ligada ao Sistema Único de Saúde- SUS, como uma ação intersetorial do NutriSUS- estratégia de Fortificação da Alimentação Infantil com Micronutrientes em Pó (vitaminas e minerais). Vê-se o investimento desde cedo para o governmentamento dos indivíduos.

Para o governmentamento dos sujeitos dentro da governamentalidade neoliberal, se faz necessário agir desde a gestação, com intervenções desde a gravidez para investir em capital humano. Dentro dessa racionalidade, é preciso garantir para além das características inatas de cada criança, da genética que herdará dos seus pais. Desde a gestação há iniciativas para que esse capital vá se construindo para que se torne um indivíduo saudável.

Sobre o capital adquirido, Foucault menciona que o investimento deve ser na educação, pois através dela o indivíduo será capaz de produzir renda, mas não só com a educação escolar, mas com o tempo com que os pais passam com seus filhos, como forma de investimento, também pode produzir capital humano. Ao encontro do referido, Lockmann (2013, p.140) traz a ideia de que não são só às qualidades dos progenitores, mas também dos investimentos a partir da gestação, através da área da saúde, a que as mães se submetem para garantir que seu bebê se torne uma criança saudável, com um potencial produtivo no futuro. São esses investimentos biopolíticos que vemos hoje através das políticas sociais. Sobre o capital adquirido, estes serão os investimentos do indivíduo durante sua vida, através da saúde e especialmente da educação. Os excertos vêm ao encontro das ideias colocadas acima:

Pesquisas científicas comprovam que os primeiros anos de vida são o período com a maior *janela de oportunidades* para o desenvolvimento humano integral. O que a criança aprende na primeira infância serve de base para tudo o que ela aprenderá ao longo da sua vida. Cada fase depende da anterior para que funções mais complexas possam ser realizadas, numa sequência de construções e aquisições de novas habilidades, de forma contínua, dinâmica e progressiva.

Fonte: Guia de Políticas e Programas- Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário- MDSA²².

²²Disponível em:

http://www.mds.gov.br/webarquivos/pecas_publicitarias/banner/_guiadepoliticass_MDSA_online.pdf. Acesso em: 03 ago. 2017.

Estamos muito felizes porque o programa é um passo concreto para que o Brasil possa atingir os objetivos do desenvolvimento sustentável. *Um programa cujo alvo é melhorar as crianças, dar oportunidades.* Não somente importante porque vai permitir cumprir com os objetivos de desenvolvimento sustentável, mas também porque *vai assegurar o futuro do Brasil.* (FABIANCICI,2016)

Fonte: Portal do Planalto²³.

Os senadores Waldemir Moka (PMDB- MS), Cristovam Buarque (PDT- DF) e José Medeiros (PPS-DF) *ressaltaram que gastar na primeira infância não é despesa, mas sim investimento.* Segundo eles cada criança que não é bem cuidada nessa fase é um pedaço do futuro que é consumido no Brasil inteiro. Para José Medeiros, o Marco Legal da Primeira Infância pode impactar, inclusive, na melhoria da segurança pública. (Grifos meus).

Fonte: Portal do Planalto²⁴

Ao olhar para esses excertos, alguns fragmentos chamam a atenção como: *janela de oportunidades; assegurar o futuro do país; gastar na primeira infância não é despesa, mas sim investimento.* Neles, percebe-se a intenção do Programa em relação à infância e demonstra o investimento em capital humano para assegurar o futuro do Brasil.

Essas falas demonstram que essa política de investimento na infância tem a intenção de produzir sujeitos que tenham autonomia para serem capazes de cuidar das suas próprias vidas. Na contemporaneidade, é necessário agir através de estratégias de investimento nos sujeitos desde cedo. No caso do Brasil, pensando na obrigatoriedade escolar para crianças de quatro anos, percebe-se que não basta escolarizar o sujeito a partir dessa idade, não é suficiente. É preciso agir antes mesmo do nascimento, delegando às famílias a responsabilidade por gerarem e educarem um sujeito que seja capaz de ter sucesso quando adulto.

No Programa Criança Feliz os sujeitos terão a oportunidade de produzir suas competências através dos estímulos propostos para desenvolver habilidades que serão

²³Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/onu-elogia-crianca-feliz-e-considera-que-programa-servira-de-exemplo-a-outros-paises>>. Acesso em: 21 set. 2016.

²⁴Disponível em: <http://institucional.ae.com.br/> Acesso em: 27 nov. 2016.

importantes no futuro, e principalmente, para que sejam capazes de concorrer no jogo econômico que propõe o neoliberalismo. O discurso de que a maior janela de oportunidades se dá na infância, onde o indivíduo aprende com mais facilidade, é potente para o convencimento e governamento dos sujeitos dentro da família.

Fazer com que os indivíduos sejam responsáveis por si mesmos e tenham condições de concorrência, é uma estratégia biopolítica, pois ao investir em si mesmo, o Estado garante que o sujeito não se envolva em algumas situações como violência e outros meios que tragam riscos à sociedade.

Esses excertos demonstram a intenção de investimento em capital humano para que os sujeitos tenham oportunidade, logo, sejam capazes de produzir sua renda através do seu próprio capital.

Para finalizar essa primeira parte das análises, percebo que se governa a infância para uma finalidade específica, com objetivos de levá-la a algum lugar. Os saberes sobre ela têm por objetivo capturá-la e governá-la.

A infância como uma etapa de preparação e investimento é o que se percebe através das estratégias do Programa Criança Feliz, na intenção de gerir os riscos e produzir sujeitos capazes de investir em si mesmos quando adultos, sem provocar custos ao Estado e capazes de concorrer no jogo econômico.

No caso da infância pobre, o governamento da população se dá através de políticas com a intenção de conter os riscos sociais, investindo em projetos assistenciais, educativos, com intenções biopolíticas indo ao encontro da racionalidade em que vivemos. O investimento no capital infantil faz parte da lógica neoliberal, já que quanto mais cedo iniciar o investimento, maior será o retorno em termos de capital humano.

4.2. A FAMÍLIA NO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ COMO INSTRUMENTO DE GOVERNAMENTO

O que você faz pelo seu filho hoje vale para o resto da vida.

Frase de “slogan” ao ser assinado o termo de adesão ao Programa pelo governador José Ivo Sartori.(Grifos meus)²⁵

Todo mundo torce para que seu bebê se transforme em um vencedor na vida. Estimular as crianças corretamente desde o começo é a melhor maneira de garantir essa vitória.(Grifos meus)²⁶

Início este eixo com a frase de slogan do Programa Criança Feliz, com a afirmativa retirada do site do Ministério do Desenvolvimento Social e com uma fala que diz muito sobre as intenções e responsabilidades designadas às famílias. Essas duas frases demonstram o quanto o acionamento das famílias para o êxito do Programa é fundamental. Supõe-se através das frases que os pais são os maiores responsáveis pelo futuro dos filhos, e o Programa Criança Feliz aparece como uma grande oportunidade para qualificar as relações parentais.

Através da família, as crianças são submetidas a relações de poder e práticas de governamento, sendo alcançadas através da condução da conduta que se dará através dela. Nos objetivos do Programa Criança Feliz percebe-se a importância da família:

Art. 3º O Programa Criança Feliz tem como objetivos:

- I - promover o desenvolvimento humano a partir do apoio e do acompanhamento do desenvolvimento infantil integral na primeira infância;
 - II - apoiar a gestante e a família na preparação para o nascimento e nos cuidados perinatais;
 - III - colaborar no exercício da parentalidade, fortalecendo os vínculos e o papel das famílias para o desempenho da função de cuidado, proteção e educação de crianças na faixa etária de até seis anos de idade;
 - IV - mediar o acesso da gestante, das crianças na primeira infância e das suas famílias a políticas e serviços públicos de que necessitem; e
 - V - integrar, ampliar e fortalecer ações de políticas públicas voltadas para as gestantes, crianças na primeira infância e suas famílias.
- (BRASIL, DECRETO Nº 8.869, DE 5 DE OUTUBRO DE 2016)

Os objetivos do programa estão diretamente ligados à presença das famílias e apresentam a intenção de orientá-las sobre as formas de agir com seus filhos, especialmente no acompanhamento das crianças de zero a seis anos. Percebe-se que há uma ênfase no papel da família, da mulher como grande responsável pelo desenvolvimento saudável dos seus

²⁵Disponível em:http://jcrs.uol.com.br/_conteudo/2017/04/geral/556653-crianca-feliz-foca-menores-beneficiarios-do-bolsa-familia.html. Acesso em: 13 abr. 2016.

²⁶Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/crianca-feliz/parceiros>. Acesso em: 16 fev. 2017.

filhos. No boletim da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED), numa entrevista com Rosânia Campos, a qual já trouxe no capítulo em que apresento meu estudo, coloca em entrevista o seguinte:

Michel Temer justificou a escolha de sua mulher como embaixadora do programa como uma forma de “exatamente incentivar as senhoras mulheres do país, autoridades” Essa fala indica qual a concepção de família e de mulher fundamentam o programa, concepção que em um país que possui altos índices de violência contra as mulheres, um país que ainda é marcado por diferenças salariais entre homens e mulheres é no mínimo perigoso e regressivo. Outro aspecto que merece ser destacado é que, na fala da primeira dama ela anuncia que, *Quem ajuda os outros, muda histórias de vida*, indicando assim qual é a concepção política desse programa, ou seja, *a lógica que marca esse programa não é a lógica de compreender a política social como direito.*(CAMPOS, 2016)(Grifos meus)

Fonte: Site da Anped²⁷.

Como foi dito há alguns meses pelo presidente, Marcela assumirá seu primeiro desafio no governo atuando neste programa social. - ***É mãe e tem todos os predicados para ajudar nesta área.***

Fonte: Site Jornal O Globo²⁸.

Os excertos acima permitem pensar sobre as intencionalidades do Programa Criança Feliz, da necessidade de reflexão sobre o padrão de família e de infância a que está vinculado. É preciso pensar sobre os modelos que são colocados e os objetivos que estão à frente de uma política que traz novos contornos à infância.

No Programa Criança Feliz, a família é uma importante aliada para que o Programa se efetive, mas refletindo acerca do excerto acima, percebe-se uma convocação das mães, como principais responsáveis pelo futuro dos seus filhos. Na fala do presidente, acentua-se a ideia de que o cuidado é algo inato da mulher, que ela exerce o papel de cuidadora e de mãe

²⁷Disponível em: <http://www.anped.org.br/news/marco-legal-da-primeira-infancia-entrevista-com-rosania-campos-univille>. Acesso em: 9 dez. 2016.

²⁸Disponível em: <http://oglobo.globo.com/brasil/marcela-temer-assumira-cargo-em-programa-social-20030560#ixzz4e3ckILCi>. Acesso em: 2 abril 2017.

melhor do que os homens. A fala reforça o papel da mulher como sendo a principal responsável pelos filhos.

No livro de Marília Pinto de Carvalho *No coração da sala de aula*, no segundo capítulo a autora aborda o “cuidado” escolar como forma histórica da relação adulto-criança, onde permite a compreensão do cuidado como algo que foi construído historicamente e que é preciso desarticulá-lo das relações naturais entre crianças e mulheres, baseadas no instinto maternal. Conforme a autora:

É necessário tomar o “cuidado” como um conjunto de práticas histórica e socialmente construídas, que em sua configuração atual fazem parte de uma transformação nas vidas de homens, mulheres e crianças articulada à emergência e consolidação da modernidade. Em sua forma ideal hoje, de acordo com as prescrições que parecem ainda predominar, o “cuidado” seria uma relação que garante a presença de uma adulta do sexo feminino estável, dedicada e amorosa, que se responsabiliza pelo desenvolvimento total da criança, fazendo dessa tarefa o centro de sua vida e sendo culpabilizada pelos fracassos nesse percurso. Uma idealização que coloca frente a frente mulheres dependentes dos homens e definidas a partir do seu papel de mães; e crianças que, embora desprovidas de poder na relação com os adultos, são percebidas como sujeitos com interesses próprios, com um desenvolvimento que envolve múltiplas dimensões e elevadas a figura central da família. (CARVALHO, 1999, p. 76-77)

Segundo a autora é possível compreender que o papel da mãe foi algo construído socialmente e culturalmente dentro da sociedade a partir da Modernidade. Na fala do assessor o papel da mulher dentro do Programa Criança Feliz é de cuidados porque é do instinto feminino a tarefa de cuidar. A escolha da primeira-dama para ser a Embaixatriz do Programa tem a intenção de demonstrar isso: a mãe cuida, protege, instrui, ama, é quem “melhor” realiza todas as necessidades do filho. Alguém que é modelo e exemplo.

Além de pensar sobre o papel da mulher dentro do Programa Criança Feliz, através desses excertos percebe-se também a racionalidade em vivemos através das práticas sociais.

Maria Isabel Bujes (2015) em seu artigo intitulado *Políticas sociais, capital humano e infância em tempos neoliberais*, traz a necessidade de compreendermos a racionalidade política na qual estamos inseridos para pensar as práticas sociais contemporâneas:

Implica compreender como uma racionalidade política, o neoliberalismo, se tornou uma matriz de inteligibilidade para pensarmos uma miríade de práticas sociais contemporâneas voltadas para os sujeitos infantis e, concomitantemente, para os adultos que por eles têm alguma forma de responsabilidade (BUJES, 2015, p.260).

Compreender a racionalidade política à qual fazemos parte, permite problematizar acerca das políticas sociais que são deliberadas com frequência, especialmente no nosso país. Pensar nas políticas sociais como estratégias, não para acabar com a pobreza, mas para amenizá-la e tornar possível que os indivíduos participem da concorrência minimamente, para que estejam dentro das regras do jogo neoliberal. Apoio-me em Foucault para trazer novamente o termo governamentalidade, pois através das várias formas de governo é que se criam sujeitos governáveis dentro de uma racionalidade política. No neoliberalismo o princípio passa a ser a competição.

O investimento na infância com ajuda das famílias torna-se um potente instrumento para que os indivíduos assegurem um futuro produtivo. Nesse viés de análise entende-se a configuração de cunho neoliberal, onde crianças e famílias, através de diferentes estratégias, são acionadas para que invistam, produzam e adquiram seu próprio capital. Por meio das famílias, primeiras responsáveis pelos sujeitos, é que vão formar-se os primeiros investimentos:

(...) sabe-se experimentalmente, sabe-se por observação, que (o capital humano) é constituído por exemplo, pelo tempo que os pais consagram aos seus filhos fora das simples atividades educacionais propriamente ditas. Sabe-se perfeitamente que as horas que uma mãe de família passa ao lado do filho, quando ele ainda está no berço vai ser importantíssimo para a constituição de uma competência-máquina, ou se vocês quiserem, para a constituição de um capital humano, e que a criança será muito mais adaptável se, efetivamente, seus pais ou sua mãe lhe consagrarem tantas horas do que se lhe consagraram menos horas. Ou seja, o simples tempo de criação, o simples tempo de afeto consagrado pelos pais aos seus filhos, deve poder ser analisado em termos de investimento capaz de constituir capital humano (FOUCAULT, 2008a, p.315).

A fala da primeira-dama, Marcela Temer, embaixadora do Programa Criança Feliz, vai ao encontro do que diz Foucault:

Cada brasileiro, cada brasileira, importa, desde a gestação, para desenvolver o Brasil. O momento mais importante para as habilidades humanas é o dos primeiros meses de vida. Esse sentimento os guiará por toda a vida. *Cada dia que conversamos com nossos filhos pequenos, carregamos nos braços e cantamos uma canção de ninar, estamos ajudando em seu desenvolvimento.*(TEMER, 2016)(Grifos meus).

Fonte: Site UOL Notícias²⁹

²⁹Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2016/10/05/veja-o-que-marcela-temer-falou-em-seu-discurso-de-estrela-como-primeira-dama.htm>_Acesso em: 5dez.2016.

Pesquisas científicas, experiências de outros países já comprovaram que a *atenção dedicada logo no início da vida gera resultados surpreendentes*. (Grifos meus).

Fonte: Diário do Nordeste³⁰.

O chamado a investir nos filhos é um discurso potente no programa, pois responsabiliza os pais ao estímulo, ajudando no desenvolvimento das crianças. Os discursos científicos demonstram seu poder de persuasão nas famílias.

Através desses discursos tem-se a intenção de gerir os riscos sociais. A padronização do atendimento às famílias pobres, através das visitas é uma estratégia do Programa Criança Feliz, como um investimento preventivo. É preciso pensar sobre essa racionalidade e sobre como opera esse tipo de governamentalidade dentro dessa política pública.

A governamentalidade neoliberal ao lançar suas redes sobre a vida na sua esfera mais íntima – a família, vai moldando os sujeitos a se comportarem e agirem de determinadas formas para que atendam as demandas da contemporaneidade. Ao apresentar as formas “adequadas” de agir com os filhos, de cuidar, de como brincar, demonstrar afeto, alimentar, está apontando o caminho, conduzindo para que as crianças se tornem sujeitos capazes de se autogovernarem quando adultos. Nesse sentido, a biopolítica demonstra que vai além do biológico: através do governo dos indivíduos com as atividades durante as visitas, os sujeitos estão sendo conduzidos a agir de determinada forma em detrimento de um objetivo a ser alcançado, nesse caso, o estímulo para o investimento nos filhos. Os excertos abaixo foram retirados do *Guia para visita domiciliar* do programa e demonstram algumas atividades que os visitantes devem aplicar nas famílias com gestantes:

“Oriente a mulher a ficar mais tranquila para perceber as sensações do seu corpo. Oriente-a a colocar as mãos na barriga, fechar os olhos e sentir o que está acontecendo. Isso poderá trazer confiança e diminuir as preocupações da gestante”.

“Desenvolva atividades que fortaleçam o vínculo já na gestação como, por exemplo, sugerir que a família converse com o bebê, lhe conte histórias, coloque músicas para que ele escute e cante para ele(...)” (BRASIL, 2017, p.71).

Fonte: Guia para visita domiciliar

³⁰Disponível em: <http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/nacional/online/marcela-temer-publica-em-rede-social-video-defendendo-crianca-feliz-1.1747570>. Acesso em: 7maio2017.

Por meio das atividades realizadas pelos visitantes, as famílias são orientadas a como agir com seu bebê desde a gestação, e os excertos acima demonstram o investimento no futuro bebê e na relação mãe-bebê. O guia para a visita domiciliar traz uma série de elementos em que o visitante auxilia a família a como proceder em determinados momentos, seja na espera do bebê ou depois do nascimento.

Esses procedimentos são entendidos como estratégia biopolítica, pois a família que investe nos filhos está gerando um sujeito que se autogoverne no futuro, e diminuindo os riscos sociais, pois com o investimento e educação destinados à responsabilidade das famílias, os riscos desses indivíduos se manterem longe dos perigos sociais é maior.

As estratégias assistenciais são muito presentes no Programa Criança Feliz, demonstrando um deslocamento dos direitos das crianças em relação à educação. Ao remeter às famílias a educação da infância, através de acompanhamento de visitantes, exime-se o Estado da atenção e dever com as crianças, e destas de terem seus direitos assegurados, como por exemplo, de frequência à creche e Educação Infantil de qualidade.

Ao pensar sobre o investimento do Estado no Programa Criança Feliz, é necessário refletir sobre suas formas de atendimento e do quanto percebe-se através das suas estratégias, a assistência entrando no campo da educação. O Programa Criança Feliz age dentro do espaço das famílias, com os materiais da própria casa e sem pessoal com formação específica. Para essa colocação cabe a reflexão a respeito do direito das crianças a creche, com instalações apropriadas e com profissionais capacitados para a sua educação.

Através das estratégias biopolíticas percebe-se um investimento menor, já que a construção de creches e espaços educativos com profissionais especializados torna-se mais oneroso ao Estado. E ainda, os visitantes sem formação específica, somente com treinamentos e um manual para a investigação, tornam-se responsáveis por aspectos importantes como a educação e a saúde.

Com as estratégias de visita onde o objetivo é a orientação a uma melhor relação com seus filhos, nota-se um controle das famílias através do discurso da proteção, pois estas são disciplinadas a prevenir certos riscos. A prática da prevenção é uma atuação biopolítica. Foucault coloca que as estratégias biopolíticas promovem a vida, gerindo os perigos da população.

Em seu curso *Em defesa da sociedade*, a administração da vida de uma determinada população se dá pela lógica da segurança (FOUCAULT, 1999). Segurança e proteção contra tudo o que oferece risco para a sociedade. No caso do Programa Criança Feliz, é um risco para a sociedade se as famílias não assumirem o compromisso de educar e estimular os filhos,

já que a racionalidade neoliberal, para ser eficaz, precisa manter os riscos da violência, da pobreza e tantos outros para poder se fortalecer. Esses “perigos” são administrados através do receio que a população sofre em ter que enfrentá-los.

Pensando na biopolítica, a prevenção terá um lugar garantido através da disciplinarização das famílias, do acionamento dos pais para que seus filhos se afastem de situações de risco, como drogas, desemprego, roubos, dentre outras. Os excertos abaixo traduzem essa ideia:

Se a criança não tiver esse cuidado especial, pode se tornar vulnerável a qualquer transtorno que possa levá-la ao descaminho.“(os visitantes) vão avaliar e estimular o carinho e afetividade dos pais, dos irmãos e da família. São os cuidados da formação do intelecto e do físico da criança que vai refletir na formação do jovem do futuro. É um lar atencioso e feliz que vai refletir o bom cidadão no futuro”. (CAVASSA, 2017) (Grifos meus).

Fonte: Site Prefeitura de Corumbá- MS³¹.

O programa Criança Feliz serve *para que essas crianças, principalmente das famílias mais carentes, tenham um acompanhamento adequado, conseguindo se desenvolver e criar boas raízes.* Pois, muitas vezes, com o pai e a mãe tendo que trabalhar fora, essas crianças ficam sem uma orientação adequada, assim, *o programa surge para preencher esse vácuo*, o qual, tem uma importância enorme no desenvolvimento dessas famílias (Grifos meus).

Por tudo isso, é importante que ele seja aplicado em todos os estados brasileiros, principalmente no Norte do país, local no qual a mortalidade infantil é enorme e a desnutrição nessa faixa etária de 0 a 6 anos acaba sendo um grande problema de saúde pública. *Por fim, esse programa serve como amparo para as próprias famílias, que não sabem o que fazer para garantir uma educação melhor para os seus filhos e um desenvolvimento adequado.* (Grifos meus).

Fonte: Site Programa Criança Feliz³².

³¹Disponível em: <http://www.corumba.ms.gov.br/noticias/visitadores-do-programa-crianca-feliz-recebem-curso-de-capacitacao/21225/>. Acesso em: 3set. 2017.

³²Texto do site em que explica como é o Programa Criança Feliz. Disponível em: <http://calendariobolsafamilia2015.com.br/programa-crianca-feliz/>>. Acesso em: 10 março 2017. (Grifos meus)

A estrutura do programa com facilitadores que vão até onde as comunidades onde moram as famílias é uma estratégia muito adequada. Um menino que recebe atenção de sua família, de sua comunidade desde as primeiras etapas, sem dúvida vai se beneficiar muito nas etapas posteriores da vida. Existe hoje evidência científica esmagadora de que o desenvolvimento infantil nas etapas iniciais contribui para um melhor bem-estar e saúde criança, com efeitos para a vida adulta”.(MOLINA, 2016)

Fonte: Site do Planalto³³.

O programa Criança Feliz tem a função de assistir aos pais na formação dos filhos até os primeiros mil dias de vida, pois é nesse período que a criança tem a formação física e psicológica. A função dos visitadores é ter esse acompanhamento na educação, assistência, no cuidado, no amor, no carinho e no trato porque é nesse período que as crianças mais precisam dos pais e é também esse período que vai refletir sua identidade no futuro. (CAVASSA, 2017)

Fonte: Site Prefeitura de Corumbá- MS³⁴.

Ao analisar esses excertos percebo o quanto as falas transmitem discursos que produzem verdades acerca dos desejos que os pais almejam para seus filhos: *Se a criança não tiver esse cuidado especial, pode se tornar vulnerável a qualquer transtorno que possa levá-la ao descaminho; para que essas crianças, principalmente das famílias mais carentes, tenham um acompanhamento adequado, conseguindo se desenvolver e criar boas raízes.* Esses discursos atingem diretamente os pais, responsabilizando-os se algo acontecer com seus filhos.

Através das visitas domiciliares, os visitadores desenvolvem ações específicas com as famílias avaliando como determinados pais agem com seus filhos, com o objetivo de demonstrar a “maneira correta” de como fazer. A seguir, trago algumas atribuições dos visitadores do Programa Criança Feliz, retiradas do Guia para Visita domiciliar:

- Realizar o trabalho diretamente com as famílias, por meio das visitas domiciliares, orientando-as para o fortalecimento do vínculo e capacitando-

³³ Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/com-o-crianca-feliz-brasil-cuidara-do-desenvolvimento-integral-na-primeira-infancia>>. Acesso em: 9 jan. 2017.

³⁴Disponível em: <http://www.corumba.ms.gov.br/noticias/visitadores-do-programa-crianca-feliz-recebem-curso-de-capacitacao/21225/>. Acesso em: 3 set. 2107.

as para realizar as atividades de estimulação para o desenvolvimento integral da criança, desde a gestação;

- Orientar as famílias sobre as atividades de estimulação adequadas à criança a partir do diagnóstico inicial de seu desenvolvimento;
 - Acompanhar e apoiar as ações educativas realizadas pelas próprias famílias junto às crianças e as ações realizadas pelas gestantes;
 - Acompanhar os resultados alcançados pelas gestantes;
- (BRASIL, 2017, p.18).

As visitas domiciliares compreendem uma ação planejada e sistemática, com metodologia específica, conforme orientações técnicas, para atenção e apoio à família, o fortalecimento de vínculos e o estímulo ao desenvolvimento infantil.

As visitas domiciliares no Programa Criança Feliz assumem, então as perspectivas da prevenção, da proteção e da promoção do desenvolvimento infantil na primeira infância (BRASIL, 2017, p.25).

As atribuições para os visitantes elencadas acima são apenas algumas dentre várias que trazem o Guia para Visita Domiciliar (BRASIL, 2017). Percebe-se as estratégias de governo das famílias através dos itens acima, pois a condução da conduta dos indivíduos é explícita nessas atividades. A inclusão das famílias no Programa com a intenção de que os pais sejam responsáveis por gerir os riscos dentro da sua casa é uma estratégia muito potente. Ao responsabilizar os pais sobre os riscos sociais a que estão submetidos seus filhos, faz com que o governo da conduta dos sujeitos infantis esteja de acordo na racionalidade neoliberal, cada um sendo responsável por si mesmo. Essa política de assistência é relevante para a contenção dos riscos e para o governo da infância.

Em relação a isso, há opiniões que demonstram resistência às visitas domiciliares. O excerto a seguir demonstra isso:

A equipe do Criança Feliz em Vera Cruz (SP) relata outra dificuldade: duas famílias não quiseram participar – a adesão é voluntária. Uma delas afirmou que queria ensinar a criança do jeito deles. Com base nesse mesmo raciocínio, o Conselho Federal do Serviço Social se opôs ao Criança Feliz: “o programa vem como uma forma de tutelar, de dizer para a mãe como ela tem que educar seu filho. Em outras palavras, é como dizer que a mãe, pela condição de pobreza, não sabe cuidar da criança”.(FRANZ, 2017)

Fonte: Site BBC³⁵.

³⁵Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-41131754>. Acesso em: 20 set. 2017.

O governo discorda e rebate: “As mães sabem educar sim. O que vamos fazer é *fortalecer competências que elas já têm. Tanto faz ser rico ou pobre. (O cuidado na primeira infância) é importante para todos. Mas temos que começar o programa pelas crianças mais vulneráveis.*(GIRADE, 2017) (Grifos meus).

Fonte: Site BBC³⁶.

Nesta fala percebe-se a resistência em relação às visitas e ao acompanhamento dentro da família com a justificativa de que, a família por ser pobre, não tem condições de cuidar. É preciso buscar compreender, nesse caso, de que não se pode deslegitimar as interações e culturas presentes em cada família. O Programa Criança Feliz, ao apontar as maneiras corretas ou adequadas de estimular as crianças, está desconsiderando a história das famílias, trazendo a ideia de que as famílias pobres não têm competência para educar seus filhos.

A lógica de que os primeiros anos são fundamentais para o desenvolvimento infantil aciona a conduta dos pais em prol dos seus filhos, onde as ações são legitimadas por conhecimentos científicos, através de profissionais de áreas específicas, dos quais falarei adiante. Refletir sobre o acionamento das famílias dentro do Programa Criança Feliz é justificar que as famílias mais pobres, por não poderem oportunizar condições de concorrência aos filhos, necessitam ser gestadas por um programa de cunho assistencial, visando uma economia para o Estado a partir do investimento na infância desde cedo.

A família será um instrumento potente para que as ações de cunho intersetorial, presentes no Programa Criança Feliz tenham êxito. A seguir, apresento de que forma a intersetorialidade se faz presente e de que forma vai agir nas famílias e na infância.

4.3. A INTERSETORIALIDADE NO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ E AS RELAÇÕES ENTRE ASSISTÊNCIA E EDUCAÇÃO

A intersetorialidade ocupa lugar central na operacionalização e efetivação do Programa Criança Feliz.

A articulação intersetorial, portanto, é importante para proporcionar aos profissionais envolvidos estratégias de integração que qualifiquem a atenção às famílias, permitindo a convergência de esforços das diferentes políticas no apoio à família. Nessa direção, a intersetorialidade pode potencializar a proteção de crianças e famílias e contribuir para a redução da ocorrência de

³⁶Disponível em: <http://www.bbc.com/portuguese/brasil-41131754>. Acesso em: 20 set. 2017.

vulnerabilidade e riscos sociais a que estão expostos (BRASIL, 2017a, p.23,38).

Neste eixo, proponho analisar um aspecto central dentro do Programa Criança Feliz: a intersetorialidade. Este caráter intersetorial tem como objetivo envolver várias políticas públicas na intenção de promover o desenvolvimento infantil, através da família e das visitas que são propostas no programa. Ao colocar em ação vários ministérios para agir sobre a infância, através de ações capilarizadas que abrangem uma série de fatores que são importantes aos sujeitos infantis, faz com que esse sujeito seja envolvido de todas as formas para que o desempenho do Programa Criança Feliz seja produtivo e eficaz.

Rosânia Campos, coordenadora do Grupo de Pesquisa em Políticas e Práticas para Educação e Infância, defende a educação como um bem público, não como sendo uma estratégia de combate à pobreza. Coloca ainda que quando uma política setorial não é eficiente, gera uma “valorização das políticas intersetoriais como “saída” para a consolidação de um direito”. Conforme a coordenadora, não está definido na Lei do Programa Criança Feliz a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica, que os objetivos estão voltados à educação das famílias, e que o apoio técnico e financeiro do Programa fica sob responsabilidade do Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário, podendo ser firmadas parcerias com instituições públicas ou privadas.

O que vemos no Programa é um explícito enfraquecimento da educação dos zero aos três anos, pois foca a educação especialmente na família. Segue um trecho da entrevista:

Essas observações nos permitem visualizar as repercussões na educação infantil e o perigo do retorno de uma política com base na não seguridade social, mas na lógica focal e na benesse. (...) essa lógica repercute diretamente no fomento e ampliação de programas e ações focais retirando a educação infantil do contexto do direito e inserindo-a como medida paliativa para aliviar os resultados de políticas econômicas que se fundamentam na ideia de gastos mínimos na área social.(...) dito de outro modo, o direito social é convertido em uma prestação individualizada.

Fonte: Site Anped³⁷

Ao pensar nesse programa para a infância, o percebo como uma estratégia de governamento que está conectada a racionalidade neoliberal, que funciona através de políticas

³⁷Disponível em <http://www.anped.org.br/news/marco-legal-da-primeira-infancia-entrevista-com-rosania-campos-univille>. Acesso em: 9 dez. 2016.

inclusivas para que se garanta a participação de todos no jogo econômico, ponto chave do neoliberalismo. No Programa Criança Feliz, é através dos investimentos na infância que os sujeitos poderão concorrer no futuro, mas com a intenção de garantir o mínimo possível.

Essas políticas que retomam a assistência social como ponto principal, vão produzir efeitos no campo da Educação e no papel que a escola desenvolve em meio a isso. A assistência dentro do Programa Criança Feliz aparece de forma reconfigurada, diferente das primeiras práticas de assistência às crianças, com caráter benevolente, conforme abordei no terceiro capítulo. Atualmente, a assistência aparece pulverizada, no caso da política pública em questão, de forma que várias áreas do Governo Federal sejam responsáveis por algum setor, tornando-a mais potente. Isso tem relação direta com a racionalidade contemporânea. Essas ações assistenciais reconfiguradas levam-me a refletir sobre os objetivos dessas atuações sobre a infância, a que caminhos levarão as políticas públicas de cunho assistencial a governar a infância.

Conforme traz na apresentação do Programa Criança Feliz, no documento elaborado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário:

O Decreto nº 8.869, de 05 de outubro de 2016 lançou o Programa Criança Feliz, de caráter intersetorial, com a finalidade de promover o desenvolvimento integral das crianças na primeira infância, considerando sua família e seu contexto de vida.

O Programa é coordenado pelo Ministério de Desenvolvimento Social e Agrário, e articula ações das políticas de Assistência Social, Saúde, Educação, Cultura, Direitos Humanos e Direitos das Crianças e dos Adolescentes, dentre outras, tendo como fundamento a Lei nº 13.257, de 08 de março de 2016 – Marco Legal da Primeira Infância. Visa implementar ações no campo das políticas públicas para o apoio às famílias para o exercício das funções de proteção, cuidado e educação das crianças na primeira infância.

O Programa Criança Feliz fortalece a trajetória brasileira de enfrentamento da pobreza com redução de vulnerabilidade e desigualdades e potencializa a integração do acesso à renda com inclusão em serviços e programas. Renova, ainda, os compromissos do Brasil com a atenção às crianças com deficiência beneficiárias do BPC e suas famílias e também às crianças privadas do convívio familiar, acolhidas em serviços de acolhimento, e sus famílias – que são público prioritário do Programa (BRASIL, 2017).

O trabalho em conjunto de diversas esferas do Governo Federal, que compreende a Educação, Saúde, Assistência Social, Justiça e Cultura faz com que, apesar de ações pulverizadas, torne-se eficazes, como já foi mencionado, pois agirão diretamente sobre os sujeitos envolvidos. Ao submeter os sujeitos a ações intersetoriais abrangentes, no caso de

várias esferas políticas, há intenção de promover uma formação integral do indivíduo, para que desde bem pequeno vá fazendo parte da racionalidade neoliberal. Percebe-se fortemente as estratégias biopolíticas, pois a vida, desde cedo, passa a ser um elemento político.

Conforme o Decreto 8869 de 5 de outubro de 2016, que institui o Programa Criança Feliz:

Art. 7º As ações do Programa Criança Feliz serão executadas de forma descentralizada e integrada, por meio da conjugação de esforços entre União, Estados, Distrito Federal e Municípios, observada a intersetorialidade, as especificidades das políticas públicas setoriais, a participação da sociedade civil e o controle social. (BRASIL, Decreto 8869 de 5 de outubro de 2016.)

Na intenção de trazer a intersetorialidade para ser analisada dentro do Programa Criança Feliz, sinto a necessidade de demonstrar, de forma simples, como essa ideia foi emergindo e sendo uma estratégia eficaz dentro dessa política pública para a infância.

Neste momento, retomo a tese de Rochele Santaiana que apresentei no segundo capítulo com o título: *Educação Integral no Brasil: a emergência do dispositivo da intersetorialidade*. Neste estudo, a autora analisa como a Educação Integral contemporânea possibilita a emergência do dispositivo da intersetorialidade e como governa os sujeitos escolares. Embora a Educação Integral não seja o foco do meu trabalho, a discussão que o estudo propõe vem ao encontro dos aspectos que analisei nesta pesquisa.

A tese traz a noção do *dispositivo de intersetorialidade* (SANTAIANA, 2015) compreendendo o dispositivo como algo que se conecta a diferentes ações e práticas que se vinculam a uma determinada rede de poder, instituindo discursos de verdade dependendo do contexto histórico. Esses dispositivos fazem com que determinadas verdades possam ser utilizadas como forma de governo dos indivíduos, como condução da conduta, de modo a moldar e capturar. A função desse dispositivo seria, olhando para o meu objeto de análise, mostrar como é o sujeito infantil e de como investir nele, demonstrando as formas “corretas” de intervir na infância para que as crianças tenham sucesso no futuro. Como dispositivo, Foucault (2003) aponta que:

(...) o dispositivo era de natureza essencialmente estratégica, o que supõe que trata-se no caso de uma certa manipulação das relações de força, de uma intervenção racional e organizada em determinada direção, seja para bloqueá-las, para estabilizá-las, utilizá-las, etc... O dispositivo, portanto, está sempre inscrito em um jogo de poder, estando sempre, no entanto, ligado a uma ou a configurações de saber que dele nascem, mas que igualmente o

condicionam. É isto, o dispositivo: estratégias de relações de força sustentando tipos de saber e sendo sustentadas por eles (FOUCAULT, 2003, p. 246).

O dispositivo da intersetorialidade (SANTAIANA, 2015) através das ações em diferentes esferas do Governo Federal, faz com que cada vez mais os discursos sejam apoiados em conhecimentos científicos, tornando-se verdadeiros, especialmente através dos meios de comunicação. As marcas da infância no Brasil trazem uma bagagem de cunho assistencial que permitem que algumas ações sejam reconfiguradas, visto que, como já foi mencionado no terceiro capítulo, a assistência permeou as práticas de atendimento à infância no nosso país até pouco tempo, sendo que o direito à educação através de profissionais especializados, adquirido com muitas lutas sociais, deu-se através da constituição de 1988.

Conforme Santaiana (2015) a governamentalidade neoliberal, torna possível a potência desse dispositivo, especialmente nas políticas públicas, como é o caso do Programa Criança Feliz. Ao acionar as diferentes esferas do Governo, cada uma delas vai agir com uma intenção de investimento, no mais íntimo de cada família, para agir sobre a infância. O dispositivo da intersetorialidade permite que “a visibilidade constante de si e dos outros se faz num permanente estado de investimento, onde se acredita ser livre, numa sociedade de autônomos, mas que, na verdade, é intensamente regulada”. (SANTAIANA, 2015, p.47). Ao trazer esta questão para compreender o governo dos sujeitos infantis dentro do Programa Criança Feliz, percebo na intersetorialidade as diferentes estratégias de condução da conduta dos sujeitos, onde cada Ministério do Governo Federal se faz presente para que o controle e a regulação se deem por completo, visando o investimento através de estratégias biopolíticas.

O documento do Programa Criança Feliz *A intersetorialidade na visita domiciliar* traz um levantamento de situações que podem ocorrer durante as visitas domiciliares, pois, de acordo com o documento, o visitador poderá se deparar com situações que fogem do foco inicial da visita, que objetiva fortalecer vínculos entre os cuidadores principais e as crianças.

O material demonstra a situação e a qual órgão o visitador deve recorrer, além de apresentar as demandas ao seu supervisor, que é o responsável pela coordenação dos visitadores. Segue alguns exemplos³⁸:

³⁸Optei por fazer um recorte de algumas situações para ilustrar. No anexo 1 o material na íntegra: Situações identificadas na visita domiciliar.

QUADRO 1: Situações identificadas na visita domiciliar

SITUAÇÃO IDENTIFICADA NA VISITA DOMICILIAR	ENCAMINHAMENTOS SUGERIDOS AOS GESTORES LOCIAS DO PROGRAMA CRIANÇA FELIZ
Criança não fez triagem neonatal (teste do pezinho, da orelhinha, do olhinho, do coraçãozinho)	Acionar serviços de saúde
Criança ou família em situação de extrema pobreza ou passando fome	Acionar o Centro de Referência de Assistência Social- CRAS
Família querendo ofertar substituto para o leite materno antes da criança completar 2 anos	Acionar serviços de saúde para acompanhamento específico
Criança ou família com sinais de estar em situação de rua	Acionar serviços de assistência social
Criança de 0 a 3 anos não matriculada na creche- matrícula facultativa	Se a família deseja a vaga em creche, acionar a secretaria municipal de educação para matricular a criança.
Criança de 4 a 5 anos não matriculada na pré-escola- matrícula obrigatória	Acionar a secretaria municipal de educação para matricular a criança. Não havendo vagas na Educação Infantil, poderão ser acionados o conselho tutelar e o Ministério Público.

Quadro 1: A intersectorialidade na visita domiciliar.

Fonte: Programa Criança Feliz: A intersectorialidade na visita domiciliar(2017).

Através desses encaminhamentos é possível perceber a rede da intersectorialidade agindo dentro das famílias. A estratégia das visitas domiciliares é potente porque age em todas as instâncias para o governo dos indivíduos. Isso se torna forte pois as ações pulverizadas ganham força ao se juntarem através de uma política pública que abarca várias esferas do Governo Federal. Conforme Santaiana (2015):

A intersectorialidade é “uma estratégia que se entrelaça, se enreda de tal forma que se expande, se espalha, se estratifica, mas em vez de enfraquecer, fortalece. (...) o dispositivo da intersectorialidade tem operado contemporaneamente e se vale das políticas de inclusão”(...) (SANTAIANA, 2015, p.127).

Dessa forma, nota-se essa política como forma de incluir todos os sujeitos, buscando-os em todos os seus contextos: vida privada, família, escola, saúde, sociedade. Vemos através

da rede intersetorial a racionalidade neoliberal, que se utiliza do controle necessário para garantir que os sujeitos estejam inseridos para que a intersetorialidade seja produtiva.

Através do olhar sobre as proveniências é que se pode compreender as emergências de determinadas ações. Nesse caso, da potência de um Programa que aciona vários setores do Governo para agir sobre a infância.

O Programa Criança Feliz, através de ações no âmbito da família, com intenções de prevenção, educação, investimento e cuidados básicos, afirma um discurso onde a educação e a assistência se entrelaçam, fazendo com que esses quesitos se intensifiquem como investimentos biopolíticos. Podemos verificar nos excertos a seguir:

Aprimorar o conhecimento, estimular a atuação integrada das diferentes áreas de governo e desenvolver as técnicas que serão aplicadas nas visitas domiciliares do Criança Feliz. Com esses objetivos, o Ministério do Desenvolvimento Social (MDS) começou a capacitação de mais uma turma de multiplicadores do programa. Os multiplicadores têm o papel fundamental de treinar e orientar o trabalho dos supervisores e dos visitantes, que irão todas as semanas até a casa das *famílias para mostrar aos pais a melhor maneira de estimular os filhos.* (Grifos meus).

Fonte: Site MDS³⁹.

De acordo com a especialista em educação infantil pela Universidade de Niigata, no Japão, e colaboradora do Programa Criança Feliz, Ely Harasawa, a capacitação vai reforçar a integração das áreas da saúde, educação e assistência social para a promoção do desenvolvimento integral infantil. Para ela, cada família é uma realidade e, por isso, “é importante se colocar no lugar do outro”. “*É olhar a criança como um todo. A criança não é só da saúde, da educação, da assistência social. Por isso, além das visitas domiciliares, a intersetorialidade é um dos pilares do Criança Feliz.*”.(Grifos meus).

Fonte: Site MDS⁴⁰.

As afirmações: *mostrar aos pais a melhor maneira de estimular os filhos; a criança não é só da saúde, da educação, da assistência social,* demonstram a intersetorialidade

³⁹Disponível em: <http:// mds.gov.br/area-de.../crianca-feliz-mds-capacita-multiplicadores-de-11-estados>. Acesso em: 27 set. 2017.

⁴⁰Disponível em: <http:// mds.gov.br/area-de.../crianca-feliz-mds-capacita-multiplicadores-de-11-estados>. Acesso em: 27 set. 2017.

agindo no programa. Para mostrar aos pais a “melhor” maneira de estimular os filhos, é preciso que, a partir de conhecimentos científicos, haja o convencimento e o consentimento dos pais a receberem os visitantes. Para isso são acionados a *expertise*, que falarei na última seção, pois os discursos dos especialistas, especialmente da área da saúde, são eficazes para o governo dos sujeitos, como forma de prevenção e cuidados.

Ao acionar várias esferas do Governo Federal a agirem juntas em um programa social, faz com que as ações sejam mais eficientes através de estratégias biopolíticas. No Programa Criança Feliz, várias esferas do Governo são acionadas para atuarem no campo da educação das crianças bem pequenas. É importante pensar no deslocamento em relação a coordenação do Programa que se dá pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário. A educação da infância está sendo direcionada a outros setores, fazendo com que haja um enfraquecimento do campo da educação. Essa é uma nova reconfiguração que podemos perceber para as políticas para a infância na contemporaneidade, dentro da racionalidade neoliberal, daí outro deslocamento em relação a assistência novamente se emaranhando ao campo da educação.

A intersectorialidade, ao abraçar todas as instâncias, age diretamente sobre os indivíduos de forma eficaz. A intervenção, através da intersectorialidade, se dará por todos os meios, agindo na conduta dos indivíduos e governando a infância.

Concomitantemente aos investimentos do Governo no Programa Criança Feliz e dos discursos que manifestam intenções através de investimentos no futuro do país, há questionamentos em relação aos direitos da infância, como demonstra o excerto a seguir:

Nos últimos anos, as políticas públicas para crianças de 0 a 3 anos foram intensamente discutidas por professores, gestores, movimentos sociais, fundações, institutos e pelo poder público. Os debates convergiram para a meta 1 do Plano Nacional de Educação (PNE), aprovado em 2014, que estabelece as diretrizes da política de governo para as crianças nessa faixa etária, para os próximos dez anos após a publicação do PNE. *A ideia base que sustenta toda a política de primeira infância é a de que meninos e meninas de 0 a 3 anos, independentemente da classe social, tem direito a uma creche com professores qualificados e infraestrutura de qualidade, que dialogue com outros equipamentos e direitos, em uma política intersectorial, e com um sistema de avaliação que permita seu aperfeiçoamento. Nessa perspectiva, a educação infantil deve se articular com os demais serviços públicos, como Saúde e Assistência Social.* (Grifos meus).

Fonte: Site Educação Integral⁴¹

⁴¹ Disponível em: <http://educacaointegral.org.br/reportagens/novas-medidas-alteram-foco-das-politicas-educativas-para-primeira-infancia/> Acesso em jun 2017.

Neste excerto percebe-se a intersetorialidade agindo sobre a educação, pois, retomando o que apresentei no terceiro capítulo, nas primeiras formas de atendimento à infância, a escola torna-se um importante aliado da assistência em relação aos cuidados com a saúde, higiene, tornando-se fundamental para agir sobre a conduta dos sujeitos.

Hoje, há um deslocamento, pois, a assistência retorna ao campo da educação através da intersetorialidade, pulverizada em uma rede de ações de outras áreas, conduzindo a conduta dos indivíduos através de programas e projetos que se dão dentro das escolas. No fragmento da reportagem a seguir, demonstra que a intenção do Programa Criança Feliz é ser a principal política pública para a infância, de cunho assistencial.

Para especialistas *pode estar ocorrendo uma mudança de foco na política de educação para crianças de 0 a 3 anos*. A ampla discussão dos últimos anos, no entanto, parece não estar presente na gestão de Mendonça Filho (DEM), segundo especialistas consultados pelo Centro de Referências em Educação Integral. O presidente Michel Temer (PMDB) anunciou recentemente que planeja lançar o *Programa Criança Feliz, que será coordenado pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA), configurando-se como a principal política de atendimento a crianças de 0 a 3 anos. Ao mesmo tempo, políticas da pasta de Educação para a mesma faixa etária estariam sendo enfraquecidas*. A ex-coordenadora geral de Educação Infantil do Ministério da Educação (MEC) Rita Coelho, explica que os cortes no Proinfância começaram ainda no governo Dilma Rousseff (PT). Para ela o momento é de diálogo, mas existem sinais de que está em curso uma mudança de concepção nas políticas públicas para a educação infantil: um deslocamento da Educação em direção à Assistência Social. “Percebo que existe uma tendência de mudança de perspectiva. Isso me preocupa porque, se for isso mesmo, é necessário mais diálogo antes”

Fonte: Site Educação Integral⁴²

Conforme o excerto acima, é preciso problematizar a que se propõe o Programa Criança Feliz em relação à educação, pois o retorno reconfigurado da assistência com estratégias neoliberais demonstra o governamento dos sujeitos através de várias esferas do Estado. As políticas públicas atualmente têm a intenção de incluir os indivíduos no jogo econômico, como estratégia para gerir os riscos sociais. O excerto a seguir demonstra a intersetorialidade, pois a fala anuncia a necessidade de acoplar o Programa Criança Feliz, que investe da infância desde a gestação, com o Programa Bolsa Família, que concede benefícios

⁴²Disponível em: <http://educacaointegral.org.br/reportagens/novas-medidas-alteram-foco-das-politicas-educativas-para-primeira-infancia/> Acesso em nov 2017

mediante uma série de pré-requisitos, como manter a vacinação de cada criança em dia, a pesagem, bem como a obrigatoriedade de as crianças a partir dos quatro anos na escola⁴³.

Por isso que é importante a gente acoplar esse programa com o programa que trata com a população mais vulnerável, o Bolsa Família para poder impactar a longo prazo e essas famílias saírem da condição de pobreza, a longo prazo, quando seus filhos tenham um desempenho profissional melhor que o deles e ajuda toda a família a sair [da vulnerabilidade]. (TERRA, 2016)

Fonte: Site do Planalto⁴⁴.

Para finalizar, a intersetorialidade torna-se potente dentro de uma política pública, pois, ao lançar suas redes agindo nas mais diversas instâncias, faz com que os indivíduos sejam interpelados e subjetivados pelos discursos, tornando-se governáveis através de estratégias biopolíticas, entrando minimamente no jogo neoliberal. A racionalidade neoliberal opera de modo que os indivíduos se tornem responsáveis por investir em si, para melhorar seu capital humano. Portanto, através de estratégias biopolíticas que vão agir de forma intersetorial, é que os indivíduos serão sujeitados ao governo através de todas as áreas do Governo.

4.4. O PROGRAMA CRIANÇA FELIZ E OS PROFISSIONAIS AUTORIZADOS A FALAR

O Criança Feliz segue o que a ciência vem apontando: crianças bem estimuladas crescem mais preparadas para a escola, são adultos menos violentos e com muito mais chance de vencer a pobreza.(VICTORA, 2017)⁴⁵.

⁴³ A Lei nº 12.796 de 4 de abril de 2013 institui a educação obrigatória e gratuita a crianças dos 4 aos 17 anos.

⁴⁴ Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/governo-lanca-programa-para-promover-o-desenvolvimento-infantil>>. Acesso em: 14 out. 2016.

⁴⁵ Disponível em <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2017/agosto/crianca-feliz-acompanhamento-faz-diferenca-para-a-vida-toda>. Acesso em: 3 set. 2017.

A escolha do excerto para iniciar essa seção foi diretamente relacionada com o poder para Foucault. Parti dos elementos que, durante o processo de escrita, mobilizaram o questionamento e a reflexão sobre como acontecem e de que forma produzem efeitos na população infantil. Conforme Foucault, é através da articulação entre poder e saber que são produzidas verdades, e por meio dos discursos científicos é que são produzidos os discursos de verdade. Foucault afirma que “(...) poder e saber estão diretamente implicados; que não há relação de poder sem constituição correlata de um campo do saber, nem saber que não suponha e não constitua ao tempo relações de poder” (FOUCAULT, 1975, p 30).

Esse poder que produz saberes não é negativo, conforme salientei no segundo capítulo, na seção *O pós-estruturalismo: uma breve explicação para fundamentar os estudos*, o poder existe em todas as ações, através da condução da conduta dos indivíduos. Veiga- Neto afirma que “(...) o poder é uma ação sobre ações. Ele age de modo que aquele que se submete à sua ação o receba, aceite e tome como natural, necessário.” (VEIGA-NETO, 2014. p. 119).

No Programa Criança Feliz os saberes científicos em torno da infância são potentes e considerados fundamentais para que possam ser realizadas ações sobre ela. Os discursos que são veiculados referem-se a dados científicos de pesquisas renomadas, especialmente na área da saúde. O Programa Criança Feliz é embasado em estudos científicos, trazendo credibilidade, pois são produtores de verdades.

As pesquisas científicas são importantes nas ações do Governo em todos os âmbitos: educacional, político, econômico para que os sujeitos possam ser administrados e conduzidos. Os saberes que são produzidos precisam ser registrados, e no caso das políticas públicas, se dão através dos dados estatísticos, porque é necessário quantificar para governar. A estatística nesse caso:

Pode ser entendida como um meio composto por saberes e por procedimentos técnicos específicos que é utilizada por governos das diferentes esferas públicas, para situar comunidades com altos índices de analfabetismo, por exemplo, como sendo de risco social. (TRAVERSINI E BELLO, 2009, p. 143)

A governamentalidade neoliberal faz uso da estatística para conduzir os indivíduos, pois esta é fundamental para governar. Quando um determinado estudo é comprovado cientificamente, saberes são produzidos e os modos de conduta dos indivíduos são modificados ou adequados através da ciência. O Programa Criança Feliz lança mão dos saberes científicos para governar a população através de profissionais que são convocados a

falar em nome da ciência, e isto produz encaminhamentos para a condução da conduta da população alvo do programa.

Ao propor condutas aos indivíduos baseadas em estudos científicos, os sujeitos são subjetivados a pensar sobre suas atitudes, comportamentos, fazendo com que busquem melhorar suas ações para ter um futuro melhor (ROSE, 2011). Através do acionamento da família haverá a condução da conduta dos sujeitos da família, de modo com que todos se sintam responsáveis e queiram prevenir-se de possíveis riscos. Para Rose (1988):

Para se governar uma população é necessário isolá-la como um setor da realidade, identificar certas características e processos próprios dela, fazer com que seus traços se tornem observáveis, dizíveis, escrevíveis, explica-los de acordo com certos esquemas explicativos. O governo depende, pois, de verdades que encarnam aquilo que deve ser governado, que o tornam pensável, calculável e praticável. (ROSE, 1988, p.37)

Para Rose (1988), para entender qual lugar ocupa a ciência no poder político é preciso entender que o governo depende do conhecimento, como descrito acima, e depende também da estatística para fins de registro dos estudos científicos. A estatística desempenha um importante papel para o governo dos sujeitos. Conforme Rose (1988):

O conhecimento aqui adquire uma forma bem física; exige a transformação de certos fenômenos – tais como um nascimento, uma morte, um casamento, uma doença, o número de pessoas que vivem nesta ou naquela casa, seus tipos de trabalho, sua dieta, sua riqueza ou pobreza em materiais sobre os quais o cálculo depende do processo de “inscrição”, que traduzem o mundo em traços materiais: relatórios escritos, mapas, gráficos e, de forma proeminente, números. (ROSE, 1988, p.37)

Ao elencar as falas de especialistas para compor o material de análise, pretendo demonstrar o quanto é significativo e convincente colocar em vigência um Programa onde dados científicos são colocados, produzindo significados e regimes de verdade, a saber:

A ideia de que a primeira infância é um período decisivo na formação da personalidade, do caráter e do modo de agir do adolescente e do adulto encontra sustentação em dados recolhidos nos últimos 100 anos de pesquisas científicas. Achados recentes da neurociência oferecem ainda evidências de que acontecimentos precoces de natureza física, emocional, social e cultural permanecem inscritos nas pessoas por toda vida.⁴⁷

Segundo James J. Heckman, economista da Universidade de Chicago, Prêmio Nobel de Economia no ano de 2000, investir na primeira infância é o caminho mais lógico para reduzir déficits e fortalecer a economia, além de ser uma efetiva estratégia para reduzir custos sociais e promover o crescimento econômico. De acordo com Heckman “um momento crítico para moldar a produtividade é desde o nascimento até os 5 anos de idade, quando o cérebro rapidamente constrói a fundação do caráter cognitivo e habilidades necessárias para o sucesso na escola, saúde, carreira e vida.

Fonte: Revista Veja⁴⁶

O objetivo nesta seção não é questionar a importância de estudos científicos sobre as necessidades infantis, tampouco questionar sua importância, mas de compreender os discursos acerca do que vem sendo colocado para a infância e quem são as pessoas autorizadas ou chamadas a falar sobre esse tema. Em relação a um campo do saber, no caso do Programa Criança Feliz, a medicina, a psicologia e a economia aparecem mais significativamente, e a presença de profissionais dessas áreas está diretamente ligada às ações de governo dos indivíduos, estabelecendo um regime de verdade.

As pesquisas científicas na área da saúde, demonstram respostas através de dados estatísticos, fazendo com que a população infantil possa ser analisada, isso faz com que determinados discursos sejam tidos como verdadeiros. A estatística, nesse caso, vai mapear os dados da população para que os riscos possam ser administrados e para que possam ser estabelecidas as formas de intervenção: as formas de governo. De acordo com Mota (2010 p.93) para “gerir a vida é necessário a produção de saberes sobre uma determinada população de forma a obter um maior controle sobre elas”. São as ações biopolíticas que vão permitir o controle dos riscos sob a população. O excerto abaixo⁴⁷, de César Victora, médico epidemiologista responsável por avaliar e monitorar o programa até 2020, demonstra essa preocupação:

⁴⁶ Disponível em: <https://veja.abril.com.br/revista-veja/james-heckman-nobel-desafios-primeira-infancia/>

⁴⁷ Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2017/agosto/crianca-feliz-acompanhamento-faz-diferenca-para-a-vida-toda>. Acesso em: 30 set. 2017.

Durante muitos e muitos anos, desde o início da colonização, o Brasil era um país com alta mortalidade infantil e muita ocorrência de doenças infecciosas, como diarreias, pneumonias, sarampo, meningite, tuberculose. Havia muita subnutrição; as crianças não cresciam adequadamente. Por muito tempo, as nossas pesquisas, os nossos interesses eram, principalmente, como reduzir a mortalidade, como melhorar o estado nutricional. A pesquisa era realmente restrita à parte física. Hoje nós tivemos uma enorme mudança no Brasil. A mortalidade infantil é relativamente baixa, caiu muito. A subnutrição já foi praticamente erradicada na maior parte do país. Nós passamos agora a nos preocupar com o que a gente chama de capital humano, que é a inteligência, a produtividade, o desempenho intelectual de um adulto. Também descobrimos que esse capital também é influenciado a partir dos primeiros mil dias. Programas como o Criança Feliz são extremamente importantes no sentido de cuidar não só do lado físico, mas também do lado intelectual. A estimulação nesse período é o que a gente chama de janela de oportunidade. É um período crítico para o desenvolvimento da capacidade intelectual da criança. Se a criança for estimulada adequadamente pelos pais e pelos cuidadores, ela vai ter um QI mais alto. Isso está mais do que provado. Temos estudos, mesmo nas nossas pesquisas, mostrando a importância da estimulação precoce para o QI da criança e, portanto, para o QI do adulto, uma vez que o QI se desenvolve na infância e continua na idade adulta dentro, mais ou menos, do mesmo parâmetro.

Na fala desse especialista, observamos que a partir das pesquisas foram sendo providenciadas ações biopolíticas para que a mortalidade infantil pudesse ser diminuída, através de medidas para o “fazer viver”, logo após, são lançadas estratégias para conter os riscos e investir em capital humano, através das políticas públicas.

A estatística permite que as decisões sejam administradas através de cálculos, para o gerenciamento dos riscos coletivos. Segundo Traversini e Bello (2009, p. 146) “ao produzir um relatório nacional ou internacional sobre o desempenho das políticas educacionais, sociais, econômicas, os números ali contidos não apenas descrevem, mas constituem realidades”. Assim, baseado na estatística vão se produzindo ações de governo através de biopolíticas para gerir a população.

As formas como os discursos de verdade circulam influenciam diretamente nas maneiras de agir com a infância, percebendo-se que quanto mais se produzem saberes, mais ela é governada. O excerto demonstra novamente o investimento desde cedo para que na idade adulta o sujeito possa corresponder às expectativas de sucesso. Através dos saberes, a

população infantil se torna o foco das ações de governo, como é o Programa Criança Feliz. Conforme Carvalho (2014, p.6):

A população infantil pobre se torna o centro das ações de governo, implicando investimentos que buscam priorizar esforços em direção a racionalidades de governo da conduta das crianças e das pessoas envolvidas com seu cuidado e educação. Nessas bases, a tarefa do governo, prescrita pelos economistas, é estruturar estratégias que potencializem o desenvolvimento das habilidades das crianças e de cada família em seu papel na sociedade, que se reduzam os riscos e que se realize uma gestão mais eficiente. (...) a partir da confluência de áreas distintas, como a economia, as neurociências e a psicologia cognitiva tem constituído uma expertise sobre as crianças oriundas de famílias de baixa renda.

O autor coloca ainda que a *expertise*, ao anunciar os riscos à que estão sujeitas as crianças, se torna fundamental para a governamentalidade neoliberal, pois a eles é dada a função de justificar as formas de ação e intervenção, pois proclamam os discursos de verdade, fazendo com que as famílias sejam convencidas a prevenir os riscos. Para definir a *Expertise* Rose (2011) justifica que:

Uso o termo *expertise* para referir-me a um tipo particular de *autoridade* social, caracteristicamente desenvolvida em torno de problemas, exercendo um certo olhar *diagnóstico*, fundada sobre uma reivindicação de verdade, afirmando eficácia técnica e reconhecendo virtudes éticas humanas. (ROSE, 2011, p. 123)

É possível perceber as tantas falas apropriadas de saberes para que os discursos interpelem os sujeitos de modo a fazê-los participar do programa.

Durante muito tempo foi da psicologia a tarefa de produzir saberes científicos para administrar a conduta dos indivíduos, em diferentes instâncias, como locais de trabalho, políticas e educação das crianças. Ainda hoje, ela é uma ciência importante na construção de discursos sobre comportamentos e condutas, pois os resultados de estudos advindos da psicologia juntamente com a estatística, demonstram eficácia na subjetivação dos sujeitos. No caso do Programa Criança Feliz, a psicologia aparece também no treinamento de visitantes para acompanhar as famílias, pois, para Rose (2011, p. 24):

(...) entende-se a capacidade que a Psicologia tem de gerar um corpo de pessoas treinadas e credenciadas alegando possuir competências especiais na

administração de pessoas e de relações interpessoais, e um corpo de técnicas e procedimentos pretendendo tornar possível a gerência racional e humana dos recursos humanos (...).

A psicologia vai treinar os visitantes para administrar as intervenções por meio do programa. São os visitantes que vão aplicar as técnicas para o gerenciamento e condução da conduta dos sujeitos dentro das famílias.

A psicologia também aparece nos questionários⁴⁸ para a aplicação com as famílias pelos visitantes como forma de extrair verdades sobre elas. Através do questionário é possível produzir saberes para que a condução da conduta aconteça. Abaixo algumas questões que se encontram no Formulário de caracterização da gestante (BRASIL, 2017, p. 88)

1. Está com quantos meses de gestação?
2. Seus pais moram no mesmo município?
3. Você trabalha atualmente?
4. Com quantas semanas iniciou o pré-natal?
5. Quantas consultas de pré-natal você já realizou?
6. O companheiro está indo às consultas?
7. Essa gravidez foi planejada?
8. Dorme bem?
9. Com quem você compartilha suas dúvidas, curiosidades e inquietudes em relação à gestação?
10. Você recebe apoio da família agora na gestação?
11. E quando a criança nascer você tem alguém para te apoiar?
12. Você gostaria de continuar a ser atendida pelo PCF depois do nascimento do bebê?
13. Qual a sua expectativa inicial em relação ao atendimento do Programa Criança Feliz?

Elenquei questões de um dos questionários para exemplificar o quanto é necessário o saber para governar a população. É preciso extrair verdades para que os indivíduos sejam submetidos a práticas de governo. Através do convencimento e dos discursos de verdade a que os sujeitos são subjetivados, é possível o governo da população. A psicologia se faz presente no Programa Criança Feliz ao produzir saberes sobre os indivíduos. Os formulários são exemplos do uso dessa ciência, utilizados durante as visitas.

O instrumento de avaliação do Programa Criança Feliz também é um exemplo do uso da estatística para o governo dos indivíduos. A avaliação será restrita a crianças que

⁴⁸ Os formulários de caracterização do território, da família, da gestante e da criança estão no anexo 2.

participaram do Programa durante o seu primeiro ano de vida, e que serão acompanhadas até completarem 3 anos de idade. O início dessa avaliação se deu no ano de 2017.

Os instrumentos para essa avaliação incluem, segundo o responsável pela avaliação, testes simples, válidos, de curta duração e que não exijam profissionais altamente qualificados para a sua aplicação (como psicólogos). Essa avaliação incluirá diversos tipos de testes. A saber:

QUADRO 2: Testes para o desenvolvimento neuromotor

<p>TESTES PARA DESENVOLVIMENTO NEUROPSICOMOTOR</p>	<ul style="list-style-type: none"> • “Ages and Stages Questionnaire terceira versão do ASQ-3- questionários para faixa etária de 1 a 66 meses. • Denver II- 4 questionários aplicáveis- 0 a 9 meses; 9 a 24 meses; 2 a 4 anos; 4 a 6 anos • CREDI (Caregiver Reported Early Development Index) – três grupos etários (0-11; 12-23; 25-35 meses). Instrumento em fase de validação. • SWYC (Survey of Well-being of Young Children). Instrumento para o rastreamento e monitoramento do desenvolvimento de crianças de até 5 anos de idade. Desenvolvido recentemente. • Bayley- III • Batelle (os dois últimos aplicados por psicólogos)
--	--

Quadro 2: Quadro a partir do documento de avaliação do Programa Criança Feliz (BRASIL, 2017).
Fonte: Elaborado pela autora.

Além dos testes de desenvolvimento neuropsicomotor, há também instrumentos para avaliar a saúde mental da criança, testes para depressão e inteligência materna, avaliação da interação entre visitadoras e famílias, e da sensibilidade cognitiva materna.

Através desse escopo de avaliações, percebe-se a potência dos saberes científicos para a elaboração das políticas públicas. Esses saberes fazem com que os discursos se tornem verdadeiros e seja possível agir sobre a população através de estratégias biopolíticas para governá-la. Ao medir os efeitos do Programa, é possível conduzir à novas políticas.

Ao apoiar as políticas públicas em estudos científicos, se anuncia e convoca as famílias a participarem do programa, sendo responsáveis pelo futuro dos seus filhos, conforme a racionalidade neoliberal. Os excertos a seguir, de Osmar Terra, Ministro do Desenvolvimento Social e Agrário na ocasião da implementação do Programa Criança Feliz, demonstram esse apelo de convencimento:

Estudos demonstram que o período de zero a 3 anos é o mais importante para o desenvolvimento do cérebro. *Com os estímulos de pais e professores*, é nessa fase que se constroem as fundações que mais tarde darão sustentação e características como a desenvoltura da linguagem e o raciocínio lógico, a base de um capital humano sólido. O Brasil é o pioneiro na América Latina em ter regras legais para amparar, proteger e estimular as crianças pequenas, *comprometendo famílias, governo e a sociedade*. (Grifos meus).

Por muitos anos, o Brasil vem fazendo um ótimo trabalho nas questões de sobrevivência infantil, mas é preciso estímulo para que essas crianças no período dos primeiros mil dias de vida possam desenvolver bem as suas funções cognitivas, emocionais e sociais para que elas possam ter um bom rendimento posteriormente na escola, como também na vida produtiva e na vida social.

Fonte: Site Marco Legal para a Primeira Infância⁴⁹⁵⁰

Para finalizar, percebe-se o quanto o acionamento dos profissionais que são autorizados a falar e os saberes científicos são decisivos para que as políticas possam atingir a população alvo utilizando-se de estratégias em que responsabiliza a todos e cada um pelo

⁴⁹Disponível em: <<http://marcolegalprimeirainfancia.com.br/video/o-projeto-de-lei-estabelece-principios-e-diretrizes-para-a-formulacao-e-implementacao-de-politicas-publicas-para-a-primeira-infancia-em-atencao-a-especificidade-e-a-relevancia-dos-primeiros-anos-de-vida>>. Acesso em: 26 ago. 2016.

⁵⁰Disponível em: <<http://www2.planalto.gov.br/acompanhe-planalto/noticias/2016/10/com-o-crianca-feliz-brasil-cuidara-do-desenvolvimento-integral-na-primeira-infancia>>. Acesso em: 5 mar. 2017.

sucesso ou pelo fracasso dos sujeitos. A estatística, através do que foi trazido neste estudo, governa os sujeitos através dos números, conforme Traversini e Bello (2009, p. 149):

Se números, medidas, índices e taxas adquirem importância nas ações governamentais, seja no âmbito político, econômico, social, educacional, é para que os mesmos sejam utilizados na invenção de normas, de estratégias e de ações no intuito de dirigir, de administrar e de otimizar condutas individuais e coletivas em todos os aspectos.

Compreender que esses discursos fazem parte da lógica neoliberal, e que nos interpelam nas formas de agir e de ser, cotidianamente, se faz necessário para refletir acerca das políticas públicas que estão dadas, mas que carregam fortes direcionamentos de um governo onde cada um é responsável: pelo seu sucesso ou pelo seu fracasso. Segundo Santaiana (2015, p. 149) na racionalidade neoliberal em que vivemos todos somos investidos a nos tornarmos algo melhor do que somos.

CAPÍTULO V

A DESPEDIDA NECESSÁRIA PARA A BUSCA DE UM NOVO COMEÇO

(...) Depois de termos problematizado o objetivo da pesquisa, ele precisa ser como que limpo de todas as teorizações que o forjaram, para que novas teorizações – que são agora de nossa responsabilidade – resultem de seu manejo. É então que saltamos das pontes (CORAZZA, 2002, p.120).

Início a última parte desse estudo com as palavras desafiadoras de Sandra Corazza. Ao olhar para o caminho percorrido, para as aprendizagens, problematizações, desconfortos e desafios, penso o quão gratificante foi chegar até aqui. Sinto-me desafiada à responsabilidade de manejar com o que aprendi e percebo o quanto as teorizações com que trabalhei me mobilizaram e ensinaram. Chegou a hora de saltar das pontes e, a partir dessa experiência, construir outras tantas.

Ao escolher o tema de pesquisa não imaginava as possibilidades das minhas análises. Ao lembrar do quanto a escolha por essa temática foi motivadora para pensar sobre esse programa do Governo Federal, não tinha ideia das reflexões que os materiais de análise permitiriam. Foi um processo de construção e reconstrução de pensamentos, de ideias, de dúvidas, de aprendizados.

Ao interromper essa escrita, muitas outras coisas poderiam ser ditas, mas percebo como uma possibilidade de dar continuidade aos estudos. No material analisado vejo a potência, a necessidade e a urgência de discussões acerca das políticas públicas, especialmente as que dizem respeito à infância.

O objetivo com este estudo foi compreender as práticas de governo propostas no Programa Criança Feliz e suas estratégias de funcionamento. Embora os eixos de análise já estivessem pré-definidos no momento da qualificação desta dissertação, as possibilidades de reflexões surpreenderam. Ao apoiar-me em lentes foucaultianas a escrita não foi neutra, mas procurei não produzir interpretações acerca das opiniões e leis estudadas, e sim suspeitar dos discursos que estão estabelecidos e que circulam pela sociedade de forma naturalizada. Trazer as inquietações para serem problematizadas torna-se um desafio e ao mesmo tempo o sentimento do dever cumprido por ter desconfortado o pensamento.

Conforme o filósofo “a partir do momento em que começamos a não mais poder pensar nas coisas como nela pensamos, a transformação torna-se, ao mesmo tempo, muito urgente, muito difícil e absolutamente possível” (FOUCAULT, 2010b, p.357). É nessa

direção que percebo a interrupção dessa escrita, com intenção de ir além, utilizando esse novo olhar, de pensar diferente, com toda a potência de argumentos e problematizações que são possíveis ao trabalhar nesta perspectiva teórica.

Por ter decidido o objeto de pesquisa quase ao final do primeiro ano do mestrado, o tempo da escrita dessa dissertação não foi um aliado. Isso fez com que eu deixasse em aberto outros tantos desejos de estudo, outros tantos materiais que são possíveis e interessantes para outras análises.

Na busca pela problematização da pesquisa sobre as estratégias que o Programa Criança Feliz mobiliza e como vem produzindo efeitos sobre as formas de pensar e perceber a infância, inicialmente contextualizei a perspectiva teórica da qual me apoiei para realizar as escritas. As contribuições dos autores pós-estruturalistas e os estudos de Michel Foucault foram fundamentais para olhar como pesquisadora, auxiliando-me a problematizar acerca do material de análise.

Ao escrever sobre a infância e seus deslocamentos nas formas de atendimento, da assistência até a infância enquanto sujeito de direitos, vejo a importância de ter aproximado os estudos da genealogia para compreender as proveniências e emergências em torno das políticas para a infância. Não procurei a origem, mas as condições que possibilitaram a emergência da noção de infância que temos hoje. Ao fazer esse breve retorno à história, percebi a necessidade de compreendermos as práticas que foram se dando ao longo do tempo, as formas de racionalidade, para entender os deslocamentos até a contemporaneidade.

No decorrer do estudo, procurei salientar as práticas de governo que permeiam o Programa Criança Feliz, do quanto a biopolítica é presente agindo em outras instâncias além do biológico, com intervenções através das visitas e questionários, elementos presentes no programa para o governo dos indivíduos.

Através das análises pude demonstrar o quanto as práticas neoliberais estão presentes para o controle da população, fazendo com que os sujeitos se tornem responsáveis por si mesmo. A governamentalidade neoliberal faz com que os indivíduos aprendam a ser empresário de si mesmos, um “indivíduo-micro-empresa” (GADELHA, 2009), marca da lógica neoliberal.

No caso da infância pobre, o governo e controle da população se dão através de políticas com a intenção de conter os riscos sociais, investindo em projetos assistenciais, educativos, com intenções biopolíticas indo ao encontro da racionalidade em que vivemos.

O investimento no capital infantil faz parte da lógica neoliberal, já que quanto mais cedo iniciar o investimento, maior o retorno em termos de capital humano.

No segundo eixo de análise abordei a família como instrumento de governo. A responsabilidade que é dada aos pais pelo desenvolvimento saudável das crianças e da sua responsabilidade na educação é um discurso presente no Programa Criança Feliz, baseado em estudos científicos. Pensar no slogan do Programa: *O que você faz pelo seu filho hoje vale para o resto da vida*, faz com que as famílias façam adesão ao programa, pois convoca e subjetiva. Através de estratégias biopolíticas, o programa faz com que os pais se responsabilizem pelo sucesso do futuro dos filhos, através da qualidade das relações, fortalecendo os vínculos e na qualidade das suas interações.

A lógica de que os primeiros anos são fundamentais para o desenvolvimento infantil aciona a conduta dos pais a favor dos filhos, onde as ações são legitimadas por conhecimentos científicos, e coordenadas por visitantes que nem sempre serão autorizados a falar. Refletir sobre o acionamento das famílias dentro do Programa Criança Feliz é justificar que as famílias mais pobres, por não poderem oportunizar condições de concorrência aos filhos, necessitam ser gestadas por um programa de cunho assistencial, visando uma economia para o Estado a partir do investimento na infância desde cedo.

No terceiro eixo abordei um aspecto fundamental dentro do Programa Criança Feliz: a intersectorialidade. Nele demonstrei o quanto as estratégias de ação de várias esferas do Governo Federal se tornam potentes no governo da infância. A intenção foi compreender que as ações intersectoriais são pulverizadas em estratégias biopolíticas, tornando-as mais potentes para agir dentro das famílias em questões biológicas, econômicas e sociais.

A racionalidade neoliberal opera de modo que os indivíduos se tornem responsáveis por investir em si, para melhorar seu capital humano. Portanto, através de estratégias biopolíticas que vão agir de forma intersectorial, é que os indivíduos serão sujeitados ao governo através de todas as áreas do Governo.

Na última parte do trabalho trouxe os profissionais que falam no Programa Criança Feliz, do quanto os saberes científicos são fundamentais para a elaboração de políticas públicas. Percebe-se o quanto o acionamento dos profissionais que são autorizados a falar e os saberes são decisivos para que as políticas possam atingir a população alvo utilizando-se de estratégias em que responsabiliza a todos e cada um pelo sucesso ou pelo fracasso dos sujeitos. A estatística, através do que foi trazido neste estudo, governa os sujeitos através dos números e estes servem como um elemento potente para que as ações sejam propostas para o governo dos indivíduos.

A intenção dessa escrita foi de compreender as estratégias que o Programa Criança Feliz mobiliza e como vem produzindo efeitos nas formas de pensar e perceber a infância. Ao chegar nesta última etapa, percebo que o acionamento das esferas do Governo é uma estratégia potente através das ações intersetoriais, pois dessa forma interpela os sujeitos em todas as instâncias, tornando-os responsáveis pelo futuro dos seus filhos.

A finalidade desse estudo não foi buscar respostas, mas sim compreender como estão sendo propostas legislações para a primeira infância na intenção de governá-la, de como a condução dos sujeitos infantis está acontecendo. Veiga-Neto (2015, p. 56), sobre isso diz que “o que se coloca em questão e é da maior importância não é apenas sabermos como isso está sendo feito, ou seja, de que maneiras se governa hoje a infância, mas sim, para onde essas formas de governo a estão levando”.

Nesse sentido, cabe o convite a pensar de outros modos, a desestabilizar o pensamento e exercitar a crítica permanente, para que outras problematizações possam surgir. Conforme as palavras do filósofo:

Uma experiência é qualquer coisa de que se sai transformado. (...) sou um experimentador no sentido em que escrevo para mudar a mim mesmo e não mais pensar na mesma coisa de antes (FOUCAULT, 2010a, p. 289-290).

Fica a experiência de transformação através desta dissertação. Já não posso pensar como no início. Os caminhos que me trouxeram a esse final me apontam outros, que me permitirão novos saltos e novas formas de olhar.

Encerro, por hora, na certeza que ficam em aberto outros tantos questionamentos, outras tantas vontades de saber, para que o pensamento sempre se movimente, para que as vontades e os saltos me movam a novos desafios.

Deixo para trás essa escrita – agora estática. Diferente do pensamento, que não se interrompe, mas vai se movimentando e aprendendo outras formas de pensar e perguntar.

REFERÊNCIAS

- ÀRIES, Philippe. **História Social da Criança e da Família**. Rio de Janeiro: LCT – Livros Técnicos e Científicos Editora, 1981.
- BARBOSA, Maria Carmem Silveira. **Por amor & por força: rotinas na educação infantil**. São Paulo: Universidade Estadual de Campinas, 2000. Tese- Programa de Pós-Graduação. Faculdade de Educação, universidade Estadual de Campinas, 2000.
- BORGES, Juliana Diniz Gutierrez. **As práticas de atendimento à infância no município do Rio Grande: um recuo ao passado para problematizar o presente**. Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande. Programa de Pós-Graduação em Educação. Rio Grande, 2015.
- BUJES, Maria Isabel Edelweis. **Infância e maquinarias**. 1ª Edição. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.
- BUJES, Maria Isabel Edelweis. **Políticas sociais, capital humano e infância em tempos neoliberais**. In: RESENDE, Haroldo de. (org). Michel Foucault o governo da infância. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.
- BUJES, Maria Isabel Edelweis. Infância e Risco. In: **Educação e Realidade**. Porto Alegre. Vol.35.nº 3 p. 157-174. Set/dez 2010. Disponível em: Disponível em: <http://www.ufrgs.br/edu_realidade>
- BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, 1988.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Lei Federal 4.024 de 20 de dezembro de 1961. Brasília, DF, 1961.
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 5.692 de 11 de agosto de 1971. Brasília, DF, 1971
- BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. Brasília, DF, 1996.
- BRASIL. Lei Federal nº 8.069, de 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA. Brasília, DF, 1990.
- BRASIL. Lei Federal nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, Lei Orgânica da Assistência Social – LOAS.
- BRASIL. Lei Nº 11.274 de 6 de fevereiro de 2006. Lei que institui o Ensino Fundamental de Nove Anos. Brasília, DF, 2006.
- BRASIL. Lei Federal nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Institui a obrigatoriedade a partir dos 4 anos na pré-escola. DF, 2013
- BRASIL. Lei Federal nº13005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. Diretrizes curriculares nacionais para a educação infantil / Secretaria de Educação Básica. – Brasília: MEC, SEB, 2010.

BRASIL. Lei Federal nº 13.257, de 8 de março de 2016, Lei do Marco Legal para a Primeira Infância. Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Decreto nº 21.417, de 17 de maio de 1932. Regula as condições de trabalho das mulheres nos estabelecimentos industriais e comerciais. Brasília, DF, 1932.

BRASIL. Decreto nº 8.869, de 5 de outubro de 2016, institui o programa Criança Feliz. Brasília, DF, 2016.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social. Criança Feliz: guia para visita domiciliar. 2ª versão. Brasília, DF: MDS, Secretaria Nacional de Promoção do Desenvolvimento Humano, 2017.

BRASIL. Política de Educação Infantil/Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação fundamental. Coordenação de Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1993. 28p.

BRASIL. Política Nacional de Educação Infantil: pelo direito das crianças de zero a seis anos à educação. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. Brasília DF, 1996. Disponível em http://portal.mec.gov.br/seb/arquivos/pdf/pol_inf_eduinf.pdf.

BRASIL. Critérios para um atendimento em creches que respeite os direitos fundamentais das crianças./Maria Malta Campos e Fúlvia Rosemberg. Brasília: MEC/SEF/COEDI, 1995. 40p.

BRASIL. Propostas Pedagógicas e currículo em Educação Infantil: um diagnóstico e a construção de uma metodologia de análise/ Ministério da Educação e do Desporto. Secretaria de Educação Fundamental. Coordenação geral de Educação Infantil. Brasília: MEC/SEF/DPEF/COEDI, 1996. 114p.

BRASIL. Subsídios para credenciamento e funcionamento de instituições de Educação Infantil. Ministério da Educação e do Desporto/Departamento de política da Educação Fundamental/Coordenação geral de Educação Infantil. Brasília. Volumes I e II, 1998.

CARVALHO, Rodrigo Saballa de. A emergência das Instituições de Educação Infantil. História da Educação. ASPHE/FaE/UFPeL. Pelotas n.20. p. 115-134, set 2006. Disponível em <http://fae.ufpel.edu.br/asphe>

CARVALHO, Rodrigo Saballa de. A educação infantil como investimento em capital humano: governamentalidade e gestão de riscos como pauta da expertise econômica. X ANPED SUL. Florianópolis, outubro de 2014. Disponível em: http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/226-0.pdf

CAVAGNOLI, Karen Cristina. **Política de assistência social: a garantia de direitos e a produção da vida**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional. Porto Alegre, 2014.

COSTA, Marisa Vorraber. Estudos Culturais e educação – um panorama. In: SILVEIRA, Rosa Hessel (orgs). **Cultura, poder e Educação: um debate sobre Estudos Culturais em Educação**. Canoas: ULBRA, 2005.

COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Hessel; SOMMER, Luis Henrique. **Estudos culturais, educação e pedagogia**. Revista Bras. Educ. (online) n.23, p. 36-61. Belo Horizonte, 2003.

COSTA, Sylvio Gadelha da. **Governamentalidade neoliberal, teoria do capital humano e educação contemporânea**. Educação e Realidade, Porto Alegre, v. 34, n.2, p 171-186, maio/agosto2009. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/educacaoerealidade/article/view/8299> Acesso em outubro 2017.

COSTA, Marisa Vorraber; SILVEIRA, Rosa Hessel; SOMMER, Luis Henrique. **Estudos Culturais, Educação e Pedagogia**. nº 23 maio/jun/jul/ago 2003. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n23/n23a03.pdf>

CORAZZA, Sandra Mara. A Roda do Infantil. In: **Revista Educação & Realidade**. Porto Alegre. v. 23, n.1, jan./jun. 1998. p. 87-141.

CORAZZA, Sandra Mara. Labirintos da pesquisa, diante dos ferrolhos. In: COSTA, Marisa Vorraber (org). Caminhos investigativos: novos olhares na pesquisa em educação. 2ed. Rio de Janeiro: DP&A 2002. p. 105-131.

DIAZ, Dora Lilia Marin. **Infância: discussões contemporâneas, saber pedagógico e governamentalidade**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre, 2009.

DANELON, Márcio. A infância capturada: escola, governo e disciplina. In: RESENDE, Haroldo (org). **Michel Foucault. O governo da infância**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

DUARTE, André. Biopolítica e resistência: o legado de Michel Foucault. In: RAGO, Margareth; VEIGA-NETO, Alfredo (org). Figuras de Foucault. 3ed. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2013.

ECKER, Daniel Dall'Igna. **A educação e a Política Nacional da Assistência Social: uma análise sobre o direito à educação no Brasil**. Mestrado. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional. Porto Alegre, 2016.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. São Paulo: Edições Loyola, 6ª ed.2000.

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1999a

FOUCAULT, Michel. O sujeito e o poder. In: RABINOW, Paul; DREYFUS, Hubert. **Uma trajetória filosófica: para além do estruturalismo e da hermenêutica**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1995b. p.231-249

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade II: o uso dos prazeres**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1990

FOUCAULT, Michel. **Resumo dos cursos do Collège de France (1970-1982)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1997.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1988.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Edições Graal, 2007.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. Petrópolis: Editora Vozes, 1975.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e Punir**. 5ed. Petrópolis: Vozes, 1987.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1993.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. 11ª. Reimpressão. Rio de Janeiro: Graal, 1995.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Org. e Trad. Roberto Machado. 13ª ed. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

FOUCAULT, Michel. **Segurança, território, população**. São Paulo: Martins Fontes, 2008.

FOUCAULT, Michel. **Nascimento da Biopolítica**. Curso no Collège de France (1978-79). São Paulo: Martins Fontes, 2008a.

FOUCAULT, Michel. **Conversa com Michel Foucault**. In: Repensar a política: Ditos & escritos VI. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010a. p. 289-347.

FOUCAULT, Michel. É importante pensar? In: Repensar a política. **Ditos & Escritos VI**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2010b p. 253-266

FISCHER, Rosa Maria Bueno. A paixão de trabalhar com Foucault. In: COSTA, Maria Vorraber. **Caminhos Investigativos III: novos olhares na pesquisa em Educação**. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. Verdades em suspenso: Foucault e os perigos a enfrentar. In: COSTA, Marisa Vorraber (org.). **Caminhos Investigativos II: outros modos de pensar e fazer pesquisa em educação**. 2 ed. Rio de Janeiro: Lamparina editora, 2007.

GADELHA, Sylvio. **Biopolítica, Governamentalidade e educação**: introdução e conexões a partir de Michel Foucault. Belo Horizonte: Autêntica, 2009.

GALLO, Silvio. **Infância e Resistência – resistir a quê?** In: *Leitura: teoria e prática*. V. 31, n.61. Campinas, 2013.

GALLO, Silvio. “O pequeno cidadão”: sobre a condução da infância em uma governamentalidade democrática. In: RESENDE, Haroldo (org). **Michel Foucault. O governo da infância**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2015.

GOHN, Maria Glória. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. São Paulo: Loyola, 1995

GUIMARÃES, Maria Ielda Castro. **O ECA na escola: governando professores para produção de sujeitos cidadãos**. Mestrado. Universidade Luterana do Brasil. Porto Alegre, 2016.

HENNING, Paula Corrêa; GARRÉ, Bárbara Hess; VIEIRA, Virgínia Tavares. **O discurso da Educação Ambiental em Artefatos Culturais na atualidade**. *Revista Interações*. Vol.13 n. 44, p. 123-143, 2017. Disponível em: <http://revistas.rcaap.pt/interaccoes/article/view/9858>

KOHAN, Walter O. **Infância. Entre Educação e Filosofia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

KUHLMANN, JR. Moysés. **Infância e Educação Infantil: uma abordagem histórica**. Porto Alegre: Mediação, 2011.

KULMANN JR, Moysés. - **Histórias da educação infantil brasileira**. *Revista Brasileira de Educação*. Mai/Jun/Jul/Ago 2000 Nº 14. Disponível em:<<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n14/n14a02.pdf>>. Acesso em: 12 nov 2016.

KRAMER, Sonia. **A política do pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce**. 4ed. São Paulo: Cortez, 1992.

LASTA, Letícia Lorenzoni. **Políticas de assistência social no Brasil: o governo da vida pela proteção e inclusão social**. Tese (Doutorado)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Instituto de Psicologia. Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social e Institucional. Porto Alegre, 2015.

LOCKMANN, Kamila. **A proliferação das políticas de assistência social na educação escolarizada: estratégias de governamentalidade neoliberal**. Tese (Doutorado)- Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre, 2013

LOCKMANN, Kamila e MOTA, Maria Renata Alonso Mota. As políticas de assistência à infância no Brasil como estratégias da governamentalidade neoliberal. In: **Seminário Internacional pensar de outro modo: ressonâncias de Foucault em la educación**. Bogotá/Colômbia, 01/09 a 02/10 de 2014. Disponível em: <http://tics.uptc.edu.co/eventos/index.php/pensar_otro_modo/pensar_modo/paper/viewFile/1505/1480>. Acesso em: 20 de out. 2016.

LOCKMANN, Kamila e MOTA, Maria Renata Alonso. **Práticas de assistência à infância no Brasil: uma abordagem histórica**. In: *Revista Linhas*. V. 14, n. 26, jan/jun 2013. Florianópolis. p. 76-111. Disponível em:

<http://www.periodicos.udesc.br/index.php/linhas/article/viewFile/198472381426201376/2534> >. Acesso em: 09/01/2018

LOCKMANN, Kamila. As práticas de inclusão por circulação: formas de governar a população no espaço aberto. In: Revista Cadernos de Educação, Dossiê Práticas Educativas em uma Sociedade de Projetos, 2016, p. 19-36. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/caduc/article/view/10416/6900>. Acesso em 20 de nov.2017.

LOURO, Guacira. Viajantes pós-modernos. In: LOURO, G. **Um corpo estranho. Ensaios sobre a sexualidade e teoria queer**. Belo Horizonte: Autêntica, 2004b. p.11-25.

MARCÍLIO, Maria Luíza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil.1726-1950. In:FREITAS, M.(org). **História Social da Infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2006,51-78.

MARCÍLIO, Maria Luíza. A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil, 1726-1950. In: FREITAS, Marcos Cezar de. **História social da infância no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Cortez, 1997.

MARCÍLIO, Maria Luíza. **História social da criança abandonada**. São Paulo: HUCITEC, 1998.

MEYER, Dagmar Elisabeth Estermann; SOARES, Rosângela de Fátima. Modos de ver e de se movimentar pelos “caminhos” da pesquisa pós-estruturalista em Educação: o que podemos aprender com – e a partir de- um filme. In: COSTA, Marisa Vorraber; BUJES, Maria Isabel Edelweiss. **Caminhos Investigativos III: riscos e possibilidades de pesquisar nas fronteiras**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005 p.23-44.

MORAES, Thiago Drumond; NASCIMENTO, Maria Livia do. **Da norma ao risco: transformações na produção das subjetividades contemporâneas**. Revista Psicologia em Estudo, Maringá, v. 7, n. 1 , p. 91 -102, jan./jun. 2002

MOTA, Maria Renata Alonso. **As crianças de seis anos no ensino fundamental de nove anos e o governo da infância**. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Educação. Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre, 2010.

MOTA, Maria Renata Alonso. **Infantilização e desinfantilização: processos de governo da infância implicados na produção de um novo sujeito escolar de seis anos**. In: X Anped. Florianópolis, 2014. Disponível em: http://xanpedsul.faed.udesc.br/arq_pdf/1698-0.pdf

MONCORVO FILHO, Arthur. **Histórico da proteção á infância no Brasil (1500-1922)**. 2 ed. Rio de Janeiro: Empresa Gráfica, 1926.

MOURA, Eliel da Silva. **A construção da ideia de Plano Nacional de Educação no Brasil: Antecedentes Históricos e Concepções**. 36ª Reunião Nacional da ANPED – 29 de setembro a 02 de outubro de 2013, Goiânia-GO. Disponível em:

<http://www.anped.org.br/sites/default/files/gt05_3246_texto.pdf>. Acesso em 22 de jan. 2017.

PARAÍSO, Marlucy. Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação e currículo: trajetórias, pressupostos, procedimentos e estratégias analíticas. In: MEYER, Dagmar (org). **Metodologias de pesquisas pós-críticas em educação**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2012.

PASSETTI, Edson. Crianças carentes e políticas públicas. In: PRIORE, Mary Del (org) **História das crianças no Brasil**. 2ed. São Paulo: Contexto, 2000.

PETERS, Michael. **Pós-estruturalismo e filosofia da diferença**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

POLETTTO, Leticia Borges. **A (Des)Qualificação da Infância: a história do Brasil na assistência dos jovens**. IX ANPED Sul. Seminário de Pesquisa em Educação da região Sul. 2012.

RESENDE, Haroldo de. A infância sob o olhar da Pedagogia: traços da escolarização na modernidade. In: RESENDE, Haroldo de (org). Michel Foucault: **O governo da infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

RIZZINI, Irene. **O Século Perdido- Raízes Históricas das Políticas Públicas para a infância no Brasil**. São Paulo: Cortez, 2008.

ROSE, Nikolas. Governando a alma: a formação do eu privado. In: SILVA, Tomás Tadeu da. (org). **Liberdades reguladas**. Petrópolis: Vozes, 1988. p. 30-45

ROSE, Nikolas. **Inventando nossos selfs**. RJ: Editora Vozes, 2011.

SANTAIANA, Rochele da Silva. **Educação Integral no Brasil: a emergência do dispositivo de intersectorialidade**. Tese (Doutorado). Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Programa de Pós-Graduação em Educação. Porto Alegre, 2015.

SARAIVA, Karla; VEIGA-NETO, Alfredo. **Modernidade líquida, Capitalismo Cognitivo e Educação Contemporânea**. Educação e Realidade, Porto Alegre: UFRGS, v.34, n.2, p. 187-201, maio/ago. 2009.

SERRA, Artemis Soares. Esqueceram de Mim: Política Públicas para Crianças e Adolescentes; renovação e conservadorismo. In. LEITE, L., LEITE, M., BOTELHO, A. **Juventude, Desafiliação e Violência**. Rio de Janeiro: Contracapa, 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo**. 2ªed. 4ªreimp. Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

TRAVERSINI, Clarisse Salete. BELLO, Samuel Edmundo López. **O numerável, o Mensurável e o Auditável: estatística como tecnologia para governar**. Educação e Realidade. Maio/agosto2009. Disponível em: <http://seer.ufrgs.br/index.php/educacaoerealidade/article/view/8267/5535>

VEIGA-NETO, Alfredo. Por que governar a infância? In: RESENDE, Haroldo de (org). **Michel Foucault: O governo da infância**. Belo Horizonte: Autêntica, 2015.

VEIGA-NETO, Alfredo. Michel Foucault e Educação: há algo de novo sob o sol? In. (org). **Crítica pós-estruturalista e educação**. Porto Alegre: Sulinas, 1995.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a Educação**. Belo Horizonte: Autêntica, 2014.

VEIGA-NETO, Alfredo. **Foucault e a Educação**. 2ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2005

VEIGA-NETO, Alfredo. Dominação, violência, poder e educação escolar em tempos de Império. In: RAGO, Margareth e VEIGA-NETO, Alfredo (orgs). **Figuras de Foucault**. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

VEIGA-NETO, Alfredo. Educação e governamentalidade neoliberal, novos dispositivos, novas subjetividades. In: BRANCO, Guilherme; PORTOCARRERO, Vera (orgs). **Retratos de Foucault**. Rio de Janeiro: Nau, 2000.